



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

DEPARTAMENTO DE PAISAGEM, AMBIENTE E ORDENAMENTO

**A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA COMO FATOR DE
GESTÃO DA PAISAGEM RURAL – O CASO DA ZPE DE
VEIROS**

Jorge Manuel Correia Canhoto

Orientação: Professora Doutora Maria Teresa Amado
Pinto Correia

Co-Orientação: Professora Doutora Isabel Alexandra
Joaquina Ramos

Mestrado em Ecologia da Paisagem

Dissertação

Évora, 2015

"Ninguém escapa ao sonho de voar, ultrapassar os limites do espaço onde nasceu, de ver novos lugares e novas gentes. Mas saber ver em cada coisa, em cada pessoa, aquele algo que define como especial, um objeto singular, um amigo é fundamental. Navegar é preciso, reconhecer o valor das coisas e das pessoas, é mais preciso ainda!"

Antoine de Saint-Exupéry

A conservação da natureza como fator de gestão da paisagem rural

O caso da ZPE de Veiros

Novas formas de gestão dos territórios rurais, fruto de uma "pressão" da sociedade, têm alterado paradigmas e são hoje fruto de uma conjugação das ambições de quem vive nas zonas rurais e da forma como aplicam os financiamentos públicos, tendo em consideração o aumento de rendimento e também a conservação de valores ambientais e rurais.

Muitos investigadores têm procurado um modelo de desenvolvimento rural e o debate acerca deste tem surgido fruto das transformações do território, causadas pela decrescente importância da agricultura e pela procura de conjugação àquela, de atividades alternativas para o mesmo território.

Este trabalho é uma reflexão da forma como os proprietários olham para as questões da multifuncionalidade e da conservação do valor ambiental, aferindo-se, ainda, a sua disponibilidade e expectativa, relativamente à possibilidade de reforço do seu rendimento através de atividades complementares (*non-commodity*) e/ou da necessidade de complementaridade do financiamento destas atividades por políticas públicas.

Palavras-Chave: Zona de Proteção Especial; Multifuncionalidade; Paisagem; Desenvolvimento Rural; Agricultura.

**Nature conservation as rural landscape management factor
The case of ZPE Veiros**

New ways of managing rural areas, the result of "pressure" of society have changed paradigms and are now the result of a combination of the ambitions of those who live in rural areas and how apply public funding, taking into account increase in income and also the conservation of environmental and rural values.

Many researchers have sought a rural development model and the debate about this has emerged result of the transformation of the territory, caused by the decreasing importance of agriculture and the search for conjugation to that of alternative activities for the same territory

This work is a reflection of the way the owners look at the issues of multi-functionality and preservation of environmental value, checking up also their willingness and expectation, on the possibility of strengthening its income through complementary activities (non-commodity) and / or the need for complementarity of funding these activities by public policies.

Keywords: Special Protection Area; Multifunctionality; Landscape; Rural development; Agriculture.

Agradecimentos

A realização de um estudo e a conseqüente dissertação nunca depende de uma única pessoa. Muitos são aqueles que com maior ou menor intensidade participam e contribuem para o resultado final.

Esta é a oportunidade de agradecer a todos os que ajudaram a tornar possível este momento e faço-o com enorme prazer, correndo o risco de me esquecer de alguém, o que não é de forma alguma propositado e se tal acontecer quero deixar aqui expressas as minhas mais sinceras desculpas.

Esta dissertação é fruto, também, de apoios e incentivos, alguns vincados e insistentes para que não deixasse de a concluir e que fizesse um esforço final para tal, pese embora a enorme absorção de tempo que as questões profissionais me levam, muito para lá do horário convencional. Este é um agradecimento que tenho de fazer, sem o individualizar, do fundo do coração porque sem estes incentivos possivelmente não teria chegado ao seu final.

Gostaria ainda de dirigir um agradecimento especial à Professora Teresa Pinto Correia, que orientou e me despertou a consciência para as questões da multifuncionalidade e para esse enorme mundo que é a Ecologia da Paisagem, para as suas potencialidades e para o muito que ainda há a percorrer nesta área, nomeadamente em termos de ruralidade.

À Professora Isabel Ramos, que co-orientou este trabalho, nunca se poupando a esforços para ajudar, estando sempre na primeira linha dos incentivos e do interesse pelo que eu estava a desenvolver, sendo crítica e persistente na melhor forma de fazer as coisas.

No decurso do trabalho a todos aqueles que me receberam, destacando todos os que contactei pessoalmente e que de forma simpática ofereceram parte do seu tempo para responderem ao inquérito e pela ajuda inestimável e pela disponibilidade no contacto com os proprietários, a Sr.^a Maria João, administrativa da Junta de Freguesia de Veiros e ao seu presidente, o Sr. Nicolau Almada.

Agradeço, ainda, à minha família pelo incentivo e pelos momentos em que não pude estar presente ou não os pude acompanhar. Também à minha mãe pela sua constante preocupação e pelo orgulho no filho.

ÍNDICE GERAL

Resumo	II
Abstract	III
Agradecimentos	IV
Índice Geral	V
Índice de Figuras	VII
Índice de Quadros	VIII
Índice de Gráficos	IX
Índice de Anexos	X
CAPITULO I – INTRODUÇÃO	1
1.1 - Enquadramento geral	2
1.2 - Objetivos da investigação	6
1.3 – Metodologia de investigação	8
CAPITULO II – QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA	9
2.1 – A Paisagem	10
2.1.1 – Conceito geral	10
2.1.2 – Paisagens naturais e culturais.....	16
2.2 – A Paisagem Rural.....	18
2.2.1 – Diversidade de paisagens rurais.....	18
2.2.2 – A agricultura como atividade modeladora de paisagens.....	19
2.3 – Multifuncionalidade da Paisagem	22
2.3.1 – Multifuncionalidade da paisagem agrícola e rural.....	22
2.3.2 – Novas abordagens à paisagem rural.....	26
2.3.3 – A perspetiva dos chefes de exploração	30
CAPITULO III – O CASO DA ZPE DE VEIROS	32
3.1 – Enquadramento geral das Zonas de Proteção Especial	33
3.1.1 - A Criação de novas ZPE	35
3.2 - Caraterização da área	37
3.2.1 - Origens e história de Veiros.....	37
3.2.2 - Enquadramento administrativo.....	39
3.2.3 - Criação, localização e limites da ZPE.....	40
3.2.4 - Caracterização geral da ZPE	41
3.2.5 - Caracterização biofísica	44
3.2.5.1 - Caracterização climática	45
3.2.5.2 - Caracterização fisiográfica e hidrográfica	46
3.2.5.3 - Caracterização geológica e geomorfológica	50
3.2.5.4 - Uso do solo	52

3.2.5.5 - Ecologia/Paisagem	53
3.2.5.6 - Classificação biogeográfica	55
3.4 – O Estudo de Caso	57
3.4.1 - Tipologia de agricultores	57
3.4.2 - Construção e Aplicação do Inquérito	58
3.4.3 – Análise e Discussão dos Resultados.....	58
3.4.3.1 – Perfil do inquirido	58
3.4.3.2 – Caraterização da propriedade	64
3.4.3.3 – Multifuncionalidade na propriedade	71
3.4.3.4 – A ZPE	75
CAPITULO IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
BIBLIOGRAFIA	85
ANEXOS	91
Anexo I - ICNB - Ficha de caraterização da ZPE de Veiros	92
Anexo II - Inquérito aplicado aos proprietários	95

Figura 1 - A transição para o uso de recursos multifuncional do espaço rural na Austrália: forças motrizes e os resultados territoriais. (Fonte: Holmes, 2006)	24
Figura 2 - Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental – PROT Alentejo, com a ZPE de Veiros assinalada, adaptação do autor (Fonte:CCDR Alentejo, 2010).....	34
Figura 3 - Localização da IBA Vila Fernando/Veiros (Fonte: Silva e Pinto, 2006).....	35
Figura 4 - Localização e limites da ZPE de Veiros (adaptação do autor) (Fonte:ICNB, 2008 e CME/ADME, 2009).....	40
Figura 5 - Ponto inicial o polígono da ZPE, cruzamento da estrada Veiros-Vale Maceiras (Foto do autor)	41
Figura 6 - Vários aspetos da ZPE: a) campo aberto; b) Montado disperso e olival; c) Olival tradicional; d) Montado de azinho; e) Cercas divisórias das propriedades; f) Área irrigada; g) Área de pastagem com cercas e parte irrigada ao fundo da imagem; h) Área de pastagem com pivot ao fundo; i) Gado bovino a pastar e j) Ave a sobrevoar parte da ZPE (Fotos do autor).....	42
Figura 7 - Aspeto geral de uma área da ZPE com parte irrigada por pivot (Foto do autor).	43
Figura 8 - Rede hidrográfica da ZPE (Fonte: CME/AMDE, 2009).....	48
Figura 9 - Vegetação da ribeira de Almuro no limite norte da ZPE (Foto do autor).....	49
Figura 10 - Parte da Folha 32-D da Carta Geológica de Portugal Continental à escala 1:50 000 com a zona de estudo assinalada, adaptação do autor (Fonte: SGP, 1975).....	51
Figura 11 - Carta de Ocupação do Solo (Fonte CME/AMDE, 2009).....	53
Figura 12 - Sub-unidades de paisagem. Adaptado pelo autor do PROTAlentejo (Fonte: CCDRA, 2010).....	54
Figura 13 - Sectores Biogeográficos do Sul de Portugal adaptado de Rivas-Martinez <i>et al</i> , (1990)	56

Quadro 1 - Estrutura demográfica de Veiros (Fonte: INE)	39
Quadro 2 - Concelhos abrangidos pela ZPE de Veiros (Fonte: ICNB)	43
Quadro 3 – Tipo de uso do solo (Fonte: ICNB Cos90)	43
Quadro 4 – Espécies relevantes na classificação da ZPE integrantes do Anexo I da Diretiva 79/409/CEE (Fonte: ICNB)	44
Quadro 5 – Espécies relevantes na classificação da ZPE Outras Aves do Anexo I da Diretiva 79/409/CEE e Migradoras não incluídas no Anexo I (Fonte: ICNB)	44

Gráfico 1 - Grupo etário dos proprietários/agricultores.....	59
Gráfico 2 - Naturalidade dos proprietários/agricultores	59
Gráfico 3 - Residência dos proprietários/agricultores	60
Gráfico 4 - Habilitações literárias dos proprietários/agricultores	60
Gráfico 5 - Formação e experiência na área agrícola	61
Gráfico 6 - Atividade principal dos proprietários/agricultores	62
Gráfico 7 - Tempo dedicado à atividade agrícola	62
Gráfico 8 - Dependência do rendimento relativamente à exploração	63
Gráfico 9 - Forma de aquisição da propriedade	64
Gráfico 10 - Área da exploração	64
Gráfico 11 - Objetivo de produção da exploração	65
Gráfico 12 - Uso do solo	66
Gráfico 13 - Gado existente na exploração	67
Gráfico 14 - Tipo de intervenções efetuadas na propriedade nos últimos 10 anos	68
Gráfico 15 - Motivos das intervenções efetuadas na propriedade	69
Gráfico 16 - Motivo da previsão de intervenções na propriedade nos próximos tempos .	70
Gráfico 17 - Motivação para executar alterações na exploração	71
Gráfico 18 - Origem dos rendimentos obtidos na exploração	72
Gráfico 19 - Causas da existência das atividades na exploração	73
Gráfico 20 - Programas de financiamento público conhecidos	73
Gráfico 21 - Aplicação do apoio na exploração	74
Gráfico 22 - Apoios mais importantes no futuro	75
Gráfico 23 - Fonte de informação da existência da ZPE	76
Gráfico 24 - Causa de dificuldade de articulação entre a agricultura e a proteção ambiental	77
Gráfico 25 – Necessidade para articular a atividade da exploração e a preservação ambiental.....	78
Gráfico 26 - Disponibilidade para articular as atividades na exploração e a preservação ambiental	78
Gráfico 27 - Atividades na exploração que podem contribuir para o aumento do rendimento	79

Anexo I – ICNB - Ficha de caracterização da ZPE de Veiros

Anexo II – Inquérito aplicado aos proprietários

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento geral

O interesse e estudo pela paisagem, em particular pela paisagem rural, foi crescendo ao longo dos tempos tendo-se acentuado nos últimos anos, e não apareceu fruto de uma moda ou sem razão de assim acontecer. Para se perceber o interesse pelo estudo da paisagem temos de voltar ao Século XIX e centrarmos a nossa atenção, especialmente, na sua segunda metade. Se aí nos concentramos percebemos que o Homem, em virtude do seu desenvolvimento tecnológico, alterou a sua relação com a natureza e artificializou a sua vida, tendo em parte como consequência que, em termos agrícolas, o solo fosse olhado somente como o suporte à produção de alimentos.

“As abordagens à paisagem são hoje em dia muitíssimas, já que cada vez mais ciências se interessam por este conceito e sobre ele se debruçam e o utilizam. No fim do século XX, a paisagem pareceu estar de certa forma na moda. Gerou-se uma espécie de curiosidade sobre este conceito, como se fosse a chave que permitiria uma resposta a muitas questões de gestão do espaço e das atividades que nele se desenvolvem, eventualmente devido ao potencial de integração que oferece (Pinto-Correia, 2000)” (Borrinho, Pinto-Correia e Sousa, 2007:3).

Woods (2005) *cit. in* Pinto-Correia (2007:67) refere que as paisagens rurais europeias são hoje em dia espaços de mudança: espaços que têm vindo a registar ao longo das últimas décadas processos de transformação fundamentais, a um ritmo nunca experimentado antes. Estas transformações tomam direções e intensidades variáveis, consoante as regiões onde ocorrem. Estão associados às tendências nas atividades económicas: especialização e concentração do sector agrícola, portanto também do uso do solo, e concentração de outras atividades, mas também a processos socioeconómicos mais latos, que em conjunto resultam em fluxos e realocações de pessoas e atividades, sobretudo no sentido da concentração em áreas urbanas e de um crescente esvaziamento do espaço rural.

Os problemas da fadiga e poluição dos solos foram-se colocando a todas as sociedades, inclusivamente da sua própria sobrevivência e em países que assentam toda, ou grande parte, da sua produção económica na agricultura, mesmo naqueles onde o nível tecnológico e as técnicas existentes são mais desenvolvidas, não houve um recuo da fome. A isto soma-se a não salvaguarda dos recursos naturais, antes pelo contrário o seu uso e abuso.

Os estudiosos destes fenómenos começaram a interrogar-se se o renascimento dos métodos tradicionais não produziriam resultados diferentes, relativamente à agricultura mecanizada ou com uma base mais tecnológica, nomeadamente nos aspetos ambientais. Este fenómeno, em virtude da sua divulgação, foi-se tornando foco de atenção não só de

A conservação da natureza como fator de gestão da paisagem rural - O caso da ZPE de Veiros

técnicos e investigadores mas também do grande público que passou a exigir, em virtude de uma consciência ambiental mais desenvolvida, o uso de outros métodos e a salvaguarda de recursos.

Os métodos tradicionais da prática agrícola e as comunidades rurais começaram a prender a atenção dos meios urbanos, atingido mais rapidamente os objetivos que técnicos e investigadores defendiam para uma agricultura mais sustentável.

A transformação da ruralidade europeia nos últimos 50 anos, essencialmente a partir do Tratado de Roma, que estabeleceu a necessidade e os pilares da Política Agrícola Comum (PAC), parece ter transformado o território rural de produção de bens, baseado numa economia camponesa, num território de produção mecanizada. Neste processo, na última década do século passado e nos anos iniciais do atual, algumas das áreas rurais portuguesas acompanharam esta transformação e de espaços com uma deficiente e enquadradora política de produção de bens alimentares apresentam hoje novas funções onde se incluem qualidade e proteção ambiental.

Mesmo atrasada em relação ao que se passou na Europa, nomeadamente nos países que nos antecederam na sua entrada na União Europeia (EU), a “modernização” da agricultura portuguesa levou a que muitas das tarefas que eram feitas manualmente o passassem a ser de forma mecanizada e em virtude dessa substituição houvesse a desagregação das formas tradicionais de ocupação das pessoas. Por outro lado, além de alguma mão de obra excedentária, muitos dos habitantes das áreas rurais foram também atraídos para fora do espaço rural, pela procura de novas oportunidades de vida em áreas industriais ou nos serviços.

“Aliado a isso, as diferentes formas de poluição provocadas pela agricultura produtivista têm sido questionadas pela sociedade. É assim evidente que é necessário não apenas minimizar os impactes ambientais nas práticas agrícolas dominantes, mas também apoiar e/ou promover estilos alternativos ou de agricultura sustentável, associando a produção de alimentos “limpos” à produção da capacidade produtiva e do equilíbrio ecológico dos agroecossistemas no tempo e no espaço. Neste sentido, a variável ambiental vai ganhando espaço no meio rural, sendo um novo elemento definidor de práticas agrícolas e na configuração de novas paisagens (Cazella e Mattei, 2003; Brandenburg e Ferreira, 2004)” (Muller, 2007:2).

Para Cavaco (2005:76) “a agricultura é, sem dúvida e cada vez mais, apenas uma das atividades do mundo rural e as próprias famílias agrícolas dependem cada vez menos dos rendimentos da agricultura”.

Como referem Carvalho e Silva (2008), o quadro evolutivo das políticas europeias para o mundo rural traduz a transição de um modelo orientado para o sector agrícola em direção a um modelo centrado na sociedade rural e na estruturação das suas paisagens, com a crescente valorização de novos recursos e uma maior (inter)dependência da sociedade urbana.

Há, assim, um território rural que ao longo do tempo foi perdendo diversidade, que se apresenta no Século XXI como um território de oportunidades onde as expectativas do seu potencial terão de ser tidas em conta numa nova abordagem ao desenvolvimento de novas atividades de sustentação do mundo rural.

Nos anos 90 do Século XX começou-se, timidamente, a falar de amenidades rurais enquanto instrumento para uma abordagem ao desenvolvimento rural. Para Covas (1999), os territórios rurais possuem muitos atributos e qualidades: fauna e flora, ecossistemas particulares, paisagens humanizadas, modos de povoamento, sítios históricos, aldeias exemplares, tradições seculares, manifestações ancestrais, etc.

O território, em virtude da ocupação humana e das suas atividades, tendo ainda em conta as transformações que se foram operando na agricultura e nas atividades ligadas ao mundo rural, foi assistindo à formação de um mosaico de paisagens.

O Homem, pelo seu uso e pelas alterações tecnológicas de que foi dispendo na prática agrícola, transformou a paisagem e, paralelamente, foi condicionado por esta em muitas das alterações. No entanto, as paisagens tradicionais continuam a ter uma grande importância quando se aborda este tema em virtude do modo como foram, ao longo dos anos, utilizadas, não só em termos produtivos como sociais e culturais.

Refere Covas (1999), debruçando-se sobre o contributo das amenidades para as zonas desfavorecidas, que na retaguarda destes atributos está quase sempre: atividade agrícola, autoconsumo, economia local, técnicas, tecnologias e processos produtivos operando em sintonia com o agro-ambiente envolvente.

Sabaté Bel (2004) *cit. in* Dambrós e Marta-Costa (2015: 2-3) expõe que “a gestão da paisagem rural tem sido uma temática constante em pesquisas de âmbito nacional e internacional, inserida no contexto das discussões sobre sustentabilidade e desenvolvimento rural, nomeadamente quando este se relaciona com as políticas públicas. O binómio património paisagem é uma evidência, onde se destaca a promoção ambiental, histórico-cultural e económica como uma constante nas propostas de gestão integrada da paisagem”.

A conservação da natureza como fator de gestão da paisagem rural - O caso da ZPE de Veiros
Pinto-Correia (2007) aborda o fato de nos espaços rurais, mesmo aqueles cujo uso do solo é dominado pela agricultura, se procuram incentivos através de atividades não-agrícolas, o que pode criar novas possibilidades, mas também tensões e conflitos internos e externos.

1.2. Objetivos da investigação

A paisagem rural apresenta hoje problemas que urge abordar e se possível contribuir para a sua hipotética resolução. Apesar de o processo social de envelhecimento da população e do despovoamento do território rural, o espaço rural português não se encontra esvaziado de valores. Os sistemas agrícolas tradicionais foram mantidos até hoje na maior parte do território da região do Alentejo, em parte devido às condicionantes biofísicas que não permitem a sua intensificação e especialização, em parte devido ao perfil mais tradicionalista e pouco inovador da grande maioria dos proprietários agrícolas e, também, em grande medida, devido aos apoios da Política Agrícola Comum que têm permitido um rendimento associado aos sistemas extensivos de pastoreio. Assim, a paisagem agrícola do Alentejo é hoje uma paisagem com características multifuncionais, com qualidades já raras na Europa, e por isso valorizada pelos bens e serviços públicos que pode suportar.

Os ensinamentos da prática agrícola tradicional poderão contribuir para a manutenção da qualidade específica da paisagem, do equilíbrio ambiental, assim como para a diversificação económica nos territórios rurais, contribuindo para a ocupação daqueles e para o combate ao seu despovoamento. Compreender de que forma o aproveitamento multifuncional da paisagem se pode conciliar com a exploração e produção agrícola e florestal são questões fundamentais de uma estratégia integrada para o espaço rural no Alentejo, num futuro próximo.

Foi no contexto da possibilidade da existência ou ausência de dificuldades de adaptação a funções distintas na área de estudo ou à abertura para o fato da existência de restrições ao uso da modernização agrícola, originando outro tipo de dinâmicas mas “encaixando” a atividade agrícola na conservação da natureza e na gestão da paisagem e, naturalmente toda a importância que os agricultores desempenham sendo parte interessada e fundamental em todo o processo, que foi elaborada a presente dissertação, tendo como base geográfica e de estudo a área delimitada pela Zona de Protecção Especial (ZPE) de Veiros e a realização de um inquérito aos proprietários/chefes de exploração das propriedades ali existentes.

É, assim, nosso principal objetivo utilizar a Zona de Protecção Especial (ZPE) de Veiros como caso de estudo para abordar e discutir a articulação entre os sistemas agrícolas tradicionais e o desenvolvimento dos territórios rurais, analisando aquelas práticas e a manutenção e conservação da natureza, o carácter da paisagem e por via destes a redinamização e revalorização das sociedades rurais num quadro de uso multifuncional da paisagem.

Podemos sintetizar o nosso principal objetivo como o propósito de discutir a articulação entre a prática de uma agricultura multifuncional e a proteção ambiental e sustentável dos territórios rurais, utilizando como caso de estudo a ZPE de Veiros, focando-nos particularmente nas opiniões expressas pelos proprietários e nas suas opções de gestão.

1.3. Metodologia de investigação

Para a prossecução dos objetivos fixados abordou-se primeiro o que outros autores já haviam refletido sobre a multifuncionalidade da paisagem, a política agrícola, a conservação da natureza e as amenidades rurais. Foi posteriormente elaborado um inquérito, que se apresenta no Anexo I, aplicado aos proprietários/chefes de exploração dos prédios existentes na área delimitada pela ZPE de Veiros.

Pretendeu-se, ainda, com a utilização do inquérito aos agricultores e/ou chefes de exploração daquele território, aferir da sua disponibilidade e expectativas relativamente ao reforço do seu rendimento através de atividades complementares (*non-commodity*) e da necessidade ou complementaridade do financiamento destas atividades por políticas públicas, refletindo-se acerca das estratégias de comunicação a estabelecer no sentido do envolvimento de toda a população local em iniciativas de desenvolvimento rural sustentável e na manutenção e conservação da avifauna ali existente a na quebra da tendência demográfica a que está votada.

Procurou-se, também, aferir a disponibilidade dos agricultores para a manutenção do sistema tradicional de produção agrícola, de forma a contribuir para a conservação de espécies da avifauna ali existentes e, em simultâneo, perceber se aqueles proprietários conheciam e/ou se já tinham recorrido a fundos comunitários. Por outro lado se estariam dispostos a utilizar estes e a alterar as formas de subsistência com o recurso a outras atividades ligadas a funções do mundo rural.

A dissertação está organizada em 4 capítulos, sendo o primeiro relativo a questões enquadradoras do tema e da dissertação, enquanto o segundo aborda o quadro teórico de referência. O terceiro capítulo faz a caracterização da área e da Zona de Proteção Especial de Veiros (ZPE) e é onde são explanados os resultados e a discussão dos mesmos do estudo de caso. Os dados referentes à aplicação do inquérito e as respostas, posteriormente analisadas e discutidas, são aqui apresentadas. As considerações finais e a proposta de atuação, com base naquelas nos dados recolhidos, são o tema do quarto e último capítulo.

CAPÍTULO II – QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA

2.1. A paisagem

2.1.1. Conceito geral

Maximiano (2004) abordando a noção de paisagem refere que está presente na memória do ser humano antes mesmo da elaboração do conceito. A ideia embrionária já existia, baseada na observação do meio. As expressões desta memória e da observação podem ser encontradas nas artes e nas ciências das diversas culturas, que retratavam inicialmente elementos particulares como animais selvagens, um conjunto de montanhas ou um rio. As pinturas rupestres são uma referência para esta percepção direcionada a alguns componentes do ambiente

Sendo de noção abrangente, Bertrand (1984) refere que “paisagem” é um termo pouco usado e impreciso e, por isto mesmo, comodo, que cada um utiliza a seu belo prazer, na maior parte das vezes anexando um qualificativo de restrição que altera o seu sentido (“paisagem vegetal”, etc.).

Segundo refere Metzger (2001), a primeira referência à palavra “paisagem” na literatura aparece no "Livro dos Salmos", poemas líricos do antigo testamento, escritos por volta de 1000 A.C. em hebraico por diversos autores, mas atribuídos na maioria ao rei Davi.

Muitos países têm uma longa tradição no estudo da paisagem, implementando mesmo políticas para o seu planejamento e proteção, sendo que durante muitas épocas foram principalmente os pintores e escritores quem foi descrevendo as paisagens, contribuindo para que fossem consideradas como patrimônio cultural.

“Mas a etimologia da paisagem revela outros fatores a serem considerados. Segundo Holzer (op. cit.), *landschaft* é de origem alemã, medieval, e refere-se a uma associação entre o sítio e seus habitantes, ou seja, morfológica e cultural. Provavelmente tem origem em *land schaffen*, que é “criar a terra, produzir a terra”. *Landschaft* originou o *landschap* holandês, que, por sua vez, originou o *landscape* em inglês. O termo holandês, apesar do seu significado ser igual ao correlato alemão, associou-se às pinturas de paisagens realistas do início do século XVII, relacionando-se então às novas técnicas de representação renascentistas. Já o termo em inglês, originado do holandês, comumente é definido como *view of the land* ou *representation of the land* (Hopkins, 1994). *Paysage*, em francês, tem o seu significado associado às técnicas renascentistas mas a sua origem vem do radical medieval *pays*, que significa ao mesmo tempo “habitante” e “território”. Portanto, os significados da palavra “paisagem”, também ambíguos, revelam que ela não é apenas a condição estática de um espaço observado por um sujeito—individual ou coletivo, que tem os

A conservação da natureza como fator de gestão da paisagem rural - O caso da ZPE de Veiros

seus valores e crenças, como apontava Meinig. É também a produção do espaço e a representação do espaço por estes mesmos sujeitos, o que insere uma perspectiva dinâmica e diacrônica na sua conceituação e significados” (Name, 2010:164 -165).

“A paisagem é cada vez mais um tema de interesse geral, que transcende os campos especializados. Felizmente, está a converter-se numa pedra angular de muitas políticas de ordenamento do território e inclusive de políticas sectoriais de natureza social, cultural e económica. Lenta e discretamente, começa a vingar a tese de que é uma ideia atraente, afável e harmónica e que produz uma agradável sensação de bem-estar que aumenta a qualidade de vida dos cidadãos, como o observou um dia a Convenção Europeia Paisagem, afirmando: “A paisagem é um elemento importante da qualidade vida das pessoas tanto em áreas urbanas como nas zonas rurais, tanto nas áreas degradadas como de alta qualidade, tanto em espaços singulares como nos do dia-a-dia” (Nogué e Sala, 2008:70).

Cancela d'Abreu *et al* (2004) referem, no estudo de Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental, que o conceito de paisagem é complexo e permite um largo espectro de definições e aproximações, largamente determinadas pela abordagem e especialidade de quem o utiliza. É também um conceito que tem vindo a ser cada vez mais utilizado, em diferentes contextos e por uma grande variedade de disciplinas. É assim importante que, em cada abordagem à paisagem, seja esclarecido o conceito e a forma como este é utilizado.

Já para Cavaco (2005:73) “as paisagens são um tema recorrente na bibliografia geográfica, analisada segundo perspectivas variadas. As paisagens rurais são um capítulo habitual nos manuais de geografia rural”.

Na atualidade, tal como o referido por Silveira (2009), a noção de paisagem tem sido para os geógrafos e cientistas de outras áreas (biólogos, agrónomos, ecologistas, arquitetos, entre outros) o ponto de partida para o entendimento das complexas relações entre o homem e a natureza, buscando através dela uma compreensão global da natureza, bem como possibilita projeções de uso, gestão de espaço e planeamento territorial.

“O conceito de paisagem envolve pelo menos três significados: o do artista, a paisagem como território observável e digno de ser pintado, reproduzido, num quadro; o dos geógrafos – a geografia como estudo das paisagens terrestres; o dos planeadores, em que a paisagem tende a ser considerada como um bem cultural difuso, um recurso, um património herdado do passado, a transmitir às gerações futuras, e que combina valores ecológicos e culturais, como nos lembra Maria Chiara Zerbi (1999: 270-271)” (Cavaco, 2005: 74).

Bertrand (1984) refere que a paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, numa determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica,

A conservação da natureza como fator de gestão da paisagem rural - O caso da ZPE de Veiros

portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. A dialética tipo-indivíduo é o próprio fundamento do método de pesquisa.

A paisagem é, assim, um processo de “confronto” entre forças de processos e elementos naturais e da interferência humana, de acordo com as circunstâncias do momento e dependendo da valoração atribuída às experiências vividas, o que significa também o envolvimento de sentimentos, que origina o espírito de um lugar, o *genius loci*.

Para Cancela d’Abreu (1995) a intervenção no território terá que ter em atenção que se trata de um sistema complexo, com inter-relações e fluxos constantes que anulam qualquer fronteira artificialmente considerada

Se considerarmos como referência de mudança a escala humana, as paisagens não deixaram de apresentar traços de evolução e mudança e os conhecimentos do Homem, que com a evolução permitem a descoberta das tendências evolutivas da paisagem, bem como de possíveis riscos futuros.

No estudo já citado, Cancela d’Abreu *et al* (2004) afirma que a paisagem constitui um sistema complexo e dinâmico, onde os diferentes fatores naturais e culturais se influenciam uns aos outros e evoluem em conjunto ao longo do tempo, determinando e sendo determinados pela estrutura global (Forman e Godron 1986; Naveh e Lieberman 1994; Zonneveld 1990). A compreensão da paisagem implica o conhecimento de fatores como a litologia, o relevo, a hidrografia, o clima, os solos, a flora e a fauna, a estrutura ecológica, o uso do solo e todas as outras expressões da atividade humana ao longo do tempo, bem como a compreensão da sua articulação, constituindo uma realidade multifacetada. A expressão visual desta articulação, num determinado momento, constitui a paisagem que pode ser vista por cada observador, segundo a sua perceção e os seus interesses específicos.

“A paisagem constitui um sistema de interdependências entre os fatores físicos do ambiente – clima, pedologia, litologia, hidrologia e os seres vivos – plantas, animais e o Homem, todos em equilíbrio. Através da compreensão das suas correlações entendemos indubitavelmente como é que ela opera e de que modo pode ser ajustada às necessidades do Homem. Estas correlações compõem estruturas na paisagem que impõem “continuidade”, de modo a que os elementos que as integram não se façam perder ao longo do seu fluxo” refere Rocha (2007:9).

A paisagem é pois uma síntese entre estes sistemas e um complexo dinâmico em mutação, mas da qual não podemos retirar a matriz cultural e de valores, onde é olhada como um palco da vida real e onde o homem representa uma duplicidade entre espectador e ator.

A paisagem pode entender-se como fornecedora de bens e serviços, que num determinado momento satisfaz as necessidades, que responde à procura e a expectativas que dela se podem ter. Das suas várias funções, várias são as paisagens que podem ter valor de mercado em virtude da sua produção (agrícola, florestal...), outras fornecem bens ou serviços, para as quais é difícil determinar um valor objetivo de mercado. As principais funções das paisagens podem então definir-se como:

Função ambiental: Esta função liga-se à gestão e conservação dos recursos naturais, à não degradação dos solos e à recuperação ambiental.

Função económica: A agricultura é ainda uma grande força que contribui para o funcionamento e crescimento das economias dos países. O ciclo produtivo tem efeitos na economia, que se estende a outros sectores que não só o agrícola.

Função social: A paisagem rural é importante para a manutenção da dinâmica das comunidades rurais, de forma a sustentar e melhorar a qualidade de vida, assim como a sua sobrevivência.

De maneira sintética, poderemos considerar que a paisagem é a interação da geomorfologia, clima, plantas e animais, água e incidência das alterações naturais e das modificações de origem antrópica, contendo informações culturais e/ou ambientais. A paisagem é dinâmica e as variáveis que intervêm na sua formação são ativas, evoluem e modificam-se no tempo, constituindo um conjunto dinâmico.

Embora na atualidade e para as diversas ciências, o conceito de paisagem apareça como o início do estudo das relações entre o homem e o meio, de forma a compreender a evolução, até da própria espécie humana, o conceito de paisagem e a discussão à sua volta é antiga.

A paisagem, para Silveira (2009), na sua materialidade, surge juntamente com a formação do planeta, podendo desta forma ser estudada desde a pré-história.

Os egípcios e os povos da mesopotâmia já mantinham uma relação com a paisagem, demonstrando-se através do aproveitamento das cheias dos rios, na construção de jardins ou através dos conhecimentos agrícolas que possuíam.

“A paisagem aparece identificada, pelo menos desde o século XVIII, com a fisionomia de uma dada área, a sua expressão visível. A moda das viagens e a grande divulgação dada aos seus relatos no século XIX favoreceram, segundo Luginbül (1992), a associação da paisagem às características de um dado território, traduzidas na combinação local dos elementos naturais e humanos, devido ao modo particular como se aproveitam localmente os recursos, portanto base da especificidade regional” (Salgueiro, 2001:40).

“No âmbito científico, a primeira pessoa a introduzir o termo “paisagem” foi um geobotânico, Alexander von Humboldt, no início do século XIX, no sentido de “característica total de uma região terrestre”” (Metzger, 2001:2) e que foi o reflexo dos estudos realizados sobre as viagens realizadas no século XVIII e que, usando o termo *landschaft*, leva a que a noção de paisagem passe a constituir-se como uma categoria de análise.

Mas já antes, na renascença em França, o termo *paysage* foi usado com uma abordagem ao espaço delimitado, em associação às questões estéticas, sendo que os elementos naturais eram associados a representações artísticas da paisagem.

Sobre o tema da paisagem refere Manosso (2005:3) que “a partir do século XIX, as definições de paisagem passam a incorporar, além da aceção pictórica, carregada de sentido estético muito utilizada pelos artistas e paisagistas, um significado científico, sobretudo na geografia, que começa a usar o termo para definir um conjunto de formas que caracterizam um determinado setor da superfície terrestre.”

A abordagem científica ao estudo da paisagem inicia-se na Alemanha, com base na herança estética e naturalista, embora o conceito seja, nesta altura, ainda pouco preciso.

Silveira (2009) refere que seguindo a linha de pensamento iniciada por Humboldt, os seus seguidores, como por exemplo Sigfried Passarge, iniciaram em fins do século XIX, uma análise da paisagem sob o ponto de vista estrutural, apresentando uma tentativa de compreensão da mesma a partir de escalas hierárquicas. Passarge contribuiu com a primeira obra que se dedica ao estudo exclusivo das paisagens: “Fundamentos da ciência da paisagem”.

Refere ainda Maximiano (2004) que no Ocidente, a partir de Humboldt, iniciam-se os estudos mais sistemáticos que levariam à compreensão de paisagem como resultante de um complexo de interações entre elementos naturais e humanos. Contudo, ainda haveria discussões sobre o conceito e o método de abordagem da paisagem, passando por ênfases nos aspetos geomorfológicos, biológico ou ocupação humana de um espaço.

A segunda metade do século XX emerge como um período de intensos debates, em função da diversificação e multiplicação dos métodos pelo qual as paisagens são analisadas e para Silveira (2009) verifica-se o aparecimento de novas abordagens e perspetivas acerca da utilização do conceito de paisagem.

“O último quartel do século XX é marcado pelo renascer do interesse pela paisagem, o que se manifesta no crescimento do número de publicações, colóquios, seminários e associações sobre o tema, cujo alcance atinge e mobiliza o grande público” (Salgueiro, 2001:43).

“A paisagem que constitui o conceito-chave do paradigma dominante da geografia de entre as duas grandes guerras, voltou a estar na agenda dos geógrafos. O regresso à paisagem faz-se em várias frentes e a partir de escolas antecedentes distintas. Desde logo, pela renovação que os geógrafos franceses têm vindo a fazer, de G. Bertrand a A. Berque (cf. Bertrand, 1984; Berque, 1990; Pinchemel e Pinchemel, 1992; Claval, 1995), mas também por via da renovação da orientação culturalista da geografia humana anglo-saxónica, integrável ou não na corrente humanista (Cf. Ley e Samuels, 1978; Cosgrove, 1984; 1985; Cosgrove e Daniels, 1987; Yi-Fu Tuan, 1993; Crang, 1998; Mitchell, 2000)” (Gaspar, 2001:84).

É ainda Gaspar (2001) quem se interroga que, sendo a paisagem um conceito moderno, qual a explicação para o seu renascimento nos tempos pós-modernos? Será que as interrogações do Homem pós-moderno remetem também para a perda de identidade paisagística e daí, por carência, se tenha chegado mesmo à mitificação da paisagem?

Abordando a forma como se interage com a paisagem Salgueiro (2001) considera que a nova relação da sociedade com o seu espaço não é portanto um dado mas um produto, construído por um processo cultural e social. Requer aprendizagem. Efetivamente, o aparecimento da paisagem foi acompanhado de uma revolução científica e técnica que libertou a natureza do concurso divino tornando-a objeto de conhecimento e abrindo caminho à sua manipulação e transformação com diversos fins.

No início do século XXI, no seguimento de uma nova consciência ambiental e social que se iniciou na década de 90 do século XX, com a perda de qualidade de vida e da degradação que as atividades humanas foram infligindo no território, com alterações significativas na paisagem, vieram colocar novo ênfase na sua abordagem. A nova abordagem ao conceito, que integra as relações de uma nova visão, de como as atividades antrópicas podem vir a desconfigurar e a alterar a fisionomia e características daquela. Esta nova forma de olhar a paisagem cria sinergias que dão origem a estudos, que são a base do planeamento do território e da proteção do espaço e dos recursos naturais, sendo que os estudos sobre a paisagem reforçam as atividades de profissionais de áreas como a arquitetura ou a agronomia, entre outras.

“As múltiplas pesquisas sobre a paisagem têm feito ressaltar a importância de novas dimensões, que vão para lá da simples apreensão visual ou da resultante das relações entre o Homem e o meio. Por um lado, têm valorizado a importância de outros sentidos na apreensão das paisagens (o olfato, o ouvido, o tato) e, por outro lado, como o notaram Phillipe e Geneviève Pinchemel, têm sido reveladas nas “novas paisagens” outras dimensões valorativas, para além da “paisagem como quadro de vida”: paisagem-

A conservação da natureza como fator de gestão da paisagem rural - O caso da ZPE de Veiros
património, paisagem-valor de identidade, paisagem recurso (Pinchemel e Pinchemel, 1992, p. 377)” (Gaspar, 2001:84-85).

O final do século XX e anos iniciais do Século XXI, parecem ter colocado na moda a paisagem, cujo conceito, segundo Name (2010) não é exclusivo da geografia, mas sempre teve grande relevância para a disciplina, estabelecendo-se como um dos seus conceitos-chave, em constante (re)discussão.

2.1.2. – Paisagens naturais e culturais

Alexander Von Humbolt, por muitos considerado como o grande pioneiro da geografia física e da geobotânica, introduziu o termo paisagem num conceito geográfico-científico, tentando conhecer as relações entre os componentes da paisagem e teve como principal preocupação as características físicas do espaço, sem negligenciar os aspetos humanos.

A diferenciação entre paisagem natural e cultural pode, sucintamente, ser estabelecida na comparação de que a paisagem natural se refere a todas aquelas onde se combinam a geologia, geomorfologia, flora, fauna e que por oposição a paisagem cultural é uma paisagem humanizada, onde estão patentes as modificações introduzidas pelo homem.

Dolfus (1978) cit. in Filho (1998:8) afirma que “uma paisagem terrestre pode ser classificada, no que tange ao seu grau de intervenção humana, em: paisagem natural, modificada ou organizada”. Ainda segundo Filho (1998) uma paisagem natural seria aquela que não foi submetida à ação do Homem, pelo menos em data recente, enquanto a modificada, como o nome indica, foi transformada, até uma certa extensão, pelo Homem, consistindo num estado de transição para a paisagem organizada. Esta última, também conhecida como paisagem cultural, resulta de uma ação meditada, combinada e contínua do Homem sobre o ambiente. Paisagens culturais podem ainda ser descritas como paisagens rurais, caracterizadas pelas atividades agro-pastoris ou urbana, produto esta de aglomerações humanas.

Sauer (1998) cit. in Maximiano (2004: 87) “considera que região e área são, em certo sentido, termos equivalentes a paisagem. Este seria um conceito de unidade da geografia, ou uma associação de formas diversas, tanto físicas como culturais. O conteúdo cultural da paisagem, para este autor, é a marca da existência humana numa área. Noutras palavras, a cultura seria o elemento que, agindo sobre o meio natural, resulta na paisagem cultural”.

Nesse sentido, para Silveira (2009), pode-se conceber que a paisagem se constitui como resultado do estabelecimento de uma inter-relação entre a esfera natural e a humana, na

A conservação da natureza como fator de gestão da paisagem rural - O caso da ZPE de Veiros

medida em que a natureza é percebida e apropriada pelo homem, que historicamente constitui o reflexo dessa organização.

Cavaco (2005) afirma que na perspectiva de Belli (1998), a paisagem é um produto de síntese, de interação entre três sistemas: a estrutura física, o mundo orgânico e a estrutura sociocultural. Duas interpretações são então possíveis: uma de base física perceptiva, a paisagem como um complexo dinâmico de ecossistemas em contínua mutação; outra interpretação, de maior complexidade, assenta numa matriz cultural, uma matriz de valores, em que se combinam os três sistemas, em que a paisagem é vista como um cenário ou palco cénico da vida real e o Homem sendo ao mesmo tempo espectador e ator.

Esta dicotomia é hoje mais complicada de explicitar e difícil de exemplificar em virtude das relações existentes entre o homem e o ambiente. A separação de paisagem em naturais e culturais pode ser hoje questionada, atendendo ao modelo de desenvolvimento seguido pela humanidade, principalmente a partir da revolução industrial e mesmo hoje nos locais mais recônditos do planeta a interferência humana faz-se sentir, quando não de forma direta pelo menos de forma indireta.

Na perspectiva de Cancela d'Abreu *et al* (2004), na generalidade do território europeu, a paisagem é assim uma paisagem cultural, expressão dos diversos recursos naturais existentes mas também da ação humana sobre esses recursos. A paisagem natural é aquela onde a articulação dos diversos fatores naturais ao longo do tempo não foi afetada pela ação humana, o que no continente europeu é raro. Em geral de uma forma direta, mas também de uma forma indireta, praticamente todas as paisagens europeias registam em maior ou menor grau o impacte da ação humana.

As paisagens culturais dão um enorme contributo para a identidade local e representam as interações existentes entre o homem e o ambiente e dessa forma a “agricultura permanece como a atividade fundamental das sociedades humanas, a nível global. Consiste, nomeadamente, no cultivo dos campos, no trabalho da terra com vista á produção de bens alimentares respondendo a outras necessidades humanas, como fibras têxteis, plantas ornamentais, produções energéticas e lenhosas, mas consiste igualmente na criação de animais que asseguram alimentos, couros e peles e garantem energia de tração e transporte” (Cavaco, 2005:80).

Na sua análise de como as paisagens naturais se transformam em paisagens rurais Cavaco (2005) afirma que a história da agricultura tem sido marcada pela introdução de inovações tecnológicas, mecânicas, químicas e biológicas, traduzida em *inputs*, infraestruturas e equipamentos diversos, que se opõem à agricultura tradicional, definindo assim a agricultura moderna.

2.2. A Paisagem Rural

2.2.1. Diversidade de paisagens rurais

As paisagens rurais não apareceram do nada, elas resultam da interligação de um conjunto de fatores, sendo que foram evoluindo ao longo do tempo pela conjugação de fatores naturais e culturais. A paisagem rural difere em termos cénicos e em suporte produtivo de local para local, traduzindo uma grande diversidade em termos mundiais. As paisagens rurais basicamente sempre serviram as estratégias de produção que as foram moldando.

Medeiros (1991) cit. in Cavaco (2005:75) refere que “a ocupação humana do território português se traduziu pela implantação dum mosaico de paisagens, com características próprias, mais ou menos sensíveis; compreendem essencialmente elementos ligados às atividades rurais e ocupam áreas variáveis (...) ainda que, por vezes, com extensão recente da superfície cultivada, ou retoques tardios no seu arranjo, apresentavam-se então, claramente, como unidades estáveis (...). Na atualidade, verificam-se transformações relevantes (...). Contudo, as paisagens tradicionais (...) continuam a constituir um pano de fundo relevante quando se considera a geografia humana de Portugal (...). Dois fatores fundamentais condicionam a génese das paisagens tradicionais portuguesas e as características que acabam por assumir aspetos físicos ou naturais e as incidências da evolução histórica”.

Portugal é, em termos paisagísticos, um país de contrastes. Desde a peneplanície alentejana até às regiões montanhosas da Beira Alta e de Trás-os-Montes, passando pelo Ribatejo até aos socacos e lameiros do Minho, esta diversidade é o resultado da interação entre fatores não biológicos, fatores biológicos e fatores antropológicos.

Não sendo específico do Alentejo, ou mesmo do território rural do país, até finais dos anos 70 início dos anos 80 do século passado, a maioria da população da região alentejana encontrava-se de uma ou de outra forma ligada à agricultura. Os ritmos de trabalho e as tarefas a desenvolver estavam intimamente ligadas ao local. A atual paisagem e a sua estruturação são o resultado da exploração do solo, da intensidade com que os trabalhos agrícolas se realizavam e do regime fundiário. Mas hoje a agricultura já não ocupa tanta mão de obra, mesmo no território rural onde muitos trabalham ou estão ligados aos serviços e, uma pequena parte, tem atividades no setor secundário.

“A diversidade é assim um dos traços mais marcantes da agricultura e das suas paisagens à escala mundial, mas também à escala regional e até mesmo local: diversidade de meios naturais, de densidades de população e, não menos de nível de desenvolvimento

A conservação da natureza como fator de gestão da paisagem rural - O caso da ZPE de Veiros

económico, de condições sociais, culturais e mesmo religiosas enquadrantes, expressas em valores, ideologias, perceções, representações e comportamentos dos agricultores e nas suas escolhas (...). O próprio solo agrícola é em parte produto da intervenção humana e resultante das práticas culturais anteriores.” (Cavaco, 2005:82).

Para Ramos (1998) as principais dinâmicas na paisagem rural estão fundamentalmente associadas ao contexto económico e político atual, onde o papel e as orientações da Política Agrícola Comum (PAC) não podem ser ignoradas.

2.2.2 – A Agricultura como atividade modeladora de paisagens

O desaparecimento da agricultura arrasta consigo o desaparecimento do povoamento rural e de todas as funções e interações entre as pessoas e a natureza. Mesmo não sendo o principal setor económico de uma determinada zona, ou mesmo o mais forte, a agricultura é uma espécie de âncora de tudo o resto, nomeadamente de outros setores da economia local. Resulta do que precede que, quando falta a agricultura, desaparece o povoamento, assim como a cultura local e o património, desaparecendo mesmo o equilíbrio social e espacial.

“A agricultura continua a ser, na generalidade dos territórios rurais, nomeadamente em Portugal, a atividade que marca mais profundamente a sua expressão visível, como na generalidade dos campos-prados e do *Bocage* do Noroeste, (...), mais detalhadamente nas masseiras do litoral arenoso ou nos socalcos vinhateiros do vale do Douro, ou ainda nos campos abertos e afolhados, com pousios anuais ou pousios longos, limpos ou arborizados, respetivamente do Norte interior e do Sul.” (Cavaco, 2005:76)

Continua Cavaco (2005), na abordagem às paisagens rurais e na forma como se constroem e distribuem pelo planeta, a referir que numa escala mais global, são de considerar muitos outros tipos de paisagens, como os campos cerealíferos do Novo Mundo, de largos horizontes e acentuada monotonia, as paisagens das plantações tropicais, marcadas pela monocultura intensiva de espécies orientadas para a exportação distante, embora com estruturas variadas, em relação com a dimensão das explorações e, num outro extremo, as paisagens das policulturas tradicionais de autoconsumo familiar nas regiões marginais e de montanha do mundo desenvolvido e sobretudo em África, Ásia ou América Latina.

Paisagens com características diferentes das referidas acima e com estruturas variadas, como o são por exemplo os grandes campos de cereais, entre muitas outras existentes pelo planeta e que visam a produção de recursos, independentemente da sua dimensão, têm em comum a agricultura.

A agricultura é fundamental para muitas espécies animais, em particular para a humana, para a qual é a sua principal atividade e que consiste no uso do campo para cultivo e produção de bens alimentares, aos quais se associam outras respostas às necessidades humanas como a produção de energia e de plantas, com fins lenhosos ou ornamentais, e a pecuária, por exemplo. A evolução da agricultura, desde a agricultura itinerante até hoje, onde a ciência e a técnica são uma constante ferramenta, foi sendo uma revolução, também responsável pela alteração do espaço e da paisagem rural. As mudanças na agricultura são assim o motor das transformações paisagísticas que se vão operando.

Refere Cavaco (2005) que os espaços agrícolas são criações humanas, mas criações no geral frágeis. As suas especificidades andam associadas a dependências de processos biológicos e físicos, que se traduzem numa ligação estreita com as condições ambientais dos territórios, onde se desenvolve a agricultura (relevo, qualidade dos solos, clima); a dependência fundiária, até pelo uso extensivo do fator terra; e as complementaridades de diferentes ramos, traduzidas na policultura, em consociações e rotações de cultivos ou simplesmente nas monoculturas alternando com pousios ou recorrendo largamente a *inputs* químicos. As paisagens agrícolas e rurais são construídas com destruição dos ecossistemas naturais e com construção de uma natureza domesticada, humanizada: desarborização, arroteias e queimadas com vista a cultivos e pastos, erosão dos solos, desaparecimento de espécies vegetais e animais, avanço dos processos de desertificação, como na África das estepes e savanas, nomeadamente sob crescentes pressões demográficas, até pelo quase inevitável aumento dos consumos de material combustível para preparação dos alimentos e cargas pecuárias excessivas.

As paisagens rurais são o resultado do meio natural, do tipo de agricultura, do tipo de sociedade rural e das técnicas usadas, o que se traduz numa grande diversidade de paisagens rurais e ao mesmo tempo uma densidade rural e agrícola muito diferente, causadas por estruturas agrárias diferentes.

As políticas agrícolas são também elas importantes fatores de modelação e evolução da paisagem agrícola e rural. As políticas de produção ou comércio influenciam a localização da produção e a forma como se produz, abandonando-se na grande maioria das vezes sistemas mais tradicionais para usar os mais modernos, com recurso a maquinaria e a nova tecnologia. Também as políticas, sejam elas mais conservacionistas ou com ênfase na produção, alteram o rosto da paisagem.

“A agricultura tem, pois, um papel fundamental na génese de muitas paisagens rurais. Nos elementos destas paisagens revela-se a morfologia, que se refere à dimensão das explorações e à dimensão, forma e organização das parcelas de cultivo, que podem ser abertas ou fechadas de diversos modos, sempre em relação com o meio biofísico, as

A conservação da natureza como fator de gestão da paisagem rural - O caso da ZPE de Veiros
condições fundiárias e sociais, as culturas e as técnicas, ou seja, a estrutura agrária, respeitante às condições fundiárias, e a estrutura agrícola, respeitante à organização espacial das culturas e das pecuárias, intensivas e/ou extensivas” (Cavaco, 2005:77).

2.3. Multifuncionalidade da Paisagem

2.3.1. Multifuncionalidade da paisagem agrícola e rural

Para a OCDE (2001) a introdução do conceito de multifuncionalidade, pelos Ministros da Agricultura em reunião de 5 e 6 de Março de 1998, acrescentou uma outra perspectiva para a discussão sobre as funções rurais e a sua relação com as alterações na paisagem. O Comunicado da Reunião Ministerial reconhece que além da sua função principal de fornecimento de alimentos e fibras, a atividade agrícola pode também moldar a paisagem, com benefícios ambientais, conservação dos terrenos, a utilização sustentável dos recursos naturais renováveis e a preservação da biodiversidade e contribui para a viabilidade socioeconómica de muitas áreas rurais.

Durand e Van Huylenbroeck (2003) definem a multifuncionalidade da agricultura como a produção conjunta de *commodities* e *non-commodities* pelo setor agrícola e, consideram ainda que, encontrar o equilíbrio certo entre os bens produzidos é uma questão não só da política agrícola, mas também de mudanças na gestão da propriedade e nível territorial.

Sobre as funções desempenhadas pela paisagem refere Pinto-Correia (2008) cit. in (Galvão e Vareta, 2010:67) “por funções entendem-se os bens e serviços suportados por uma paisagem e que respondem às necessidades, procuras e expectativas do Homem, no sentido lato, sendo por isso valorizadas pela sociedade. Algumas têm um valor de mercado (produção agrícola, produção florestal) e correspondem a comodidades (*commodity*). Outras são amenidades, que correspondem a bens e serviços públicos, para os quais não existe mercado ou este não funciona satisfatoriamente (recreio, conservação da natureza, identidade, qualidade de vida, preservação dos recursos ambientais...)” .

“O ritmo e a complexidade das mudanças no espaço rural, das sociedades ocidentais, tem atraído um corpo substancial de pesquisa e estudos na última década. (...) No entanto o observado por Marsden (1999, p. 504), "...Entender o equilíbrio dos processos económicos, sociais e ambientais que moldam a paisagem contemporânea, e as inter-relações entre estes em determinadas localidades, exige muito mais do que as formas rigidamente setorializadas do conhecimento que têm caracterizado a pesquisa rural no período pós-guerra. A sinergia entre o conhecimento anterior e as suas discretas bases se apoio é necessária agora.”(Holmes, 2006:142) ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Tradução livre do autor

A multifuncionalidade, na perspectiva de Oliveira, Cancela d'Abreu e Santos (2007), surge recentemente como paradigma das políticas agrícolas. Para além da função de produção, realçam-se outras funções, embora se possa considerar que sempre estiveram presentes nos espaços rurais como é o caso da regulação ambiental, valorização de habitat, de informação ou de suporte de estruturas. Neste contexto admite-se que faça sentido não considerar apenas a multifuncionalidade da agricultura, mas também de outras atividades ou de outros recursos e valores existentes num dado contexto, o que consideramos ser a paisagem.

A noção de multifuncionalidade da agricultura, assim como de desenvolvimento sustentável, surgiram nos anos 90 do Século XX e tinha como objetivo a renovação das políticas públicas para um desenvolvimento rural sustentável. O ponto mais alto da discussão, onde se reconheceu a multifuncionalidade da agricultura, deu-se na Conferência do Rio (Eco-92), e levou a uma nova forma de pensar a função da agricultura, caindo, assim, o modelo tradicional de uma agricultura produtivista.

A multifuncionalidade, para Vejre *et al*, (2006), pode ser utilizada para caracterizar o setor primário e as externalidades que lhe estão associadas, mas também para caracterizar a paisagem *per se*, onde a agricultura define a estrutura de produção e assim também domina o uso do solo, mas outras funções como a conservação, qualidade de recursos naturais, recreio e lazer e preservação da identidade cultural, são asseguradas pelas várias unidades espaciais, separadamente ou combinadas num mosaico.

“Nos debates sobre o espaço rural, distinguem-se três figuras muito ligadas entre si, de grande atualidade para uma contextualização à escala de Portugal: o espaço “recurso”, dos sistemas de produção e dos respetivos produtores que participam na dinâmica paisagística; o espaço “quadro de vida”, cenário de todas as modalidades mais ou menos densas da chamada ocupação dispersa; o espaço “natureza”, numa nova visão sistémica que integra os recursos, os quadros de vida e todas as funções biofísicas da natureza “clássica”, tal como se entende na sua contraposição com a cultura. A paisagem rural, como recurso, quadro de vida e interface entre natureza e cultura, integra-se perfeitamente nestas três figuras” (Galvão e Vareta, 2010:64).

Em Holmes (2006), na conclusão do seu artigo sobre a transição das pastagens australianas (Holmes, 2002), este autor propõe três forças motrizes que contribuem para a multifuncionalidade e aumento da heterogeneidade espacial na utilização de recursos rurais (figura 1).

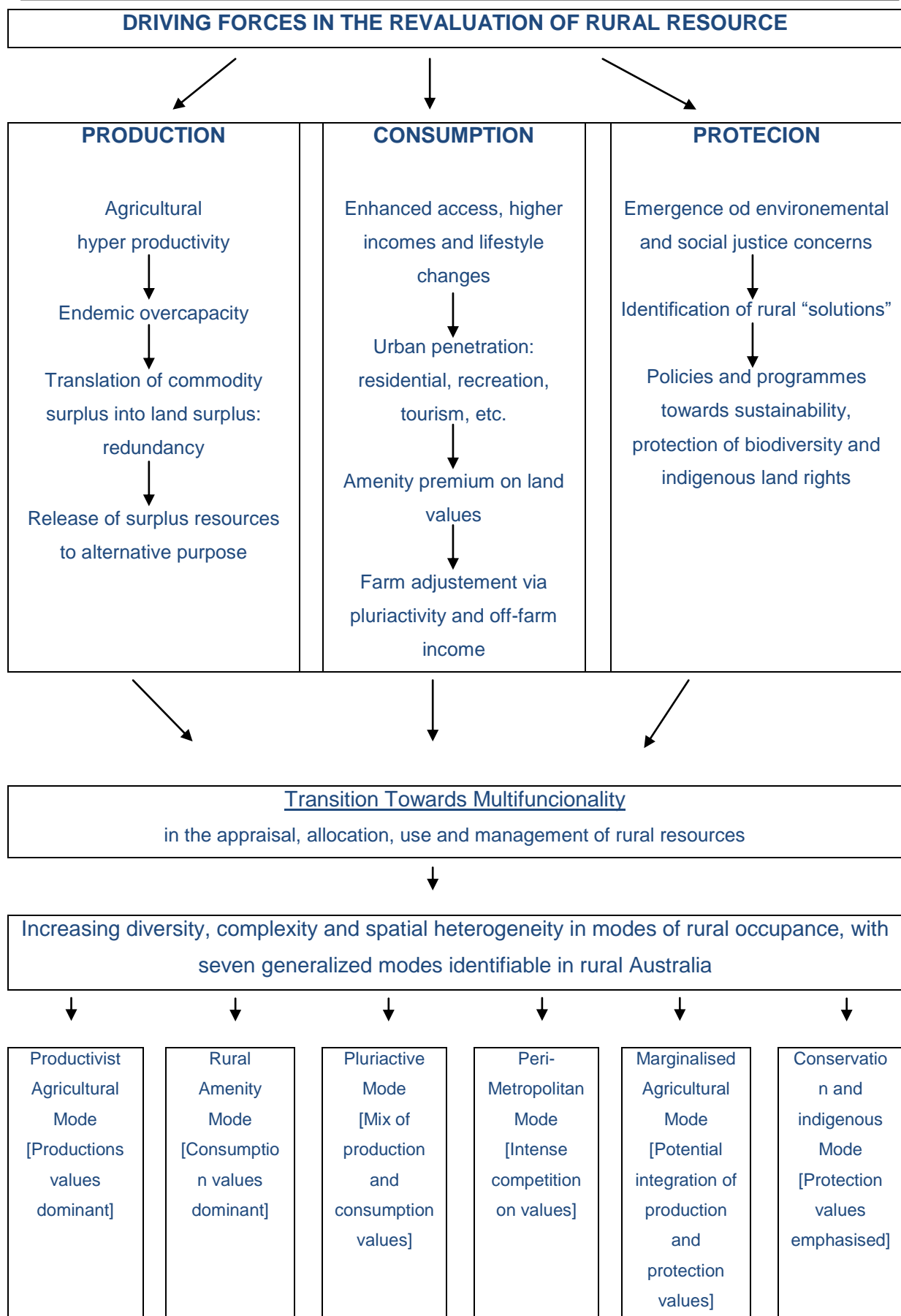


Fig. 1. A transição para o uso de recursos multifuncional do espaço rural na Austrália: forças motrizes e os resultados territoriais (Holmes, 2006).

São essas forças:

Excesso de capacidade agrícola: A evolução tecnológica, reforçada por protecionismo estatal, têm impulsionado a intensificação agrícola em locais favoráveis e tem também levado a redundância de construção noutros lugares, expressa na perda de viabilidade e resolvido através de pluriatividade, extensificação, desinvestimento e/ou a conversão para utilizações não agrícolas.

O surgimento do mercado orientado para a amenidade: O espaço rural é cada vez mais "consumido" pelo mercado impulsionado por interesses urbanos, atraídos pelo turismo, residencial, pelo estilo de vida, pelo lazer ou por oportunidades de investimento e pelas famílias de agricultores cada vez mais dependentes de atividades não-agrícolas.

Alteração de valores sociais: Além de alternativas orientadas para o mercado de usos, certas preocupações da sociedade só podem ser alcançadas de forma eficaz no espaço rural. Estas incluem preocupações ligada à gestão sustentável dos recursos, da preservação da biodiversidade, da proteção da paisagem e das terras e dos direitos dos locais. Na maioria dos contextos, estas preocupações levam para o aparecimento da doutrina de multifuncionalidade na zona rural e utilização dos recursos em que, por exemplo, os serviços ambientais podem ser integrados num sistema de produção agrícola. O excesso de capacidade agrícola e redundância pode facilitar o reconhecimento destes valores, incluindo a conversão para usos não agrícolas.

Pinto-Correia *et al* (2008) referem, no que tange à paisagem rural, que esta depende muito diretamente das transformações operadas pelo Homem através dos sistemas de uso do solo, agrícolas ou florestais ou mistos (...). Cada paisagem deixa de ser exclusivamente relevante para a comunidade que nela vive ou viveu e passa a sê-lo também para todos os seus outros utilizadores. Mesmo para todos aqueles que com ela se relacionam, embora possam não deslocarem a ela, segundo novos modelos possibilitados e favorecidos pelo processo de globalização. É neste contexto que se fala hoje de multifuncionalidade da paisagem, porque dela se esperam várias funções pelos vários utilizadores. Os proprietários e agricultores que exploram a terra, os caçadores e pescadores, os visitantes e turistas, os habitantes, tanto os de longa data como os recentes que procuram outra qualidade ou tipo de vida, os que foram habitantes e que se mudaram, mas que se identificam com a paisagem da sua infância, aqueles que desenvolvem atividades económicas com base na paisagem (turismo, recreio, etc.), amantes e defensores da natureza e do ambiente, os técnicos e decisores, e eventualmente muitos outros.

O termo multifuncionalidade tem sido usado de diferentes formas e sentidos. Quando orientado e dirigido à política agrícola, aparece nos últimos tempos como um conceito base relacionando a agricultura e a paisagem rural.

“A utilização de multifuncionalidade como um conceito analítico significa a avaliação de que funções são suportadas por uma determinada paisagem, num determinado momento, e como se definem sinergias ou conflitos entre elas. As funções podem ser definidas como bens (amovíveis) ou serviços (não amovíveis), disponibilizados na paisagem e que provêm às necessidades, procuras e expectativas do Homem, no sentido lato, sendo assim valorizadas pela sociedade (de Groot, 2006). Algumas são privadas e comercializáveis, sobretudo os produtos, são assim designados por comodidades, *commodities*; mas a maioria dos serviços são públicos, para os quais não existem mercados ou estes não funcionam satisfatoriamente, e não são por isso designados de amenidades, *non-commodities* (OCDE 2001; Wiggering *et al* 2006)” (Pinto-Correia, 2007:68).

Com o desenvolvimento do conceito de multifuncionalidade também ao agricultor foram sendo reconhecidas novas funções, sendo também este, por analogia, multifuncional. A União Europeia debate o conceito e a operacionalização de multifuncionalidade, não já como um modelo produtivista, mas como uma nova política pública de valorização rural. Há pois uma mudança para a diversificação de atividades em oposição a uma política produtivista e de especialização dos sistemas produtivos.

A multifuncionalidade da paisagem é um caminho que passa pela produção de bens, preservação do ambiente, conservação do “habitat”, manutenção do património local e cultural e por atividades que vão do turismo ao recreio, sendo que a multifuncionalidade da paisagem é hoje um elemento essencial no desenvolvimento local e na manutenção do povoamento.

Para Holmes (2006) a direção, a complexidade e o ritmo da mudança rural nas sociedades ocidentais pode ser olhada como uma transição multifuncional, em que uma mistura variável de consumo e dos valores de proteção tem emergido, contestando o domínio anterior de valores de produção e levando a uma maior complexidade e heterogeneidade na ocupação rural em todas as escalas.

2.3.2. Novas abordagens à paisagem rural

A discussão em torno da multifuncionalidade da agricultura reconhece o papel desta nas suas múltiplas relações e da função que vai muito além da produção de alimentos. As discussões em torno desta visão fizeram cair o velho modelo produtivista, ligado ao aumento da produtividade e do crescimento económico.

A aplicação do conceito de multifuncionalidade promove o desenvolvimento de um conjunto de relações, que ao mesmo tempo identificam um espaço compartilhado por vários atores, que sendo dinâmico é a expressão das relações de interdependência e complementaridade.

Uma das questões centrais que a problemática da multifuncionalidade agrícola levanta é, para Lima (2008), quando discutida do ponto de vista do desenvolvimento rural, a da integração das explorações agrícolas numa estratégia coerente de maximização dos recursos locais. A promoção da multifuncionalidade agrícola concorre para que o espaço rural possa vir a preencher “novas” funções – lazer, amenidades ambientais, gestão da paisagem, contribuição para o ordenamento e gestão do território, entre outra – e, possa por essa via, vir a contribuir para valorizar a imagem do território rural, quer a imagem da própria agricultura.

Como referido, após a Cimeira do Rio em 1992 alterou-se um pouco a perceção de que a agricultura tinha somente um papel de produção de alimentos. A partir daquela, a agricultura e as suas novas funções passaram a ser vistas de outra forma. Segurança alimentar, conservação do solo e da natureza, manutenção da biodiversidade passaram a ter um papel determinante e um novo papel na agricultura multifuncional.

Com a alteração de paradigma ligado a novas práticas agrícolas, mais atentas à manutenção ambiental e às reformas operadas na Europa, em termos de medidas de apoio, na fase atual, para Neves, Magalhães e Relvas (2001), os territórios rurais beneficiam de uma renovada atração com origem na ideia segundo a qual a preservação de recursos do património natural e construído, bem como das produções tradicionais, encontram uma procura de mercado suscetível de contribuir para a revitalização das economias locais.

Os territórios rurais sofreram, no entanto, substancial alteração com as evoluções ocorridas nas práticas agrícolas, sofrendo as estruturas e “habitats” da paisagem alterações, fruto também da intensificação dessas atividades.

As paisagens foram direta ou indiretamente alteradas, fruto da ação antropogénica, que levou a um aumento da área agrícola e da produção. Também o aumento da mecanização e utilização de novas culturas, assim como diferenças entre a estrutura da propriedade, os solos, o clima e a disponibilidade de água, a que as reformas agrícolas ajudaram.

Continua, ainda assim, o desafio de contrariar a diminuição de pessoas no interior do país e nas zonas rurais, fixando população e proporcionando condições à criação de novos postos de trabalho e desenvolvendo novas atividades indo ao encontro de uma população cada vez mais urbana.

Há um papel reservado às novas funções agrícolas, sendo que a agricultura, como uma atividade económica, além da produção de alimentos, poderá trazer outro tipo de benefícios. Hoje colocam-se também problemas muito diferentes aos colocados há umas décadas, nomeadamente no que se refere a questões de proteção dos solos, dos “habitats” da fauna,

A conservação da natureza como fator de gestão da paisagem rural - O caso da ZPE de Veiros
da biodiversidade, da proteção dos recursos hídricos ou da proteção de uma identidade paisagística local mas que são, também eles, uma nova janela de oportunidades.

A gestão da paisagem rural tem sido feita com base nas atividades produtivas, sejam elas agrícolas ou florestais que, ao longo do tempo, têm alterado as suas características naturais. Esta gestão vê-se hoje confrontada com condições diferentes e que alteraram a forma de gerir a paisagem, mantendo-se determinadas áreas afetas à produção enquanto em muitas outras, principalmente como consequência da globalização, foram progressivamente deixadas ao abandono. Nestas, outras funções despertam agora, nomeadamente como resultado da sua procura para atividades que passam pelas novas funções oferecidas pelos territórios rurais.

Há um aumento da procura da paisagem como suporte de serviços diversos, sendo que o território produtivo assume também a função de território de consumo. Têm sido a agricultura e a silvo-pastorícia que têm criado estas paisagens, mas que as novas procuras vêm agora colocar questões de integração com outros setores e a adequação a outros usos e até mesmo a novas ocupações do solo. As funções não produtivas estão agora ligadas e articulam-se com a atividade agrícola de forma a gerir a multifuncionalidade da paisagem rural e a garantir a potenciação de ambas as funções.

“Os territórios rurais têm uma história económica e uma estrutura que resultam do uso da terra pela agricultura e pela floresta e de atividades industriais que utilizam a força de trabalho rural e/ou os recursos naturais rurais. No entanto, a regressão da agricultura e o aumento da importância do plurirrendimento e da pluriatividade, a importância da indústria, o desenvolvimento de atividades residenciais e recreativas, bem como o crescimento do interesse social pelos bens rurais e da natureza, têm modificado grandemente o funcionamento económico desses espaços. Na realidade, parecia assistir-se a uma “lenta morte” do mundo rural, hoje, em consequência do potencial de desenvolvimento do processo de multifuncionalidade dos espaços rurais, perspetivam-se novas formas de vivência capazes de o dotar de uma nova vida” (Carneiro, 2005:1).

Holmes (2006) refere que na sua essência, a transição multifuncional envolve uma radical reordenação nos três domínios básicos, subjacentes ao uso humano do espaço rural, nomeadamente produção, consumo e proteção. A transição pode ser caracterizada como uma mudança da ex-dominante meta de produção para uma mais complexa, mistura de produção, consumo e proteção. Estes três objetivos básicos podem ser ligados e conduzir à transição para uma ocupação rural multifuncional, ou seja, excesso de capacidade agrícola (a meta de produção), o surgimento de usos orientadas para o mercado de recreio (o consumo objetivo) e mudança dos valores da sociedade (a proteção).

“Da análise dos diferentes níveis interpretativos e valorativos concernentes às paisagens sob uma perspectiva de uso conservacionista racional, emergem aspetos que revelam acentuados níveis de fragilidades e contradições. Isso é evidente, ao considerarmos os diversos graus e motivos envolvidos na associação das imagens das realidades ambientais pelos vários segmentos de classes socioeconómicas, grupos culturais e institucionais envolvidos nas ações necessárias para a implantação e implementação dos programas e projetos de utilização e salvaguarda do património desses recursos paisagísticos: políticos, empresários, académicos, ambientalistas, líderes locais, representantes de comunidades tradicionais, organizações não-governamentais, habitantes, turistas e excursionistas... Diferentes motivações, respostas antagónicas, paisagens em risco, valores em choques...”(Guimarães, 2005:46).

A multifuncionalidade na agricultura está diretamente, embora não exclusivamente, ligada às diferentes funções agrícolas que a terra pode cumprir. As terras agrícolas estão perfeitamente incluídas neste princípio se cumprem a mistura de funções exigidas pela sociedade. Estas exigências não são constantes, mas são influenciadas por muitos fatores, incluindo mudanças no nível dos rendimentos, da densidade populacional e da produtividade, induzidas por mudanças no preço relativo destas funções.

“As funções que os terrenos agrícolas podem cumprir incluem as tradicionais funções de produção (alimentos, rações), funções ecológicas (habitat para a fauna), uma função cultural (paisagens típicas) e função de recreação (desfrutar da paisagem, recreio e alojamento). A agricultura multifuncional pode, simultaneamente, cumprir diferentes combinações destas funções. Os bens produzidos por essas funções pode ser comercializável (alimentos, matérias-primas, plantas ornamentais, etc.) ou não comercializáveis (vida selvagem e paisagem). Os produtos também podem ser interpretados como atributos diversos do uso da terra. Muitas vezes, estes atributos, são subprodutos do tipo de uso da terra ou o resultado de uma produção conjunta. Uma classificação de bens ou atributos de uma agricultura multifuncional, de acordo com os conceitos de rivalidade e possibilidade de exclusão, dá-nos quatro combinações "ideais": bens públicos puros (não-exclusiva e não-rival), bens comuns (não-exclusiva e rival), bens públicos impuros (exclusiva e não-rival) e bens privados (exclusivo e rival)” (Jongeneel, Polman e Slagen, 2008:82) ⁽¹⁾

O espaço rural é o suporte de um vasto leque de atividades, muitas delas dirigidas aos mercados locais, mas que vão além destes e se dirigem a uma maior procura externa. As atividades dirigidas aos mercados locais ou à procura externa geram empregos, geram riqueza e mantêm a identidade dos territórios.

⁽¹⁾ Tradução livre do autor

Os territórios rurais não têm tido uma distribuição uniforme de atividades, sendo que o ritmo e a evolução das paisagens apresentam ritmos, diferenças marcadas por desigualdades assentes nesta distribuição assíncrona. Para estas diferenças e ritmos evolutivos da paisagem concorrem o envelhecimento e o despovoamento populacional, a prática agrícola e a concentração nas cidades.

Nos momentos de hoje, referem Galvão e Vareta (2010), marcados por mudanças sociais e territoriais aceleradas, a paisagem que gostamos de ver e sentir, com os seus sons e cheiros, é a paisagem do património natural e cultural, testemunho de um sistema de produção e de uma vida social já muito alterados. Mas esta paisagem está a fundir-se com “outra”, que vai surgindo ao ritmo da transformação da sociedade local, integrando cada vez mais elementos característicos da vida urbana: casas novas com os seus jardins bem cuidados, loteamentos, prédios, comércio atrativos, rotundas, etc. A paisagem rural patrimonializada e em recomposição também é o quadro de vida quotidiano da população local. A multifuncionalidade das paisagens inicia-se precisamente aqui: sobrepõe-se a paisagem patrimonial (*outstanding landscape*), com alto valor estético e fortemente identitário e a paisagem quotidiana (*ordinary landscape*), cenário percorrido e percebido, no dia a dia, pelos habitantes.

2.3.3 – A perspetiva dos chefes de exploração

A agricultura conheceu ao longo dos anos processos evolutivos e sociais distintos. Os processos e a configuração da propriedade foram também responsáveis pelo “movimentos” evolutivos da agricultura.

Segundo Schneider (1994) os estudos de Pugliese (1985) e Alegre (1989) sobre a “externalização” de fases do processo produtivo na agricultura, deixaram de ser desempenhadas pelos proprietários e passaram a ser executados por agentes externos.

Em toda esta evolução no processo produtivo da agricultura e na sua evolução social, apareceu uma “nova figura”, a do chefe de exploração, que poderemos definir como a pessoa que assegura a gestão normal e diária da exploração agrícola.

Refere Schneider (1994) que a OECD (Organization for Economic Cooperation and Development, 1978) utiliza como principal critério para definir como “part” ou “full-time” uma propriedade, a diferença entre a quantidade de tempo que o chefe da exploração dedica à agricultura e/ou às atividades extra-agrícolas.

As decisões de gestão diária estão cada vez mais centradas no chefe de exploração, sendo que esta abordagem leva também, dependendo da percepção individual, a alterações na estrutura da paisagem.

Lima (1991) numa abordagem que procura sair da mera estratificação socioeconómica das explorações, segundo um número maior ou menor de indicadores e que tenha por objetivo restituir as lógicas económicas e sociais presentes na agricultura, começou por trabalhar os dados disponíveis de forma a caracterizar o agente responsável pelas principais decisões em matéria de gestão da exploração - o chefe de exploração.

A mesma autora (Lima, 1991) efetuou, em 1979, um estudo no continente, sendo que os chefes de exploração com atividade exclusivamente na exploração agrícola não chegavam a representar metade do total (48,8%); os duplo-ativos representavam 43,9% do total e os que tinham atividade exclusivamente extraexploração eram, por sua vez, 4,3% do total.

Mosca, Matavel e Dada (2013) referem a existência de um aumento dos chefes de exploração que não sabem ler nem escrever e a conseqüente redução dos chefes de exploração que tenham algum nível de escolaridade. Embora a percentagem dos homens que chefiem explorações que não sabem ler nem escrever tenha aumentado, a maior percentagem dos homens chefes de explorações apresenta algum nível de escolaridade, o que não se verifica para as mulheres. Isto sugere que os chefes de exploração com alguma escolarização estão a abandonar a área da produção. Há uma redução relativa (comparativamente com a evolução demográfica) do número de explorações, da presença do homem como chefe da exploração, o alargamento percentual e absoluto das pequenas explorações e a redução das consideradas explorações médias.

Segundo (Lima, 1991) tão importante como a conjugação, por parte do chefe de exploração, da atividade na exploração agrícola com outras atividades é a diversificação das fontes de rendimento dos titulares das explorações. Há, portanto, que contemplar a questão do plurirrendimento.

A importância da função de chefe de exploração é referida em Lima (1991), quando afirma que a agricultura com uma vertente tendencialmente empresarial, isto é, a agricultura praticada em explorações agrícolas que denotam características técnico-económicas, quer em termos de área explorada quer em termos de meios técnicos e tecnológicos usados já, requerem uma ocupação exclusiva do chefe da exploração.

Pinto-Correia (2000), numa abordagem comparativa em vários países europeus sobre a experiência de implementação das medidas agroambientais, reforça a ideia da importância do exercício da atividade dos chefes de exploração quando, nesta matéria, se refere aos mesmos como um dos fatores fundamentais de sucesso de implementação daquelas.

CAPÍTULO III – O CASO DA ZPE DE VEIROS

3.1. Enquadramento geral das Zonas de Proteção Especial

O ICN (2005) cit. in Gil (2006) refere que a Rede Natura 2000, é uma rede ecológica do espaço comunitário resultante da aplicação das Diretivas 79/409/CEE (Diretiva Aves) e 92/43/CEE (Diretiva "Habitats") e tem por objetivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos "habitats" naturais da fauna e da flora selvagens, no território europeu dos Estados-Membros em que o Tratado da União é aplicável, devendo no entanto assegurar a compatibilidade das atividades humanas com a preservação destes valores, visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, económico e social.

A Rede Natura é constituída por zonas especiais de conservação (ZEC), criadas ao abrigo da diretiva "habitats", e por zonas de proteção especial (ZEP) que tiveram origem na diretiva aves, cujo principal objetivo é garantir a conservação de espécies da avifauna e dos seus "habitats", sendo a seleção desta áreas feita exclusivamente com base em critérios científicos.

A criação das ZPE e a sua integração na lista nacional de sítios implica a manutenção do estado de conservação favorável ao aparecimento da avifauna e à manutenção do seu "habitat", pelo que o Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, fez a transposição conjunta para o direito interno de ambas as diretivas e veio também definir os mecanismos necessários à gestão dos sítios e das ZPE. Aqueles diplomas vieram também definir que os instrumentos de gestão territorial (IGT), quando aplicáveis, devem garantir as medidas para a conservação dos "habitats".

A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB), adotada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001 e publicada no Diário da República n.º 236, de 11 de Outubro de 2001, I Série, veio também reconhecer a existência da necessidade de ser assegurada a manutenção das ZPE, o que veio a ser reproduzido no PROT Alentejo, ao incluir as ZPE's da região na Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (figura 2).

O PROT Alentejo considera ainda, dentro desta estrutura regional, a ZPE de Veiros, bem como a outras área próximas, também classificadas como ZPE, como áreas nucleares para a proteção e valorização ambiental, fato que deverá ser tido em conta aquando de qualquer intervenção que possa interferir nestas áreas.

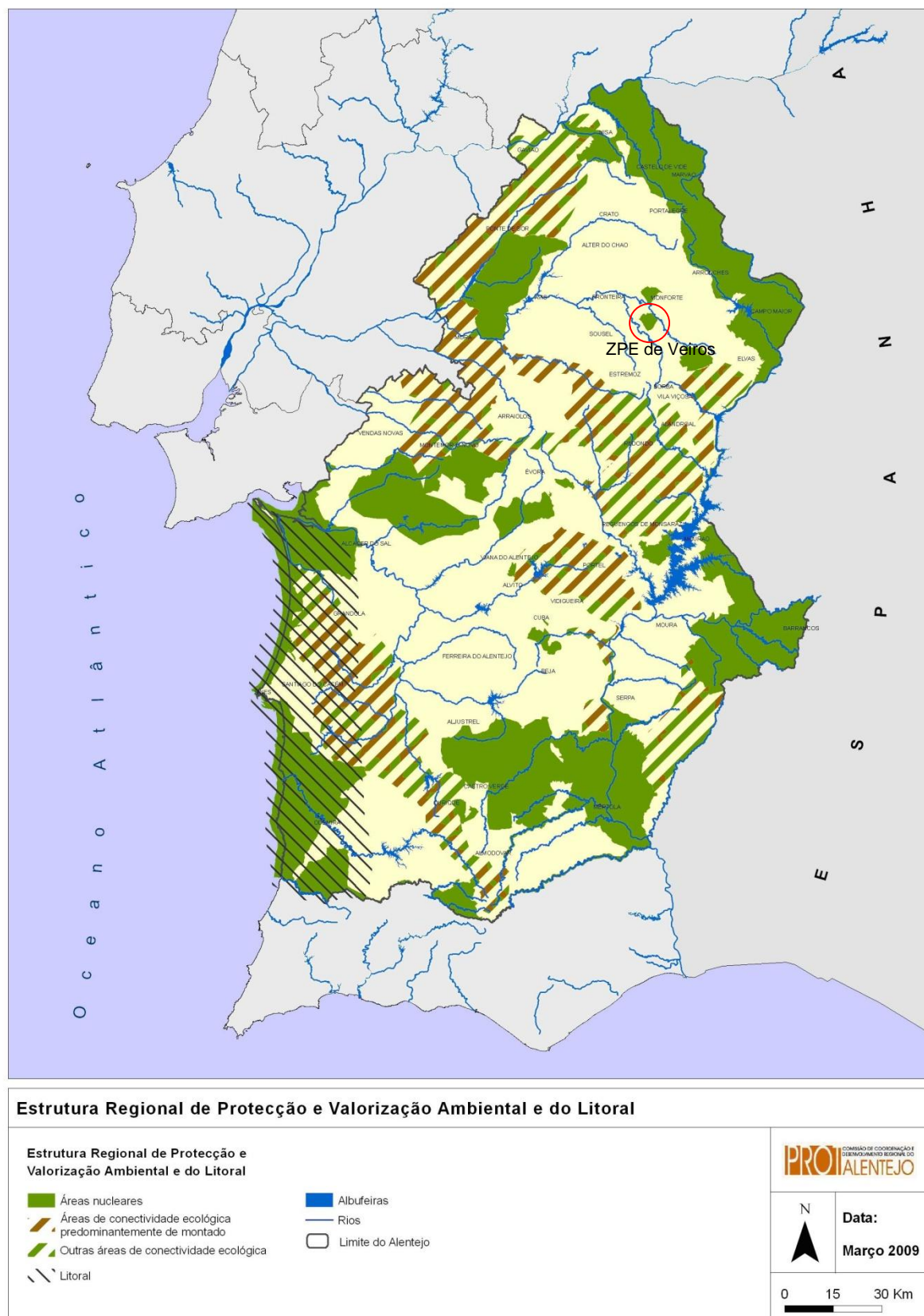


Fig. 2 - Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental – PROT Alentejo, com a ZPE de Veiros assinalada, adaptação do autor (Fonte:CCDR Alentejo, 2010).

3.1.1. A criação de novas ZPE

Antes de ser designada como ZPE, a área de estudo, por ser um dos locais prioritários para a conservação das aves em perigo, foi objeto de vários trabalhos de campo censitários da avifauna, em virtude de ser uma IBA (do inglês *Important Bird Area*), designada como IBA “Vila Fernando/Veiros”. Estes locais são assumidos internacionalmente pelos seus critérios científicos e são também locais estratégicos para a observação de aves. Os critérios científicos utilizados para identificar as IBA são claros e compatíveis com o definido na Diretiva 79/409/CEE, de 2 abril. No seu conjunto as áreas de Vila Fernando e Veiros abarcam 7487 ha.

A Área Importante para Aves (IBA) de Vila Fernando/ Veiros divide-se entre Elvas e Estremoz e está incluída no Sítio de Importância Comunitária Caia (PTCON0030) (figura 3).

Refere Silva, Costa e Silva (2004) que o interesse ornitológico da IBA Vila Fernando/Veiros resulta de ser uma área muito importante para a conservação da avifauna estepária ou pseudo-estepária, com estatuto de conservação desfavorável.

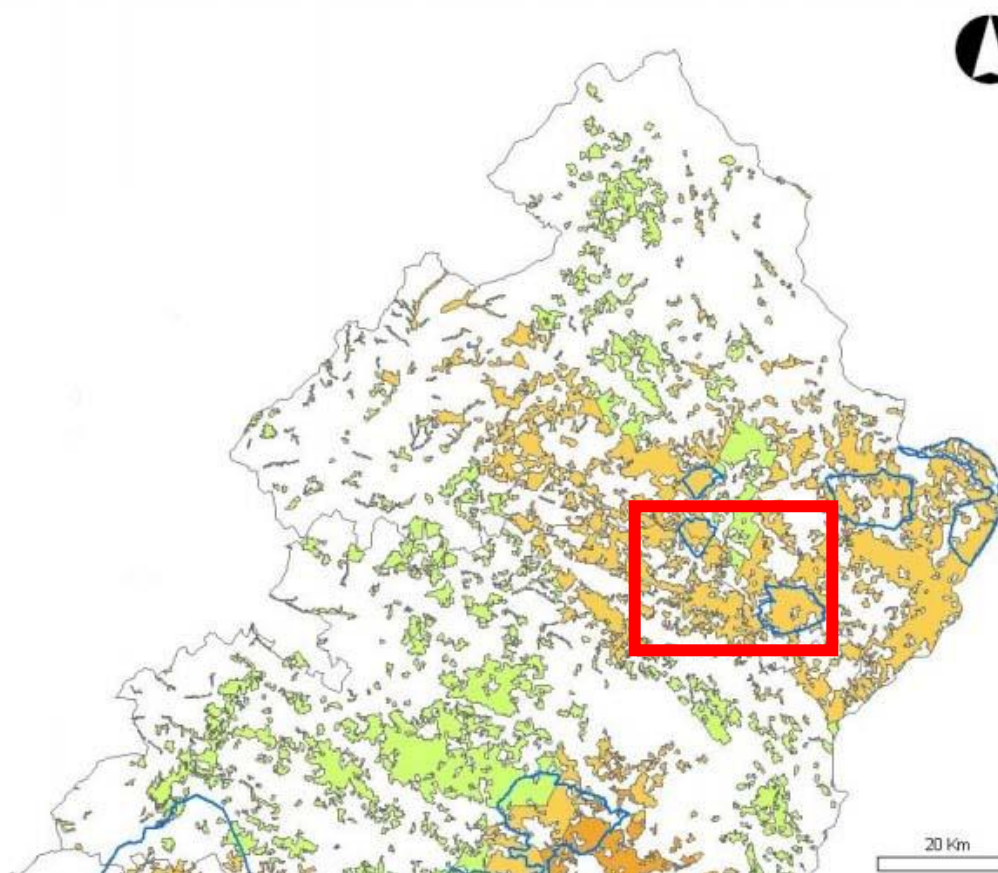


Fig. 3 – Localização da IBA Vila Fernando/Veiros (Fonte: Silva e Pinto, 2006).

A conservação da natureza como fator de gestão da paisagem rural - O caso da ZPE de Veiros

Pela transposição da Diretiva n.º 79/409/CEE, de 2 de abril, do Conselho (Diretiva Aves), o Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, veio estabelecer que deveriam ser classificadas como ZPE todas as áreas, em território nacional, onde houvesse a ocorrência de aves e seus habitats, listadas no seu Anexo I, e das espécies de aves migratórias não referidas no Anexo I e cuja ocorrência seja regular.

A classificação, de acordo com aquele diploma, de determinadas áreas como ZPE, teve em conta a variação dos níveis populacionais de espécies, cujo estatuto de conservação poderia ser de ameaça de extinção, vulnerável, espécies com ocorrência rara ou populações reduzidas, da existência de alterações ou modificações no seu “habitat” ou pela existência de especificidades no seu “habitat”, de que é exemplo o caso das aves estepárias.

O Decreto Regulamentar n.º 6/2008, de 26 de Fevereiro, veio criar mais 8 Zonas de Proteção Especial, onde se inclui a Zona de Proteção Especial de Veiros, que se juntaram assim às 28 já existentes, cuja criação foi instituída através do Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de Setembro e complementam as ZPE de Moura/Mourão/Barrancos, Castro Verde, Campo Maior e Vale do Guadiana.

Verifica-se assim que estas 8 novas ZPE, complementando as anteriormente referidas, distribuem-se pelo Alentejo e permitem a conectividade entre as áreas classificadas para a conservação das aves estepárias. Nestas áreas aparecem espécies como a abetarda (*Otis tarda*), o sisão (*Tetrax tetrax*), o francelho (*Falco naumanni*), o alcaravão (*Burhynus oediconemus*), o cortiçol-de-barriga-preta (*Pterocles orientalis*), a calhandra (*Melanocorypha calandra*), o rolieiro (*Coracias garrulus*) e o tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*), sendo que estas novas ZPE vêm assegurar um número adequado de áreas que asseguram a conservação daquelas espécies.

3.2. Caraterização da área

Embora o estudo se reporte à ZPE de Veiros e esta integre, em termos administrativos, o território de dois concelhos, Estremoz e Monforte, inicia-se e fecha o seu polígono em termos de perímetro na vila de Veiros, pelo que se optou por caracterizar em termos históricos esta vila.

3.2.1. Origens e história de Veiros

Refere Cunha (2000), na monografia sobre Veiros, que a origem da vila remonta, muito provavelmente à pré-história. Alguns dados arqueológicos suportam a tese de que a sua origem possa estar ligada ao Castelo Velho, um antigo povoado fortificado da Idade do Ferro. Neste povoado foram encontrados vários artefactos de cerâmica romana, o que indica que o local terá sido ocupado aquando da romanização da Península Ibérica e segundo alguns estudiosos lhe teriam dado o nome de *Valerius*.

Posteriormente, após a queda do Império Romano, primeiramente com a invasão dos Visigodos e depois com a ocupação Muçulmana, estas ocupações permitiram uma evolução, visíveis ainda há menos de 100 anos, nomeadamente através da presença de silos de origem muçulmana, que serviam para o armazenamento de cereais e que consistiam numa cova ou buraco aberto no solo, estando as suas paredes protegidas da humidade, na maioria das vezes por barro. Estas estruturas foram de grande importância, principalmente durante a reconquista cristã, permitindo que fossem ali guardadas as reservas alimentares.

A conquista cristã de Veiros aconteceu no reinado de D. Afonso II, em 1217, tendo esta localidade a partir dessa altura integrado a jurisdição da Ordem de Avis, em virtude de terem sido os seus cavaleiros, comandados por D. Fernando Anes, que a conquistaram.

A vila ganhou alguma importância, principalmente após a conquista do Algarve e nos confrontos com os castelhanos, existindo na literatura muitas referências ao seu castelo, que ainda mantém os traços da reforma mandada fazer por D. Dinis em 1308, sendo de alvenaria roqueira com cantaria de granito e de mármore.

A linha de muralha estende-se ao longo das curvas de nível acompanhando-as, definindo uma estrutura ortogonal regular. Foi executada em alvenaria de xisto, com paramentos baixos. Tem nove torres, seis de frente arredondada, que enquadram os pórticos Norte, Sul e Oeste. Duas, uma circular e outra quadrangular estão no paramento Norte. O seu arquiteto/construtor parece ter sido Pedro Abrolheiro .

Em 1939 foi feito um restauro geral e em 1998-2000 foram efetuadas obras de recuperação no âmbito do Plano Global de Intervenção do Centro Rural de Veiros.

Para Crespo (1950) Veiros aparece ainda como marcante para a história de Portugal por, em 1377, Inês Pires Esteves, filha do alcaide Pêro Esteves, cuja alcunha era o Barbadão, ter dado à luz um filho de D. João, à data mestre da Ordem de Avis e futuramente D. João II, o primeiro monarca da dinastia de Avis.

A criança recebeu o nome de Afonso e foi, posteriormente, feito 8.º Conde de Barcelos e 2.º Conde de Neiva. Mais tarde viria a casar com D. Beatriz, única filha do condestável D. Nuno Álvares Pereira. Da união das duas casas nasceu a Casa de Bragança, que se pode afirmar “um reino dentro do reino”, tal o seu poder. D. Afonso, nascido em Veiros é o seu primeiro Duque, o maior do reino a seguir ao rei.

A Casa de Bragança, assim como a Ordem de Avis, marcaram Veiros de forma definitiva e ainda hoje o brasão de armas desta localidade ostenta a cruz dos Bragança.

Em 1381, durante as Guerras Fernandinas, as forças dos mestres de Alcântara e Santiago cercaram a vila, não tendo tomado o castelo. Veiros mantém protagonismo na crise de 1383-1385, o que em momentos de crise sempre aconteceu, perdendo importância em tempos de paz.

Como reconhecimento pela sua importância, D. Manuel doa, a 2 de Novembro de 1510, em Santarém, foral a Veiros.

Refere Crespo (1950) que com a restauração da independência, em 1640, reacende-se o conflito com Espanha, que desta vez duraria até 1668. Em 1663, a 8 de Junho, D. João de Áustria, derrotado na Batalha do Ameixial, foge em direção a Espanha cercando Veiros, faz rebentar a torre de menagem do castelo e, capturando os varões de Veiros, corta-lhes as orelhas, levando a que os seus habitantes fugissem para terras vizinhas que, ao verem que estes não tinham orelhas, lhes terão passado a chamar *tronchos* (mutilados sem uma orelha).

Chegada mais uma vez a paz, Veiros começa novamente a perder importância, aparecendo novamente referido que no contexto das invasões francesas, em 1812, Veiros foi quartel-general dos regimentos de infantaria 4 e 10.

Fruto da sua perda de importância, a 4 de Novembro de 1872 Veiros seria extinto como concelho e a vila integrada no concelho de Monforte e posteriormente no de Fronteira até se fixar finalmente no concelho de Estremoz.

A partir de então Veiros segue o rumo do Portugal interior rural. Na primeira metade do século XX Veiros apresenta crescimento demográfico, que se inverte na segunda metade.

3.2.2. Enquadramento administrativo

A freguesia de Veiros integra o concelho de Estremoz, faz parte da NUT II do Alentejo e consequentemente da NUT III (Alentejo Central). Sendo o Alentejo uma região caracterizada por uma acentuada depressão demográfica, o concelho de Estremoz e a freguesia de Veiros não poderiam fugir a esta realidade.

Zona Geográfica	População Residente			
	Total	H	M	%
Portugal (Continente)	10047621	4798798	5248823	100
Alentejo	757302	366739	390563	7,54
Alentejo Central	166822	80222	86600	1,66
Estremoz	14318	6813	7505	0,14
Monforte	3329	1553	1776	0,033
Veiros	1036	489	547	0,010

Quadro 1 - Estrutura demográfica de Veiros (Fonte: INE, CENSOS 2011).

O concelho de Estremoz representa 8,58% da população residente no Alentejo Central, de acordo com os dados relativos aos Censos de 2011 e 0,14% da população residente no território nacional continental (quadro 1). Encontra-se, em termos de acessibilidades, em situação privilegiada, na medida em que é servido pela Auto-estrada (A6), que integra o IP7 (Lisboa-Caia), a via de atravessamento transversal do País e de ligação Lisboa a Espanha (Badajoz). O nó da A6 que serve o concelho situa-se na proximidade da sede de concelho, recebendo a designação de Estremoz.

O povoamento caracteriza-se pela concentração em torno das sedes de freguesia, sendo que a freguesia urbana do concelho de Estremoz concentra 60,50% da população do concelho. É de referir uma clara distinção entre elas, sendo que Estremoz, Evoramonte e Veiros se demarcam de todas as outras pela sua génese e estrutura organizada, em termos urbanos. As restantes freguesias, pelo contrário, revelam alguma desorganização na sua estrutura e alguma incoerência no seu desenho urbano.

Veiros, com 1.036 habitantes, representa 7,24% do total da população do concelho de Estremoz.

Em termos administrativos, a área da ZPE de Veiros distribui-se também pelo concelho de Monforte, cuja sede de concelho dista de Veiros 13 Km. Este concelho pertence ao distrito de Portalegre, NUT III (Alto Alentejo). Tem 3329 habitantes, tendo Monforte (freguesia) 1384 habitantes.

3.2.3. Criação, localização e limites da ZPE de Veiros

A ZPE de Veiros foi criada pelo Decreto Regulamentar n.º 6/2008, de 26 de Fevereiro, que teve como principal objetivo a conservação de aves incluídas no anexo A-1 do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, 24 de Fevereiro. Além da conservação de aves, o aparecimento desta ZPE tem também como função a proteção e conservação dos ovos da avifauna ali existente, ninhos e habitats, em particular do sisão (*Tetrax tetrax*), do francelho (*Falco naumanni*) e da abetarda (*Otis tarda*), vindo assim reforçar a conservação de espécies com estatuto de classificação a merecer atenção.

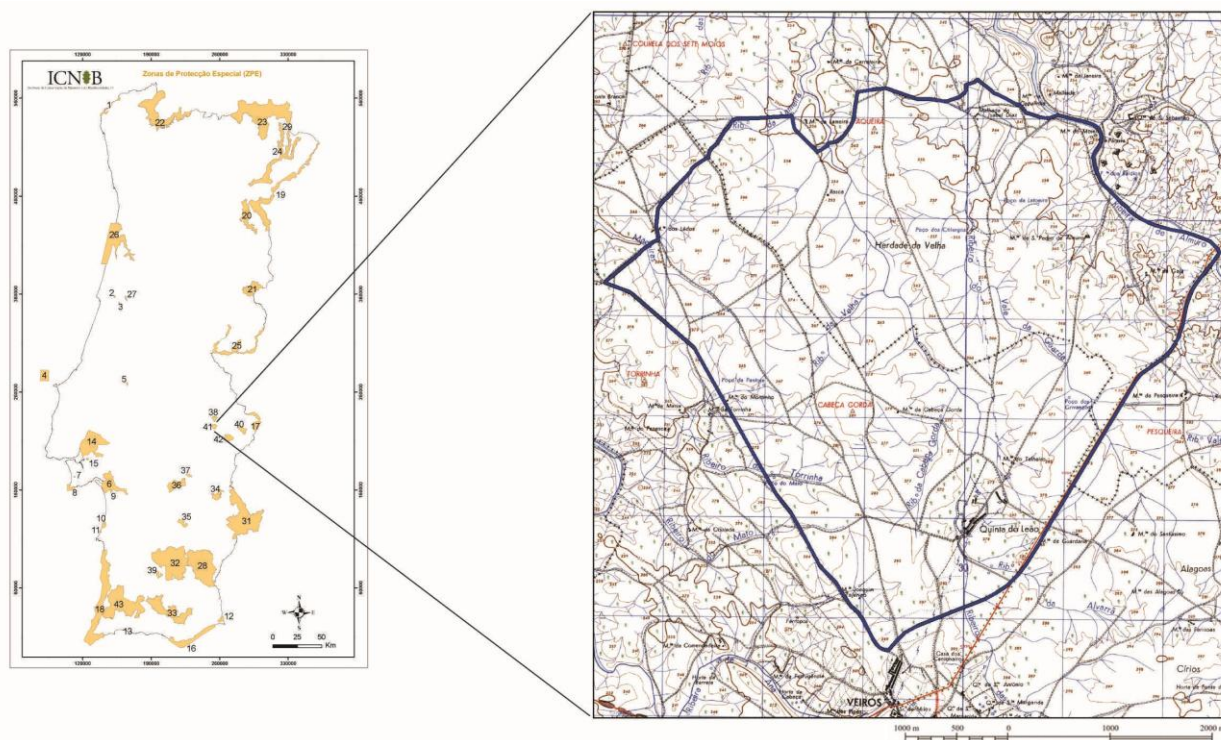


Fig. 4 - Localização e limites da ZPE de Veiros (adaptação do autor) (Fonte:ICNB, 2008 e CME/ADME, 2009).

A ZPE de Veiros foi criada pelo Decreto Regulamentar n.º 6/2008, de 26 de Fevereiro, que teve como principal objetivo a conservação de aves incluídas no anexo A-1 do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, 24 de Fevereiro. Além da conservação de aves, o aparecimento desta ZPE tem também como função a

A conservação da natureza como fator de gestão da paisagem rural - O caso da ZPE de Veiros

proteção e conservação dos ovos da avifauna ali existente, ninhos e habitats, em particular do sisão (*Tetrax tetrax*), do francelho (*Falco naumanni*) e da abetarda (*Otis tarda*), vindo assim reforçar a conservação de espécies com estatuto de classificação a merecer atenção.

A ZPE de Veiros, com o código PTZPE0052, criada pelo Decreto Regulamentar n.º 6/2008, de 26 de Fevereiro (Anexo I), situa-se no Alentejo e divide-se por dois municípios, Estremoz e Monforte, estando o seu perímetro (figura 4) incluído na carta militar n.º 398, à escala 1:25 000. Ocupa uma área de 1959,41 hectares e inicia-se junto à vila de Veiros, no cruzamento da estrada N.º 802 com a estrada que leva à Aldeia de Vale de Maceiras, designado por ponto 1 (figura 5), com as coordenadas x=254 038, 85 e y=221 626,47 (Projected Coordinate System: Lisboa Hayford – Gauss IgeoE. Datum Lisboa Hayford).



Fig. 5 - Ponto inicial o polígono da ZPE, cruzamento da estrada Veiros-Vale Maceiras (Foto do autor).

3.2.4. Caracterização geral da ZPE

De acordo com o levantamento efetuado pelo Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB), para a elaboração das fichas de caracterização e informação sobre as ZPE, no âmbito do Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000), nomeadamente a informação relativa aos valores naturais que justificaram a classificação e outra informação de carácter mais genérico, os 1.959,41 ha, da ZPE de Veiros, são dominados por pastagens extensivas e pelo cultivo de cereais em regime extensivo ou semi-intensivo. As pastagens são aproveitadas para a pecuária de bovinos ou ovinos. Na área existem ainda pequenos olivais tradicionais e áreas de montado de azinho disperso, com cereal ou pastagens no sob coberto [figura 6 a), b), c), d), e), f), g), h), i) e j)]



Fig. 6 - Vários aspetos da ZPE: a) campo aberto; b) Montado disperso e olival; c) Olival tradicional; d) Montado de azinho; e) Cercas divisórias das propriedades; f) Área irrigada; g) Área de pastagem com cercas e parte irrigada ao fundo da imagem; h) Área de pastagem com pivot ao fundo; i) Gado bovino a pastar e j) Ave a sobrevoar parte da ZPE (Fonte: Fotos do autor).

Esta zona foi identificada como importante para a conservação das aves estepárias, destacando-se a reprodução de abetarda (*Otis tarda*) e também a nidificação de sisão (*Tetrax tetrax*). O principal fator de ameaça identificado foi a conversão da agricultura cerealífera de sequeiro em regadio (figura 7), o aumento do encabeçamento e a construção de cercas para parqueamento do gado.



Fig. 7 - Aspeto geral de uma área da ZPE com parte irrigada por pivot (Foto do autor).

Nos quadros abaixo são apresentados os dados referentes à informação que serviu de base para a classificação como ZPE.

Concelho	Área (ha)	% do Concelho Classificado	% da ZPE no Concelho
Monforte	963,43	2,29%	49,17%
Estremoz	995,98	1,94%	50,83%

Quadro 2 – Concelhos abrangidos pela ZPE de Veiros (Fonte: ICNB, 2008)

Tipo de Uso do Solo	Área (ha)	Percentagem (%)
Áreas abertas agro/ silvo/ pastoris	1.737,77	88,69
Áreas agrícolas arbóreo-arbustivas (olival)	79,05	4,03
Áreas agrícolas arbóreo-arbustivas (vinha)	10,00	0,51
Montado de azinho disperso	132,58	6,77

Quadro 3 – Tipo de uso do solo (Fonte: ICNB Cos90, 2008)

As espécies da avifauna mais relevantes na classificação da ZPE apresentam-se nos dois quadros que se seguem.

Espécie	
Nome Científico	Nome Vulgar
<i>Circus pygargus</i>	Tartaranhão-caçador
<i>Tetrax tetrax</i>	Sisão
<i>Otis tarda</i>	Abetarda
<i>Burhinus oedicnemus</i>	Alcaravão
<i>Coracias garrulus</i>	Rolieiro
<i>Melanocorypha calandra</i>	Calhandra-real
<i>Calandrella brachydactyla</i>	Calhadrinha-comum

Quadro 4 – Espécies relevantes na classificação da ZPE integrantes do Anexo I da Diretiva 79/409/CEE (Fonte: ICNB, 2008)

Espécie	
Nome Científico	Nome Vulgar
<i>Ciconia ciconia</i>	Cegonha-branca
<i>Milvus migrans</i>	Milhafre-preto
<i>Milvus milvus</i>	Milhafre-real
<i>Pluvialis apricaria</i>	Tarambola-dourada
<i>Galerida theklae</i>	Cotovia-montesina
<i>Lullula arborea</i>	Cotovia-pequena
<i>Anthus campestris</i>	Petinha-dos-campos
<i>Sylvia undata</i>	Felosa-do-mato ou Toutinegra-do-mato

Quadro 5 – Espécies relevantes na classificação da ZPE Outras Aves do Anexo I da Diretiva 79/409/CEE e Migradoras não incluídas no Anexo I (Fonte: ICNB, 2008)

3.2.5. Caraterização Biofísica

Pereira *et al* (2000) referem que, usualmente, a análise física e biofísica faz-se por unidades naturais, definidas pela sua homogeneidade ou pelas combinações contrastadas de diversas componentes do ambiente natural. Sendo essa uma das razões porque esse tipo de informação é geralmente esquecido no quadro do ordenamento do território, como facilmente se pode constatar quando se consulta a grande maioria dos Planos Diretores Municipais. Este aspeto foi alterado em 2007 através do Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro, que altera o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, que no seu artigo 12.º

A conservação da natureza como fator de gestão da paisagem rural - O caso da ZPE de Veiros

determina a obrigação dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) apresentarem e identificarem valores e recursos naturais.

A caracterização destes valores e a compreensão do sistema biofísico, associando também questões ambientais e humanas, são indiscutivelmente essenciais para o ordenamento do território que se pretende chegar próximo de um uso global do mesmo com a conjugação de sinergias de usos e funções, num determinado território, projetando tal para um determinado tempo, um uso racional dos recursos naturais e humanos, bem como a preservação de valores do território.

A perspetiva adotada neste trabalho para a caracterização biofísica da área abrangida pela ZPE de Veiros, que é um território com uma área diminuta, é a que usa numa análise mais macro territorial, usando dados mais amplos para caracterizar a realidade e os aspetos biofísicos daquele território. Nesse sentido procedeu-se à recolha da informação mais ampla relativa aos dois municípios abrangidos pela ZPE de Veiros.

A caracterização do sistema biofísico é essencial para o ordenamento e planeamento de opções a tomar, isto apesar de em grande parte dos estudos se assistir a algum desprezo pelas características físicas, biológicas e humanas do território.

Na perspetiva aqui adotada, o estudo das características biofísicas daquele território permite avaliar e contribuir para uma gestão racional dos recursos e para uma proposta de conservação dos valores presentes, conjugando ambos numa perspetiva de manutenção qualitativa daqueles que se ligam ao espaço territorial em causa.

O objetivo não é chegar a um conhecimento aprofundado do sistema biofísico. Não é a sua avaliação que está aqui em causa, mas sim uma caracterização capaz de no seu conjunto poder ajudar na resposta à questão formulada e base de todo o estudo.

Importa no entanto esclarecer que esta caracterização do sistema biofísico não é perfeita, pois tratando-se de um sistema complexo, influenciado por variadíssimos fatores, onde os conhecimentos estão em aperfeiçoamento constante.

3.2.5.1. Caracterização climática

A vila de Veiros, situando-se no Alentejo, é caracterizada pela ocorrência de situações climáticas interanuais típicas de regiões do interior. Apresenta um clima temperado, moderadamente chuvoso, com precipitação a rondar os 500-600 mm/ano, sendo o Inverno a estação na qual se concentra praticamente toda a precipitação. O quantitativo pluviométrico em altura de estio é pouco significativo.

A temperatura apresenta grandes amplitudes, consequência da reduzida altitude e da grande insolação estival, o que origina um clima seco, sendo o Inverno uma estação muito fria e o Verão com um aquecimento acentuado.

Toda a zona de Veiros, entre Estremoz e Monforte, está inserida numa área de microclima, caracterizando-se por ser uma transição entre o Atlântico e o Mediterrânico, sendo que este último é bastante notório o que dá a característica mediterrânica ao clima local, como já referido, com duas estações bem definidas, com o tempo quente com um período bem demarcado (Junho a Setembro), onde são atingidos os máximos de temperatura com médias mensais superiores a 25°C. As temperaturas mínimas ocorrem nos meses de inverno (Dezembro a Fevereiro), registando-se médias mensais inferiores a 10°C.

A situação geográfica da ZPE de Veiros explica a grande amplitude térmica existente, sendo o posicionamento da zona continental e neste caso o Oceano Atlântico, que funciona como regulador, não influenciando o clima.

Segundo o estudo para a revisão do PDM de Estremoz da DHV, SA e Arquipélago de Arquitetos, lda (2006), no concelho de Estremoz os ventos sopram predominantemente dos quadrantes Noroeste (Évora) e Norte (Vila Fernando). Dadas estas características, o território sofre, portanto, a influência durante parte significativa do ano, de massas de ar com trajeto atlântico, o que condiciona as características climatéricas.

3.2.5.2. Caracterização fisiográfica e hidrográfica

A Zona norte do concelho de Estremoz e a região sul do concelho de Monforte, caracterizam-se por declives suaves, acentuando-se nos vales das ribeiras e outras linhas de água, o que facilmente se percebe se atendermos que a hipsometria da área se situa acima dos 220 m de cota e abaixo dos 290 metros. Por outro lado segundo DHV, SA e Arquipélago de Arquitetos, lda (2008), nos estudos da segunda fase da revisão do PDM de Estremoz e a Lodo (2015) nos estudos de revisão do PDM de Monforte, referem que os declives se situam entre os 3% e os 5%, com exceção dos vales das linhas de água onde os declives estão inseridos na classe 12% a 16%.

A caracterização fisiográfica, aqui desenvolvida, consiste na análise das linhas de cumeada, de cotas mais altas ou de separação de águas (festos) e as de cotas mais baixas ou de drenagem natural (talvegues).

Pela marcação desta linhas de relevo poderemos efetuar uma interpretação do território, em termos de fisiografia e do seu funcionamento orgânico. Com esta caracterização podemos ainda fazer algumas interpretações relacionadas com a hidrologia, até a percepção da

A conservação da natureza como fator de gestão da paisagem rural - O caso da ZPE de Veiros

paisagem ou até a sistemas de percursos utilizados pelo homem, entre outras. Estas linhas (festo e talvegue) marcam-se de acordo com a sua importância, ainda que relativa, em relação às bacias hidrográficas para onde escoam ou que limitam.

Festos e talvegues são marcados pela sua importância relativa, atendendo às bacias hidrográficas que drenam ou que delimitam. Assim, os talvegues ganham importância, ao contrário dos festos, de montante para jusante.

Considerando os festos e talvegues existentes pela área de 513,82 km² (concelho de Estremoz) e pelos 420,0 km² (Monforte), que no entanto não se fecham nestes concelhos, indo a sua influência para lá daqueles limites administrativos. O mesmo acontece se nos centramos somente na área da ZPE de Veiros, uma vez que a influência de festos e talvegues presentes naquele território estende a sua influência para lá deste. Assim, optamos por efetuar uma caracterização mais alargada, decidindo pela descrição e análise fisiográfica dos concelhos de Estremoz e Monforte, focando-nos sempre que possível na área de Veiros.

No concelho de Estremoz existe um festo principal, a sul, e que faz a divisão das bacias hidrográficas do Guadiana e do Tejo. O festo secundário existente, divide os dois talvegues principais e as bacias da ribeira de Tera e da ribeira de Ana Loura que, junto a Veiros, a sul da localidade, permitiu o aparecimento da barragem de Veiros. Os festos secundários apresentam uma orientação norte – sul e fazem a separação das diferentes linhas de água existentes no concelho, com os talvegues, com uma orientação paralela aos festos a definirem as suas bacias, sendo que os mais importantes, pertencem ambos à bacia hidrográfica do Tejo, e que são a ribeira de Tera e ribeira de Ana Loura.

O concelho de Monforte apresenta um relevo ondulado sendo que a diferença entre a cota mais baixa e a mais alta é de cerca de 200 metros. No concelho existe um festo principal, que faz a divisão das bacias hidrográficas do Guadiana e do Tejo, que se situa a este do território concelhio. Os festos secundários fazem a separação das bacias das ribeiras existentes, enquanto os talvegues são constituídos pelo conjunto das linhas de água, sendo a mais importante a ribeira Grande, que é afluente da ribeira de Seda, integrando a bacia hidrográfica do Tejo.

Os recursos hídricos existentes na zona (figura 8), são basicamente de superfície e apresentam relevância nas disponibilidades existentes, são de alguma forma responsáveis pelas características da paisagem existente e suportam os ecossistemas. Estão relacionados com fatores de ordem geológica, pedológica e fisiográfica e são de regime temporário.

A parte central da ZPE de Veiros divide as duas bacias hidrográficas existentes, a da ribeira de Ana Loura, que escoam fora dos limites daquela zona a sudoeste desta e a ribeira de

A conservação da natureza como fator de gestão da paisagem rural - O caso da ZPE de Veiros
Almuro a nordeste, servindo parte do seu troço como limite divisório da ZPE, que integra a bacia da ribeira Grande, que é a linha de água mais importante e com maior expressão no concelho de Monforte.

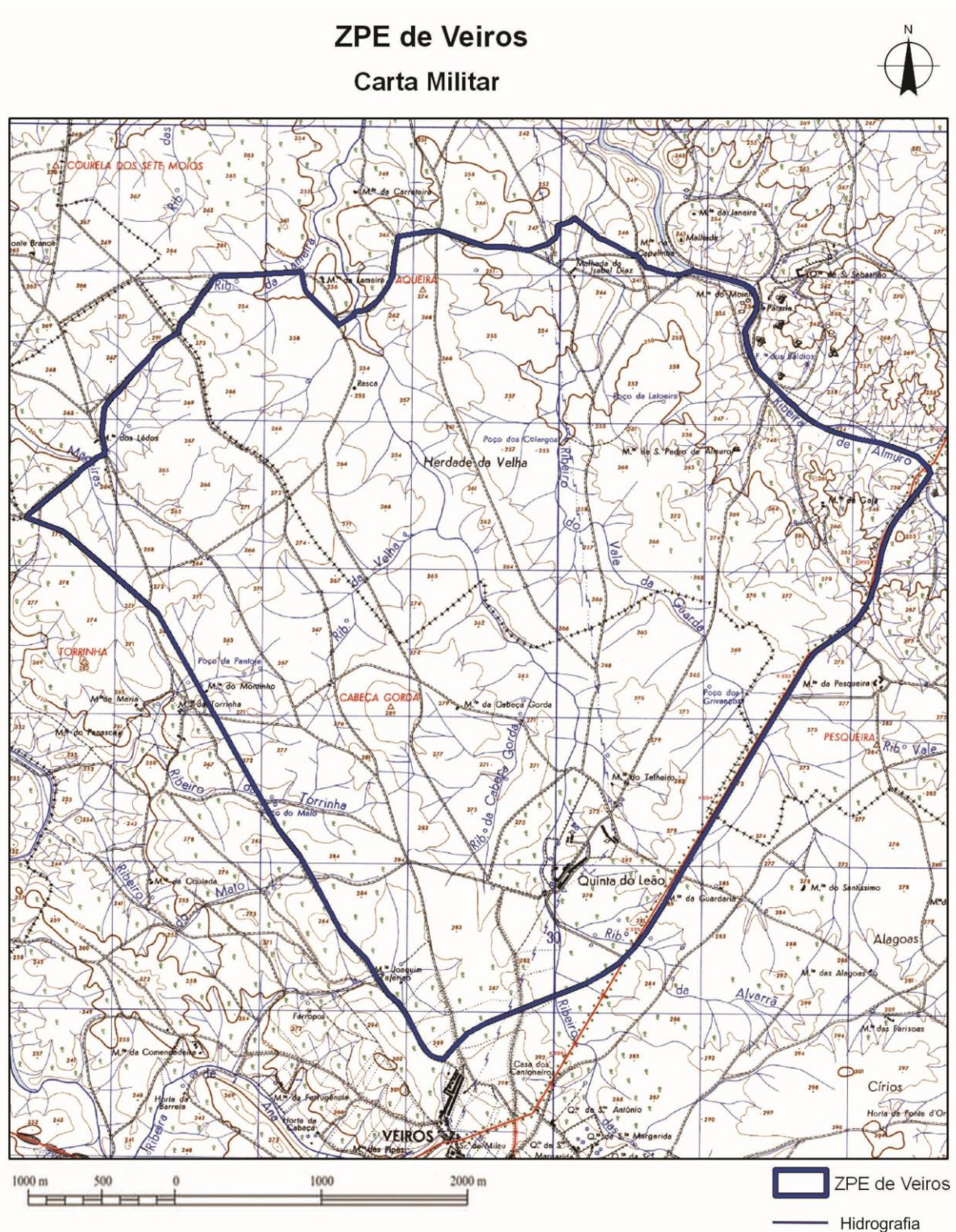


Fig. 8 - Rede hidrográfica da ZPE (Fonte: CME/AMDE, 2009).

Ambas as sub-bacias integram a região hidrográfica do rio Tejo, sendo que a ribeira de Ana Loura é uma das que apresenta maior expressão no concelho de Estremoz e é uma das sub-bacias do rio Sorraia. A ribeira de Ana Loura nasce no concelho de Estremoz, em São Domingos de Ana Loura e ganha expressão ainda neste concelho, estendendo-se para o concelho de Sousel. Já a ribeira de Almuro nasce no concelho de Monforte, onde parte do seu troço limita a área da ZPE (figura 9), sendo que é alimentada por linhas de água que nascem na parte central da ZPE, ainda dentro do concelho de Estremoz. Esta ribeira é um dos maiores afluentes da ribeira Grande e o seu caudal escoar de sul para norte.



Fig. 9 - Vegetação da ribeira de Almuro no limite norte da ZPE (Foto do autor).

A primeira (ribeira de Ana Loura) é a segunda linha de água com maior expressão no concelho de Estremoz e compõe-se pelas sub-bacias dos seguintes cursos de água:

Margem direita

- Ribeira da Venda,
- Ribeira do Vale do Zebro,
- Ribeira da Alcaraviça,
- Ribeira da Torrinha (nasce na ZPE),
- Ribeiro do Mato (nasce na ZPE),
- Ribeira de Vale de Maceiros (nasce na ZPE).

Margem esquerda

- Ribeira do Freixial,
- Ribeira da Venda,
- Ribeira das Hortas.

Já a ribeira de Almuro, que nasce na freguesia vizinha de Santo Aleixo (Monforte), acaba na ribeira Grande e é alimentada pelas seguintes ribeiras:

Margem direita

- Ribeira da Velha
- Ribeira da Samarra
- Ribeira da Enxara
- Ribeira da Leca

Margem esquerda

- Ribeiro dos Amarelos
- Ribeiro do Vale da Guarda

Da análise hipsométrica podemos destacar que a cota mais baixa se situa nos 234 metros na ponta nordeste da ZPE, junto à ribeira de Almuro, na proximidade do Monte dos Moinhos, no concelho de Monforte, enquanto o ponto de cota mais alto está aos 289 metros, no concelho de Estremoz, no marco geodésico “Cabeça Gorda”, a nordeste do início do ribeiro da Torrinha, sendo que toda a área se apresenta com uma muito ligeira ondulação do terreno, tal como já anteriormente foi referido.

3.2.5.3. Caraterização geológica e geomorfológica

A ZPE de Veiros localiza-se nos distritos de Évora e Portalegre, abrangendo parte dos concelhos de Estremoz e de Monforte, a nordeste do anticlinal de Estremoz e está inserida entre dois sistemas aquíferos, a sudoeste o sistema Estremoz-Cano e a noroeste o sistema Alter do Chão-Monforte.

O sistema Estremoz-Cano, de origem carbonatada, integra parte do anticlinal de Estremoz, que se entende dos concelhos de Sousel a Alandroal, sendo esta estrutura hercínica de vital importância para o abastecimento público de várias localidades.

“O maciço carbonatado de Estremoz é constituído pela formação dolomítica, datada do câmbrio inferior, com espessura superior a 300 m, sendo formada por calcários dolomíticos, mármore (segundo Vintém) e na base por conglomerados, arcoses e vulcanitos ácidos (Lopes, 1995)” (Midões e Costa, 2010:2).

O sistema aquífero Monforte-Alter do Chão é uma das principais estruturas abastecedoras do Alto Alentejo, que em termos geomorfológicos faz parte da superfície de erosão alentejana, associado às rochas gábricas e calcárias, com topografia suave e declives pouco acentuados.

Ambos os concelhos (Estremoz e Monforte) estão inseridos, em termos paleogeográficos e tectónicos, na Zona de Ossa - Morena, que apresenta uma grande heterogeneidade em termos de rochas e é essencialmente constituída por rochas eruptivas e metassedimentares.

As primeiras apresentam maior variedade, estando presentes vários tipos, essencialmente granitóides e rochas básicas, sendo que estas últimas ocupam uma grande área e são de grande importância em termos hidrogeológicos. Como já referido, os calcários, embora com uma diminuta representação são suporte de aquíferos com importância para a região, sendo de destacar os já mencionados Monforte-Alter do Chão e Estremoz-Cano.

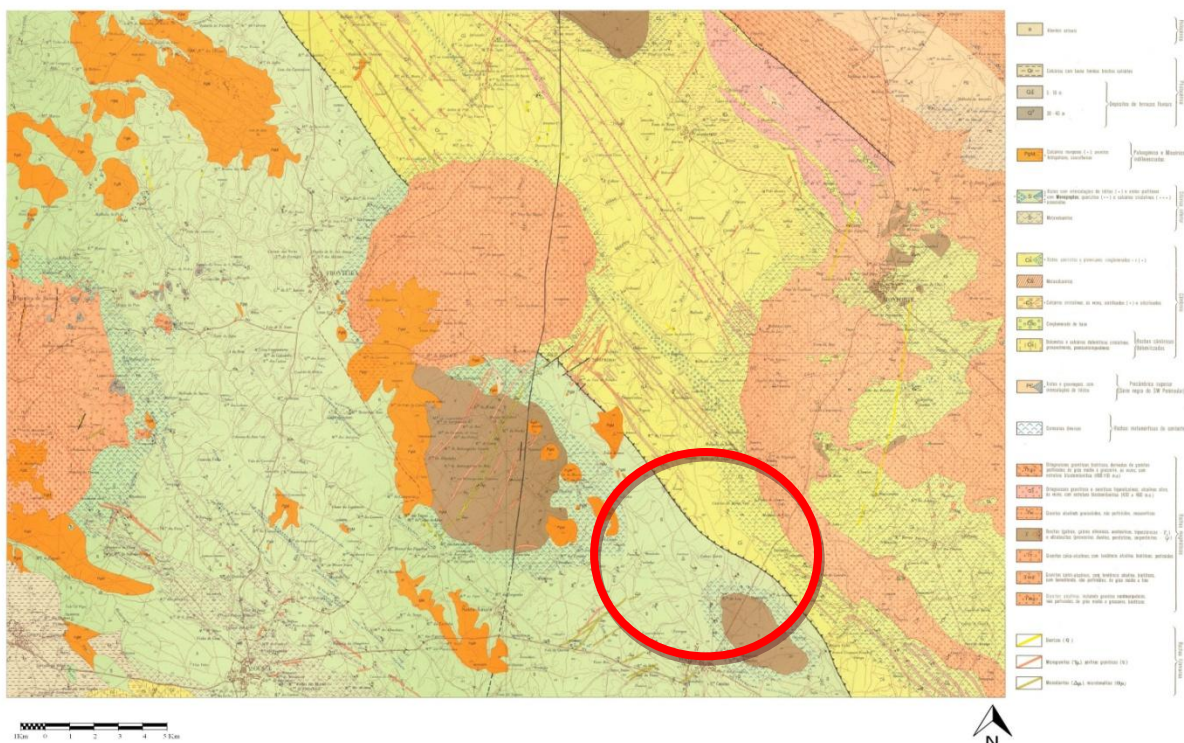


Fig. 10 - Parte da Folha 32-D da Carta Geológica de Portugal Continental à escala 1:50 000 com a zona de estudo assinalada, adaptação do autor (Fonte: SGP, 1975).

Em termos geológicos esta área está inserida no setor de Estremoz–Barrancos. O núcleo mais antigo será do Proterozóico superior e terá idade compreendida entre os 700 a 540 milhões de anos e é constituído por xistos negros, metagrauvaques e metachertes negros. Pela análise da região onde se insere a ZPE de Veiros, folha 32 D da Carta Geológica de Portugal à escala 1:50 000 (figura 10), podemos verificar que aquela área é dividida por duas zonas distintas, relativamente iguais, a parte sul do Silúrico Inferior de xistos com intercalações de liditos e xistos grafitosos, quartzitos e calcários associados. A parte norte com origem no Câmbrico com xistos, quartzitos e grauvaques e conglomerados. A zona abrangem também duas pequenas áreas de rochas magmáticas, uma de basitos e ultrabasitos e a outra de ortognaisses graníticos biotíticos, derivados de granitos porfiróides de grão médio a grosseiro.

3.2.5.4. Uso do solo

Grande parte das atividades humanas desenvolvem-se sobre o solo, numa relação direta com ele, nomeadamente a agricultura, a produção de pastagens, a construção de habitações, etc., sendo este um excelente indicador da estabilidade ambiental.

A compreensão deste recurso é essencial para a sua manipulação, essencialmente em tudo o que respeita ao ordenamento do território, pelo que a relação uso do solo e paisagem é fundamental para essa compreensão.

A carta de uso atual do solo consultada foi disponibilizada pela Câmara Municipal de Estremoz (CME), tendo sido elaborada pela AMDE (Associação dos Municípios do Distrito de Évora), à escala 1:10.000 e criada a partir dos ortofotomapas de 2004-2005 (figura 11), da Direção Geral dos Recursos Florestais (DGRF). Esta análise foi complementada com reconhecimento local, em trabalhos de campo, e a carta de Uso Atual dos Solos, que integra os Elementos Anexos do Plano Diretor Municipal de Estremoz (PDM) e o Plano Diretor Municipal de Monforte.

O uso do solo naquela zona é maioritariamente dominado por pastagens extensivas e pelo cultivo de cereais em regime extensivo ou semi-intensivo. Existem ainda pequenos olivais tradicionais e áreas de montado de azinho disperso, com cereal ou pastagens no sob coberto. Existe também uma parte já significativa de regadio, que tem substituído a agricultura cerealífera de sequeiro e um aumento do encabeçamento bovino. Atualmente, observa-se a diminuição das práticas agrícolas de arvenses de sequeiro em detrimento das pastagens para a criação de gado.

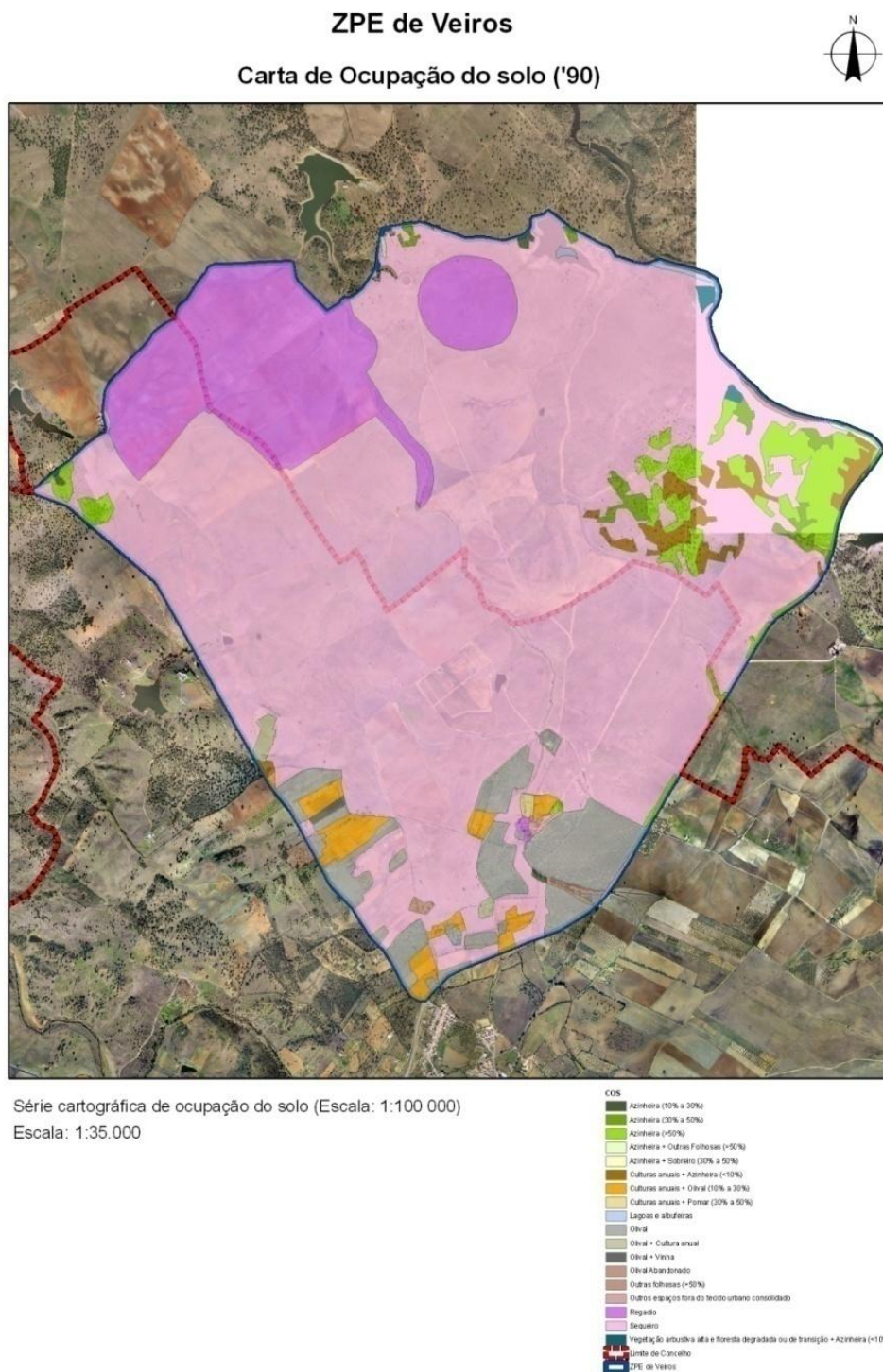


Fig. 11 - Carta de Ocupação do Solo (Fonte CME/AMDE, 2009).

3.2.5.5. Ecologia/Paisagem

A paisagem é uma componente central do sistema ambiental, quer enquanto suporte de identidade social e territorial quer enquanto fator de qualificação ambiental e de valorização dos espaços rurais (CCDRA, 2010).

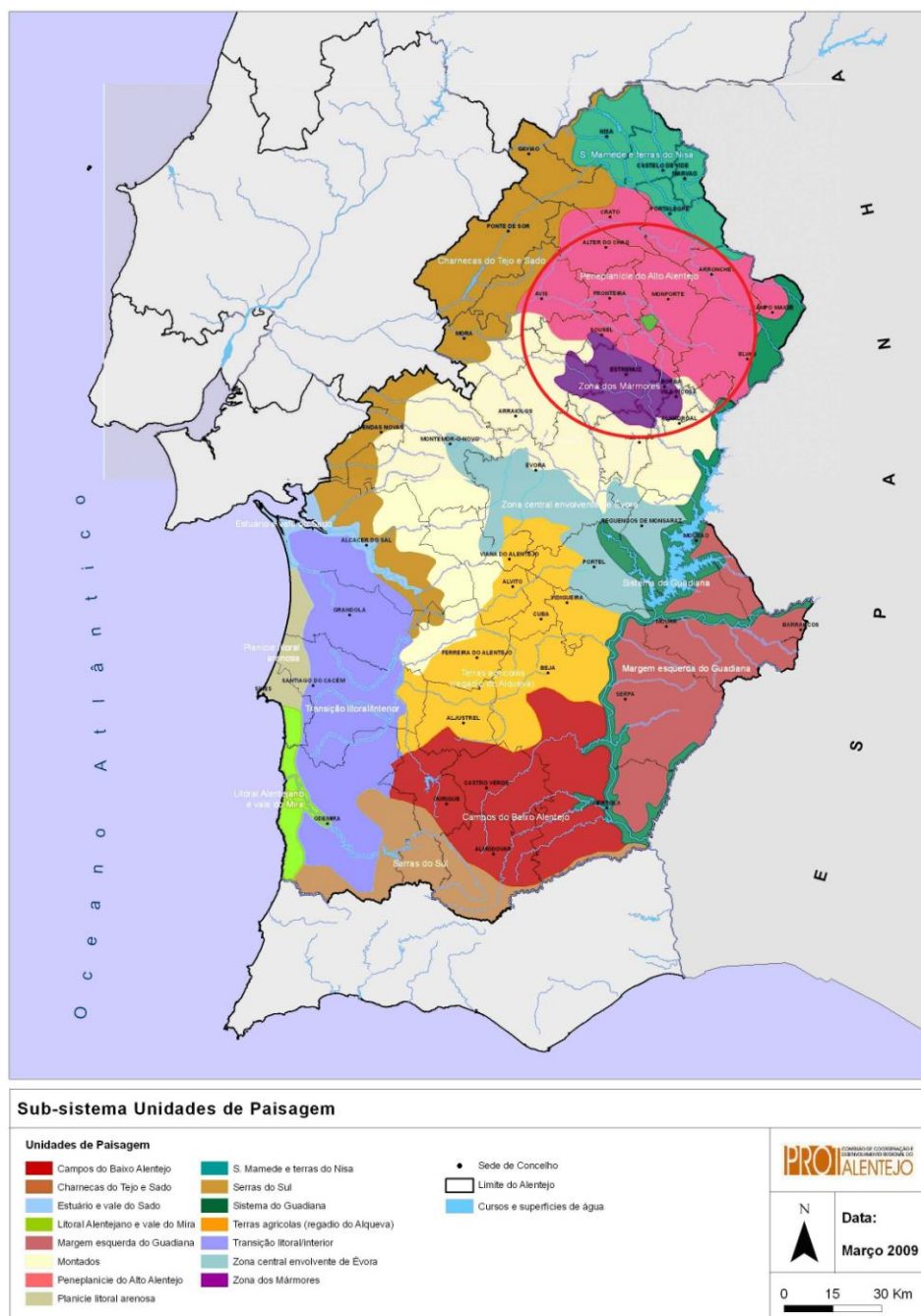


Fig. 12 - Sub-unidades de paisagem. Adaptado pelo autor do PROAlentejo (Fonte: CCDRA, 2010).

A um nível macro, relativamente à unidade de análise, um estudo da Universidade de Évora (Cancela d'Abreu *et al*, 2004), publicado pela então Direção Geral do Ordenamento do Território e do Urbanismo (DGOTDU), identifica as unidades de paisagem do continente português, sendo que, das 15 unidades identificadas no Alentejo, a “Peneplanície do Alto Alentejo” (figura 12), que abarca a área da ZPE de Veiros, é uma das 40 sub-unidades definidas para a região alentejana.

A “Peneplanície do Alto Alentejo” foi identificada como a unidade n.º 89 e esta, tal como as restantes unidades, apresenta uma área central bem vincada em termos de características homogéneas, com uma diferenciação bem definida relativamente a outras unidades adjacentes. Esta, assim como as restantes, apresenta no entanto, além da área central bem definida, zonas de transição onde as características não são tão claras e tão fáceis de identificar relativamente às unidades envolventes.

Referem a DHV, SA e Arquipélago de Arquetos, Ida (2008), que esta unidade caracteriza-se por ser uma peneplanície suavemente dobrada com um coberto principal de montados de azinho, no geral montado aberto intercalado com um mosaico agrícola, geralmente com uma maior diversificação na proximidade de aglomerados populacionais. Os declives nesta unidade de paisagem são suaves sendo nos vales percorridos por linhas de água que se apresentam mais acentuados e a paisagem envolvente apresenta galerias ripícolas que se destacam facilmente da restante paisagem.

3.2.5.6. Classificação biogeográfica

“A biogeografia é um ramo da geografia que tem por objeto a distribuição dos seres vivos na Terra, relacionando o meio físico com o biológico, servindo-se da informação gerada pela corologia, geologia, bioclimatologia e fitossociologia. É uma ciência hierárquica em que a Tessela é a unidade fundamental. As tesselas reúnem-se em Mosaicos Tesselares, estes em Distritos, estes em Sectores, estes em Províncias, estas em Regiões e estas em Reinos (Géhu e Rivas-Martínez; 1980; Alcazaz, 1976; Costa *et al.*, 1999). Se for necessário é possível subdividir ou agrupar todas estas unidades, com a exceção da tessela, são espaços geográficos contínuos” (Costa *et al.*, 2001:6).

A região da ZPE de Veiros está integrada na região mediterrânica, que se estende entre o Algarve e o rio Tejo, dentro desta na Sub-região Mediterrâneo Ocidental, na Superprovíncia Mediterrâneo-Iberoatlântica que, sendo uma grande unidade biogeográfica da península ibérica agrupa um conjunto de províncias, nomeadamente a província Luso-Extramadurensis (figura 13).

Rivas-Martínez *et al.* (1990) refere que a norte de Estremoz e Elvas, os carrasçais da bacia do Tejo e da serra de São Mamede pertencem ao setor Toledano - Taganto (subsetor Oretano), pertencendo assim, ainda de acordo com Rivas-Martínez *et al.* (1990), em termos de enquadramento biogeográfico, a zona da ZPE de Veiros ao Reino Holártico, Região Mediterrânica, Sub-região Mediterrânica Ocidental, Província Mediterrânica-Iberoatlântica, Subprovíncia Luso-Extremadurensis, Setor Toledano-Tagano e Subsetor Oretano.

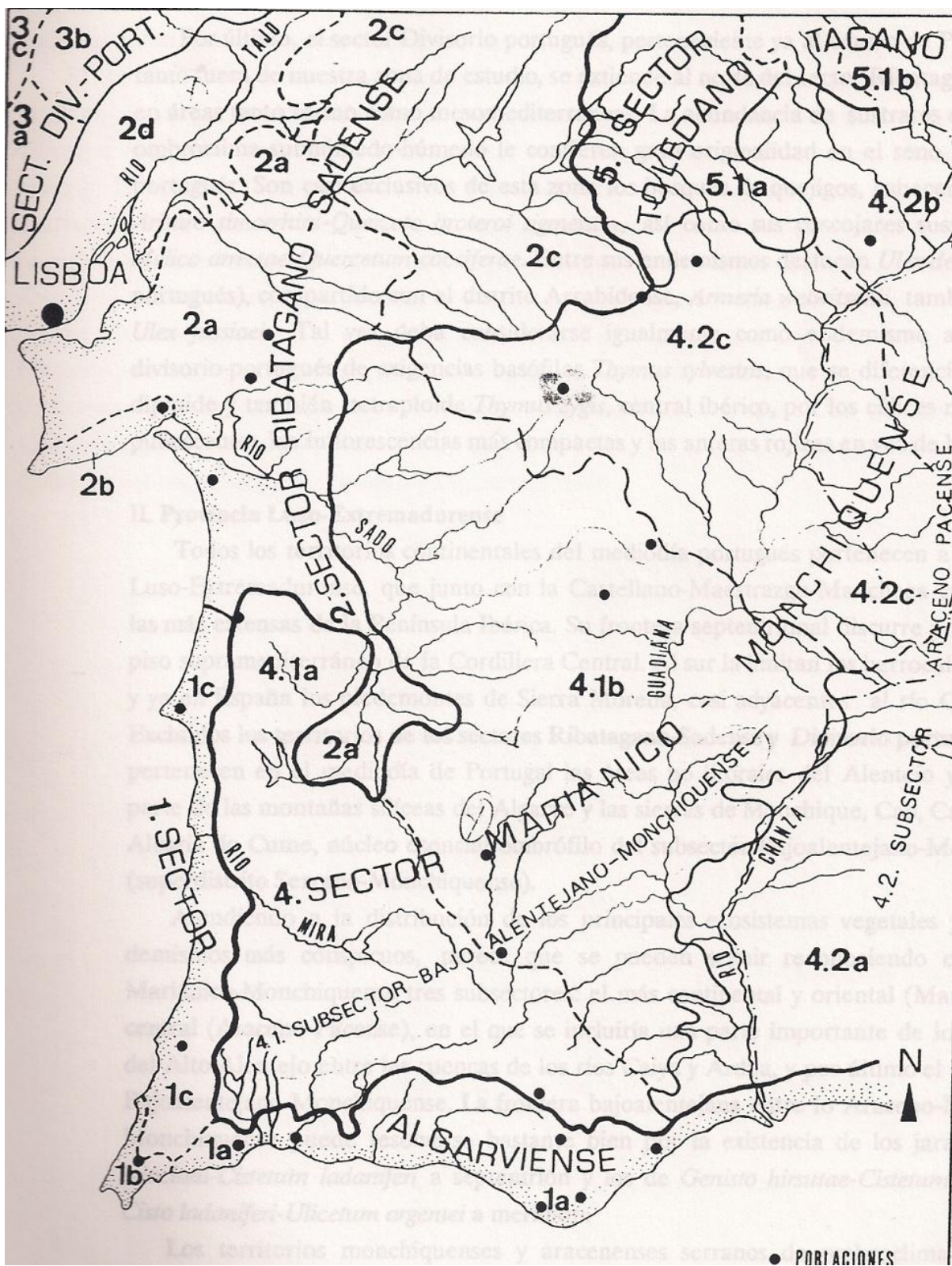


Fig. 13 - Setores Biogeográficos do Sul de Portugal. Adaptado de Rivas-Martinez *et al*, (1990).

3.4. O Estudo de Caso

3.4.1. Tipologias de agricultores

A zona de estudo apresenta um conjunto de proprietários, atendendo à área que delimita a ZPE de Veiros, cuja grande maioria possui pequenas propriedades, sendo que a grande propriedade se distribui por um número pequeno de proprietários.

A gestão da propriedade é, assim, influenciada pela tipologia do agricultor/proprietário que faz a sua gestão com base na forma como se relaciona com o espaço rural, com a natureza e na sua maior ou menor dependência financeira da sua atividade.

As necessidades de cada um é de uma dimensão diferente relativamente aos restantes, sendo que a forma como explora a terra ou se envolve na sua gestão é também de uma complexidade e de um padrão que poderá ser diferente ao usado pelo seu vizinho.

Não fazendo parte do principal objetivo deste trabalho aprofundar a tipologia de agricultor presente na ZPE de Veiros, não podemos negligenciar as suas diferenças, independentemente da sua tipologia, que se possam afastar ou aproximar em termos de pensamento e ação.

Diferentes autores abordam e referem as diferentes tipologias de agricultores. Sumariamente referimo-nos a eles para compreensão e enquadramento posterior dos agricultores/proprietários existentes na área de estudo.

Refere Fialho (2013) que as tipologias abordadas na literatura utilizam termos como agricultor de tempos livres (*hobby-farmer*) e/ou agricultor comercial (*comercial-farmer*), termos que, em oposição, significam que os primeiros obtêm o seu rendimento principal fora da agricultura, enquanto os segundos o seu principal rendimento advém da agricultura.

Wilson (2007), numa abordagem à caracterização dos tipos de agricultores, na perspetiva multifuncional de produtivistas/não-produtivistas, conclui que os agricultores de tempo-livre encaram a agricultura como um passatempo e não estão dependentes desta para obterem um rendimento económico que seja a sustentabilidade da sua sobrevivência, pelo que não têm a necessidade de maximização do uso do solo.

Aparecem ainda referências a agricultores que querem ter uma residência no campo (*country-life lovers*), de aspirantes a agricultores (*aspiring farmers*) e aqueles que procuram atividades recreativas (*recreation seekers*).

Tendo sido caracterizada a área de estudo, assim como a sua envolvente, importa referir que a escolha desta área se deveu ao facto de, no momento, ainda não existir plano de gestão para a ZPE de Veiros, sendo portanto uma oportunidade de estudo dos hábitos da prática agrícola e da perspectiva dos agricultores/proprietários quanto ao futuro.

Assim, nas próximas páginas apresenta-se e discute-se os resultados desse estudo, finalizando-se também com algumas sugestões.

3.4.2. Construção e aplicação do inquérito

De forma a chegar ao objetivo principal deste estudo foi aplicada a técnica de investigação por inquérito, tendo o mesmo sido construído de forma a ser aplicado aos proprietários com prédios rústicos na ZPE de Veiros.

O inquérito, apresentado no anexo II, foi concebido de forma a obter as respostas para um total de 35 questões, todas elas de forma fechada, embora o inquirido pudesse responder com outra alternativa, divididas por 4 grupos que foram definidos da seguinte forma: o primeiro grupo respeitante ao perfil do inquirido, o segundo com a caracterização da área da exploração, o terceiro grupo abrangendo questões sobre a multifuncionalidade e o último com questões específicas sobre a ZPE.

O questionário aplicado foi respondido por 21 proprietários de forma presencial, tendo sido informados do objetivo do estudo. Apresenta-se de seguida os resultados e a análise por cada um dos grupos de questões.

3.4.3. Análise e discussão dos resultados

3.4.3.1. Perfil do inquirido

Este primeiro grupo, constituído por 9 questões, aborda o ano e local de nascimento, o género, o local de residência, a formação académica e específica em termos agrícolas, a duração do tempo que dedica à exploração, a atividade e o rendimento principal do inquirido e a aquisição da propriedade. É uma caracterização geral do proprietário ou arrendatário da propriedade, bem como do seu enquadramento efetivo com a exploração.

Relativamente ao ano de nascimento, optámos pela divisão em grupos etários, sendo que pelo gráfico 1 podemos verificar que, de todos os inquiridos (proprietários ou quem explora a propriedade), a grande maioria se encontra acima dos 66 anos. A posse da propriedade parece seguir a tendência geral do que se passa numa zona de baixa densidade e

A conservação da natureza como fator de gestão da paisagem rural - O caso da ZPE de Veiros envelhecida, sendo que mais de 80% dos proprietários possuem uma idade acima dos 55 anos.

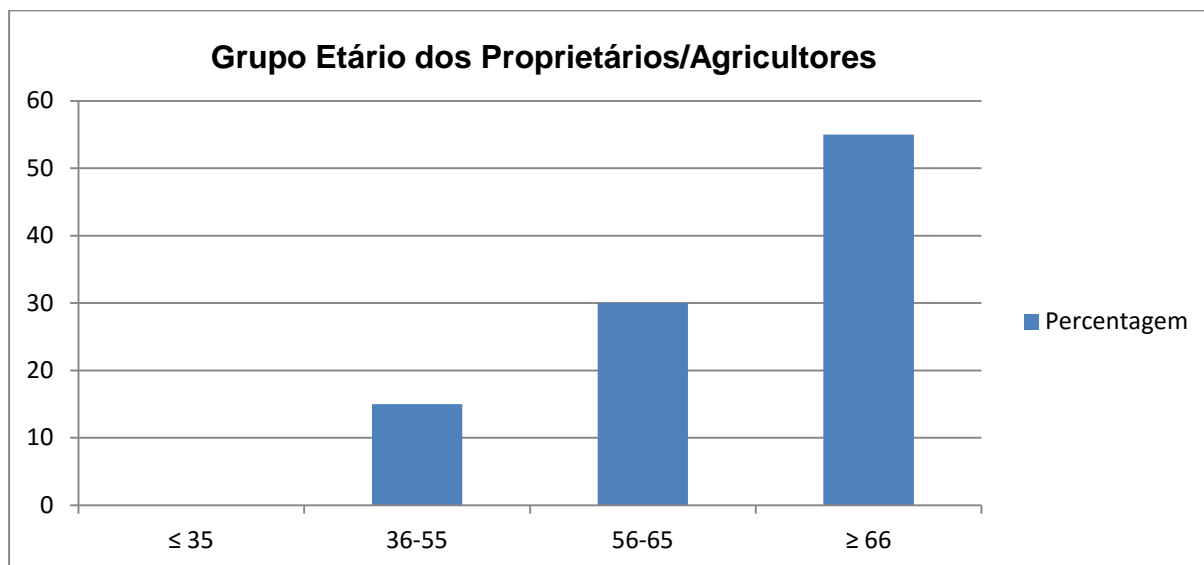


Gráfico 1 – Grupo etário dos proprietários/agricultores

Quanto à naturalidade (gráfico 2), os inquiridos são na sua maioria naturais de Veiros, sendo que aqueles que aqui não nasceram mantêm ligações familiares a Veiros ou Monforte, mesmo que ali não seja o seu local de residência.

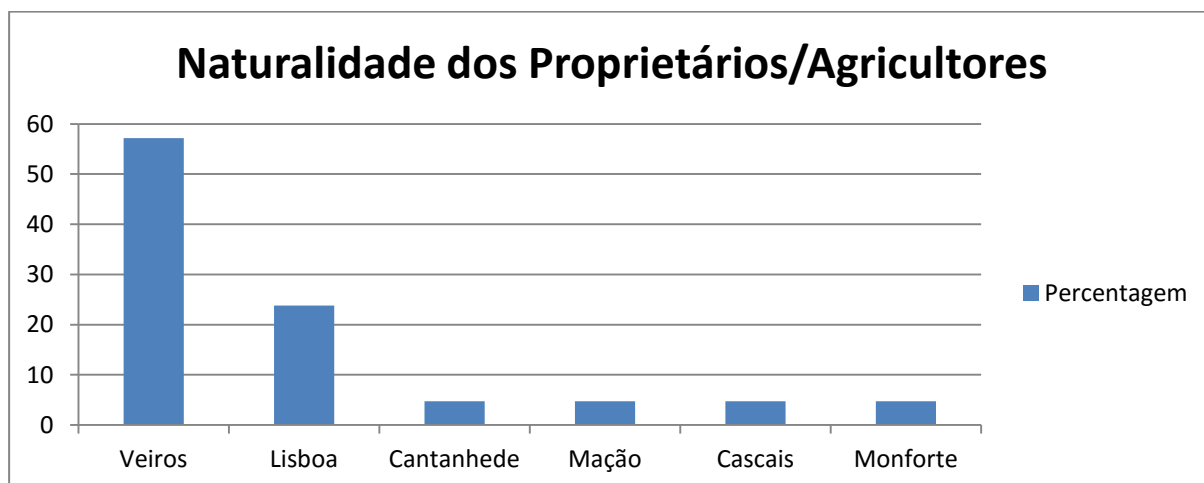


Gráfico 2 – Naturalidade dos proprietários/agricultores

Em termos de residência atual, embora todos mantenham uma ligação próxima das terras que integram a ZPE, há uma maior dispersão geográfica, sendo que a principal habitação é nas localidades que se apresentam no gráfico 3, continuado a ser Veiros o local com maior

A conservação da natureza como fator de gestão da paisagem rural - O caso da ZPE de Veiros

número de proprietários a residirem, o que se poderá explicar pelo maior número de pequenas propriedades, pertencentes essencialmente a residentes daquela localidade.

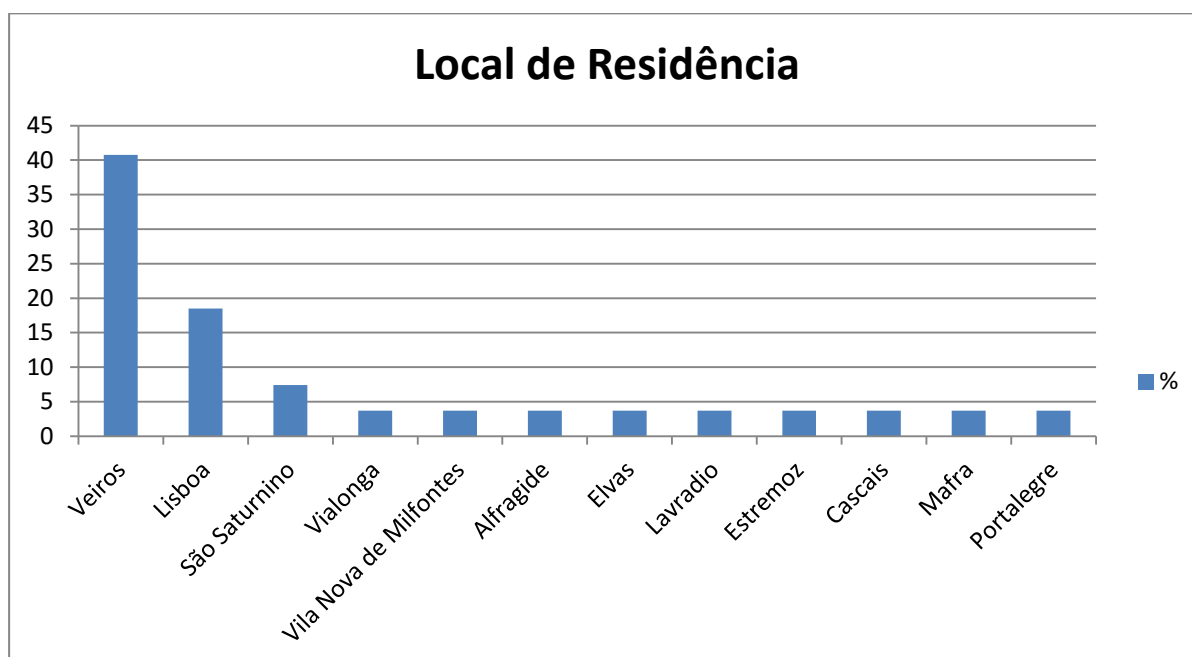


Gráfico 3 – Residência dos proprietários/agricultores

A posse da propriedade é maioritariamente de pessoas do género masculino (65%). Sem ser o objeto da presente dissertação, parece-nos ser a linha daquilo que se passa numa sociedade do interior, onde as questões de género ainda marcam, e a posse sempre foi, na generalidade, associada ao género masculino por questões históricas de organização social e da transmissão de bens na família.

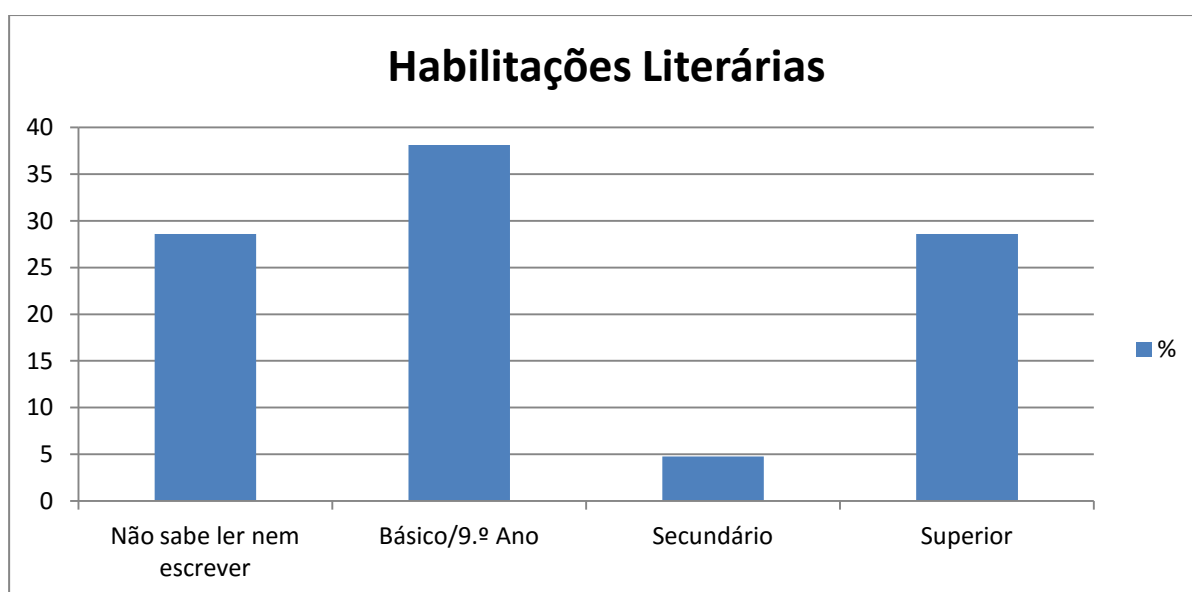


Gráfico 4 – Habilitações literárias proprietários/agricultores

Sendo a maioria daqueles que responderam ao inquérito integrantes do escalão etário com mais de 66 anos, os resultados esperados em termos de formação académica ou profissional coincidem com os dados objetivos. Quase 30% dos usuários do solo da ZPE não tem qualquer tipo de habilitação escolar, tendo a maioria dos inquiridos, quase 40%, o ensino básico, aqui considerado desde a antiga 4.^a classe até ao 3.^o ciclo do ensino básico (9.^o ano) e cerca de 25% possui formação superior, que advém da sua pertença a famílias mais abastadas da zona, possuidoras das grandes propriedades, nomeadamente na linha familiar dos marqueses da Praia e Monforte, logo com posses financeiras que permitiam que pudessem estudar (gráfico 4).

A formação em termos agrícolas concentra-se naqueles que também possuem habilitações escolares mais elevadas, que assim apresentam práticas de gestão muito diferentes dos restantes inquiridos e que são aqueles que estão ligados às propriedades com dimensão superior.

Para a grande maioria, a sua experiência advém de muitos anos de prática, não possuindo qualquer tipo de formação profissional e usando essencialmente métodos tradicionais. No entanto, estes agricultores são aqueles que possuem as propriedades de menor dimensão (gráfico 5).

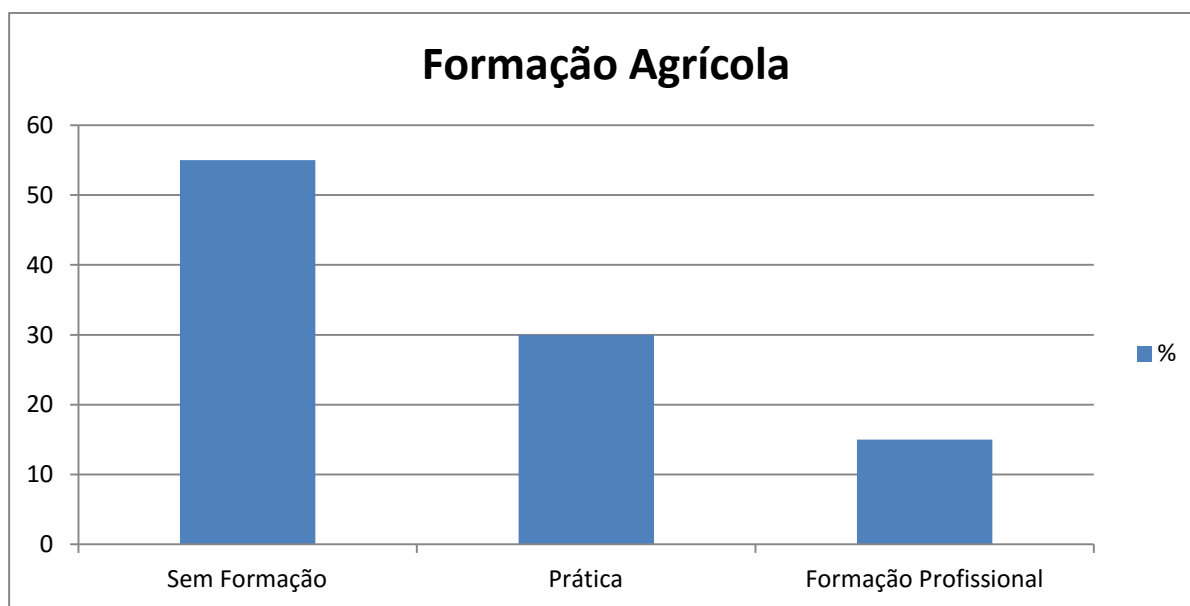


Gráfico 5 – Formação e experiência na área agrícola

Podemos aferir que a maioria dos proprietários, principalmente os detentores de pequenas propriedades, se encontram reformados (gráfico 6), correspondendo a mais de 55% do total de proprietários. Têm como atividade principal a agricultura 10% dos proprietários, sendo o comércio a principal atividade para 15% dos inquiridos. Estes últimos dedicam-se,

A conservação da natureza como fator de gestão da paisagem rural - O caso da ZPE de Veiros essencialmente, ao comércio de produtos agroalimentares. Cerca de 15% dos proprietários são gestores, atividade essencialmente ligada aos serviços e que são parte daqueles que possuem formação superior.

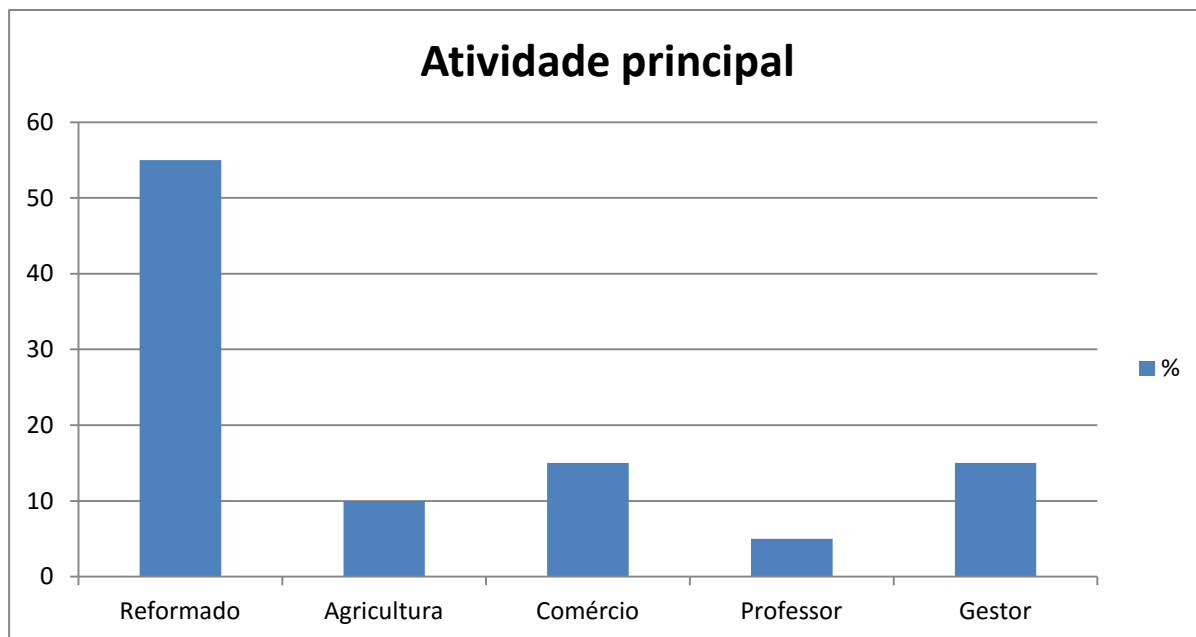


Gráfico 6 – Atividade principal dos proprietários/agricultores

O gráfico 7 mostra que o tempo de dedicação à atividade agrícola é para a maioria a tempo parcial, conjugando-se esta com outra atividade. São 25% os proprietários ou exploradores da terra que se dedicam a tempo inteiro a esta atividade, a mesma percentagem daqueles que não dedicam qualquer atenção à prática agrícola.

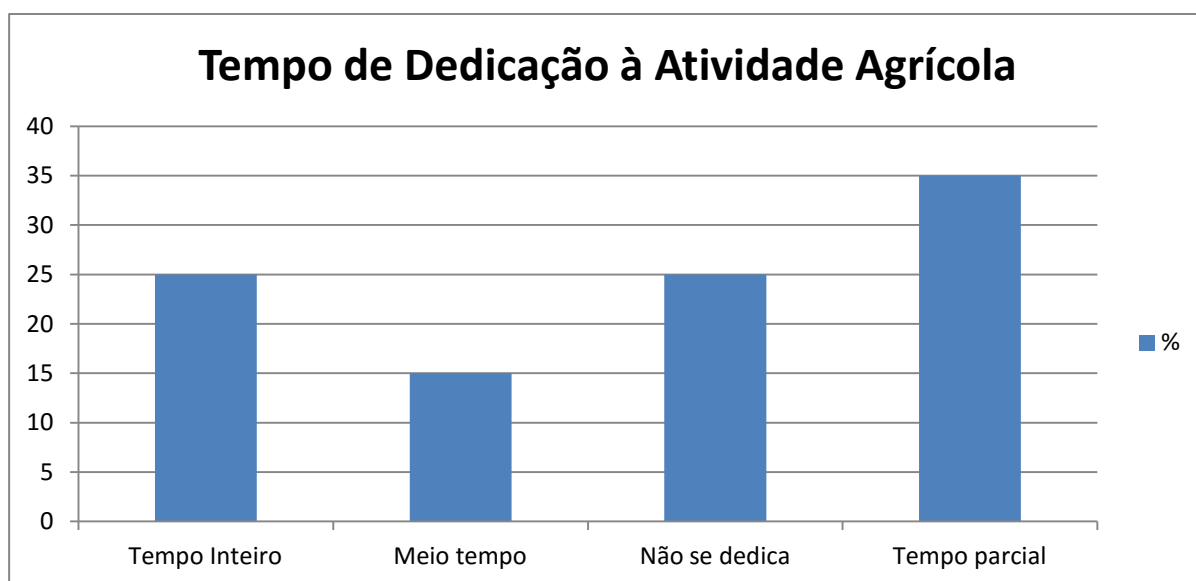


Gráfico 7 – Tempo dedicado à atividade agrícola

A conjugação dos dados obtidos e apresentados nos gráficos 6 e 7 mostram que, mesmo dedicando-se à agricultura, a mesma será de tipo familiar e para consumo próprio ou pequeno comércio. Considerando a principal atividade desenvolvida, sendo que para a maioria o principal rendimento não advém desta atividade agrícola ou na exploração, se tivermos em consideração dados referentes à dependência do rendimentos e expressos no gráfico 8.

Existe um grande número de proprietários detentores de pequenas propriedades, tendo estas pequenas explorações sido adquiridas por herança. Ao longo dos anos a divisão das propriedades, em função do número de herdeiros, levou a que muitas delas tenham hoje uma área mínima.

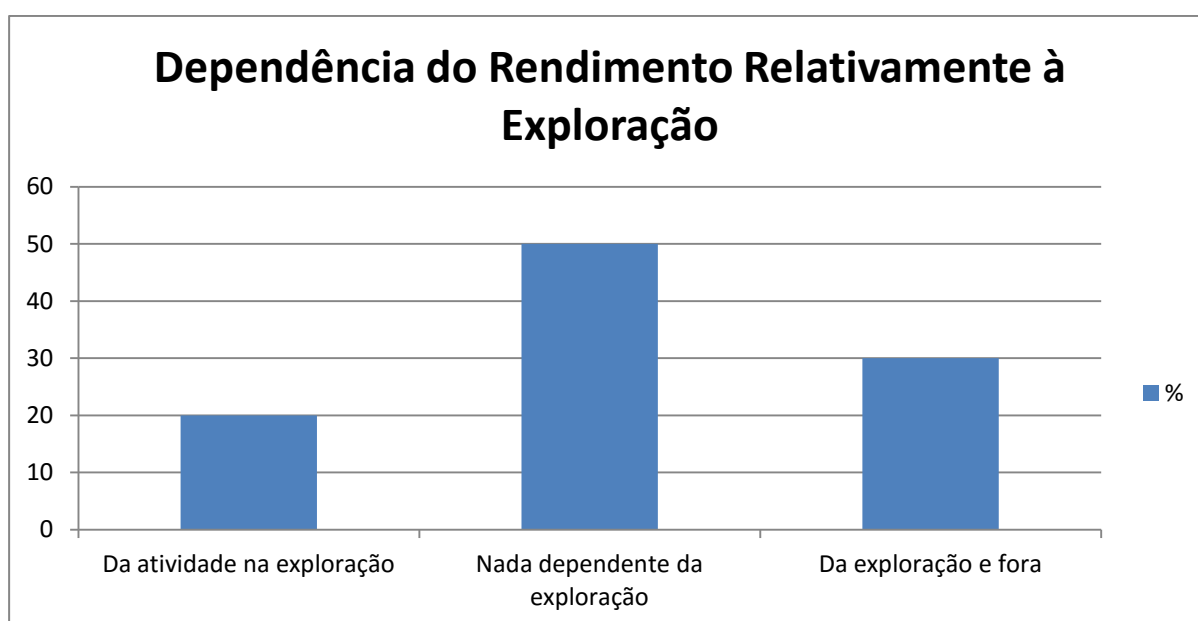


Gráfico 8 – Dependência do rendimento relativamente à exploração

Assim, o rendimento financeiro que advém da atividade na exploração é, para 20% dos proprietários, que são aqueles que possuem as propriedades de maior dimensão, de total dependência das mesmas. Para a grande maioria dos proprietários (50%) os seus principais ganhos financeiros não está dependente das suas propriedades (gráfico 8).

Estes dados mostram o já referido relativamente à dimensão da propriedade e que se poderá observar pela análise do gráfico 9, naquilo que concerne à forma de aquisição da propriedade, 70% por herança. Os 10% que possuem terras arrendadas recorreram a essa forma para aumento da área da exploração e foi feita por aqueles que se dedicam à agricultura ou a esta e à pecuária também na propriedade.

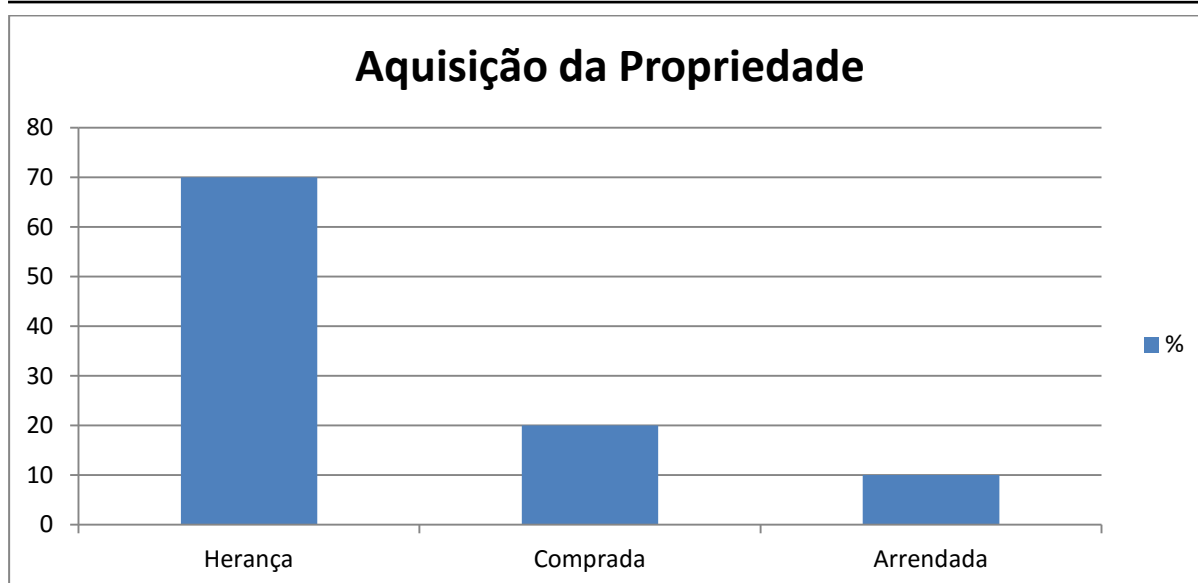


Gráfico 9 – Forma de aquisição da propriedade

3.4.3.2. Caraterização da propriedade

Na área delimitada pelo perímetro que define a fronteira da ZPE, existe um grande número de pequenas propriedades e um pequeno número de propriedades de maior dimensão, sendo que o tipo de proprietário ou agricultor, essencialmente na propriedade de pequena dimensão, relaciona-se com a terra e com o seu uso com uma orientação que nada tem a ver com os mercados ou a produção para estes. O seu relacionamento com a terra e com a comunidade rural é de pouca dependência financeira do solo e da exploração. Essa dependência acontece na relação pessoal de retirar da mesma o necessário para consumo próprio.

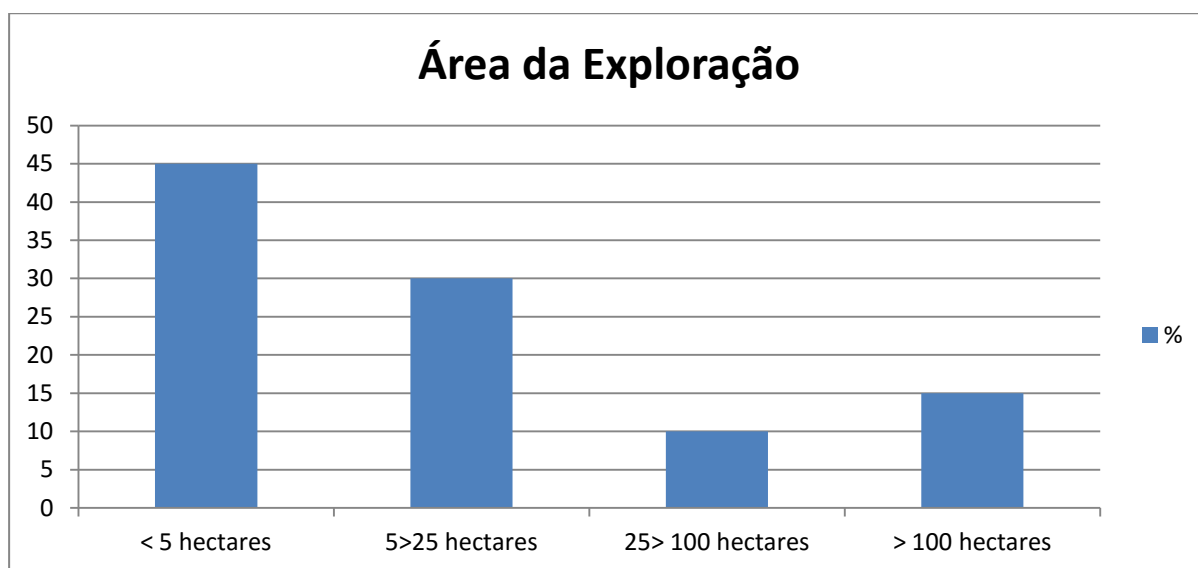


Gráfico 10 – Área da exploração

Pela análise cadastral já tinha sido perceptível que o resultado, relativamente à dimensão da propriedade, daria um desfecho do género daquele que foi obtido através da realização do inquérito, sendo que as propriedades de maior área, embora sendo em menor número, ocupam a maior extensão da área da ZPE. Atendendo a que as pequenas propriedades apresentam, na sua quase totalidade, áreas inferiores a 1,5 ha, foram consideradas dentro do grupo com uma área inferior a 5 ha, não sendo este dividido em subgrupos (gráficos 10).

As alterações ao longo dos anos da forma de gestão do território rural trouxeram uma conjugação de variáveis, que vão além das ambições pessoais e da forma como o saber pela prática adquirido permite gerir a terra. Posteriormente à integração de Portugal na União Europeia, sujeito a novas regras e novos paradigmas, pressupôs-se uma gestão do espaço rural de uma forma integrada e cujas políticas públicas foram e serão um caminho para essas alterações. Hoje, às preocupações de produção da terra juntam-se questões ambientais e sociais.

A gestão da pequena propriedade não é necessariamente igual à gestão da grande propriedade, sendo que a prática agrícola mais “pura” se encontra na primeira, havendo uma gestão mais íntima com o meio. Pelo gráfico 11, percebemos que a grande maioria dos proprietários, mesmo os da pequena propriedade, conjuga a exploração agrícola com a exploração pecuária, ainda que em quantidade diminuta. Nos últimos anos verificou-se o aumento de encabeçamento, nomeadamente bovino, especificamente nas propriedades de maior dimensão com um objetivo puramente comercial.



Gráfico 11 – Objetivo de produção da exploração

Pela dimensão da maioria das propriedades percebemos que são de gestão familiar e que os seus proprietários não têm assalariados ao seu serviço, o que já não acontece com os proprietários das explorações de maior dimensão, onde o principal objetivo está centrado na produção para o mercado.

30% das explorações possuem assalariados e corresponde à mesma percentagem de proprietários com explorações acima dos 25 hectares, sendo que são os mesmos que fazem depender da pecuária ou da agricultura a obtenção do seu principal rendimento monetário.

A ocupação do solo na área da ZPE poderá ser analisada pelos dados do gráfico 12. O uso do solo foi considerado sem as alterações dos ciclos agrícolas, sendo a área dominada por pastagens extensivas já com uma acentuada área, cerca de 25% de solo, ocupado por regadio. Dentro do perímetro que delimita a ZPE de Veiros podemos ainda encontrar pequenos olivais tradicionais e áreas de montado de azinho que se organizam de forma dispersa, com pastagem ou cereal no sob coberto.

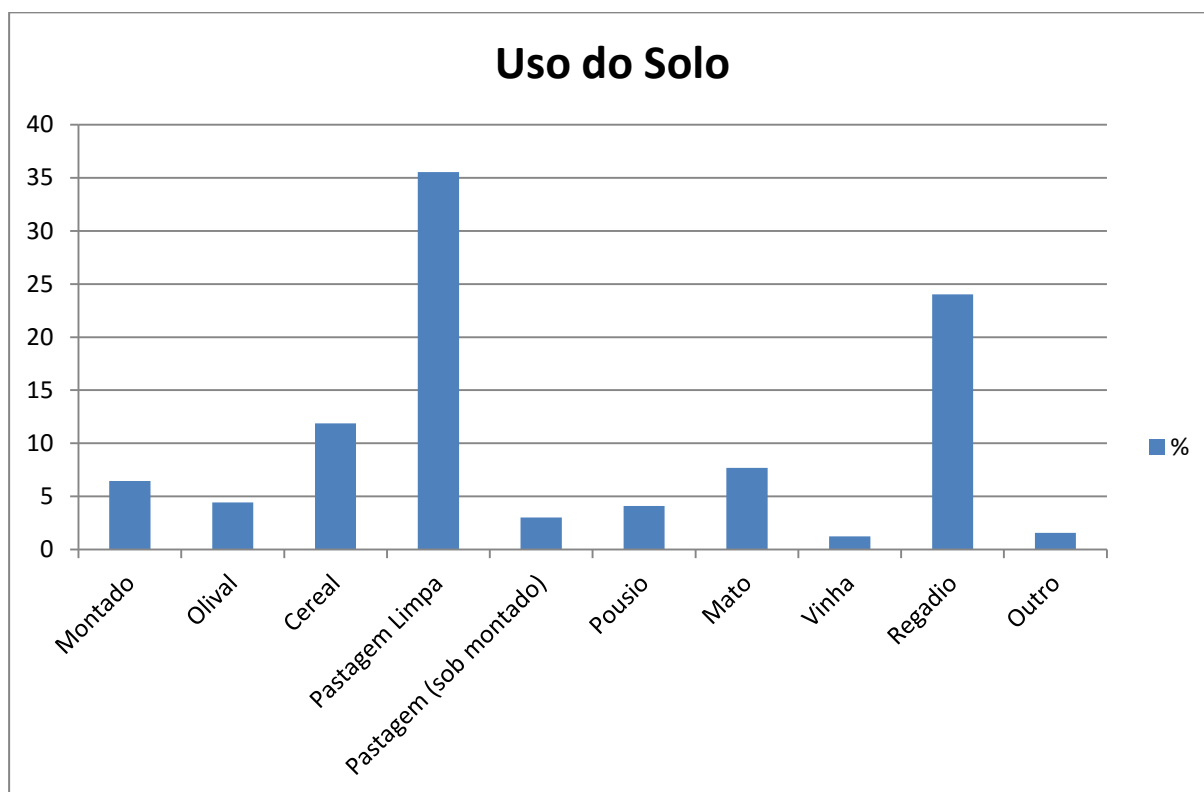


Gráfico 12 – Uso do solo

Considerando a época do ano em que se realizou o inquérito, entre maio e julho, parte da área considerada como pastagem limpa é noutra fase ocupada com cereal.

Durante a realização do inquérito, efetuados em maio e julho pelo autor, 55% das explorações estavam a produzir parcialmente sendo que para muitos, nomeadamente os proprietários de pequenas propriedades, a maioria com olival, consideraram que a mesma estava em fase de produção total. As alterações em termos de área produtiva também se prendem com a época do ano, podendo em determinada fase existir uma percentagem maior de área em fase de produção, pelo que se optou por somente se considerar a

A conservação da natureza como fator de gestão da paisagem rural - O caso da ZPE de Veiros

existência de produção total ou parcial, em termos absolutos de propriedade e não a área que no momento produzia.

Também nesta fase, 65% das explorações não possuía qualquer tipo de gado em pastagem, sendo notória a diferença entre o número de cabeças existentes e o tipo de gado. Relativamente a um passado não muito distante há um aumento do número de cabeças de gado bovino, que serve essencialmente para venda, nomeadamente na rede e marca "Carnalentejana". Alguns proprietários das explorações de menor dimensão são quem detém, essencialmente, ovinos e caprinos, sendo que parte se conjuga com outro tipo de atividade, nomeadamente a queijaria.

Os bovinos e a maior parte da existência de ovinos concentra-se essencialmente nas propriedades de maior dimensão, embora no caso dos segundos, os proprietários assumam na exploração de pequenas propriedades, que o principal objetivo é a indústria agro-alimentar.

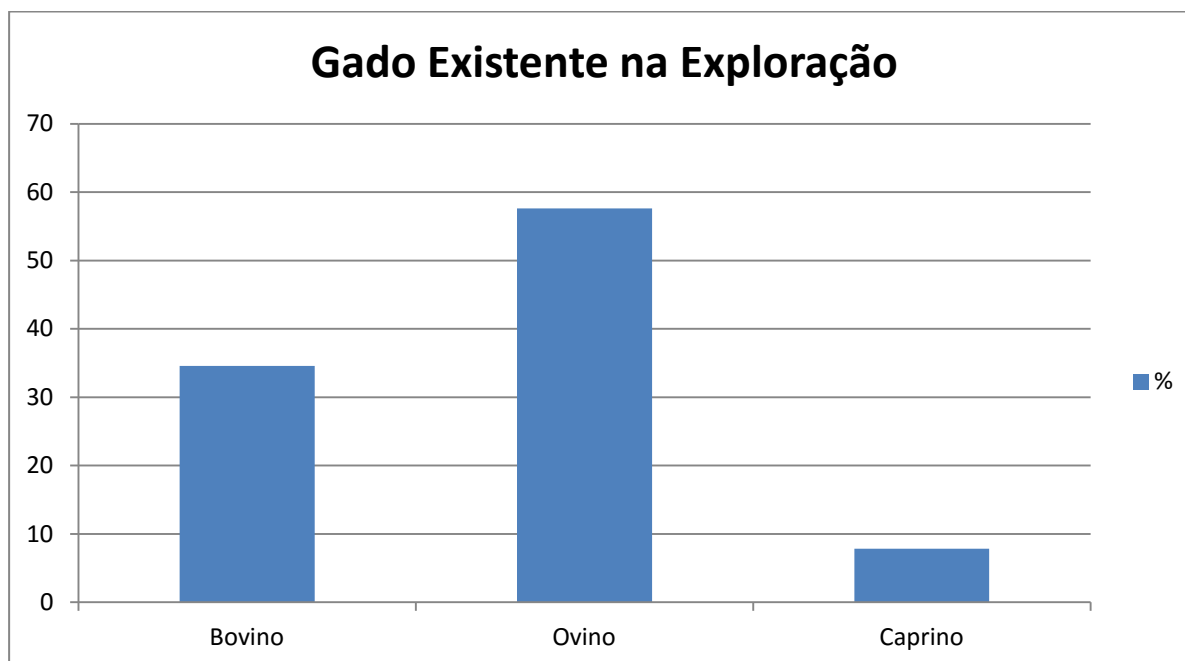


Gráfico 13 – Gado existente na exploração

A percentagem de tipo de gado, que o gráfico 13 reflete, refere-se ao total de gado existente por grupo, sendo que da totalidade de cabeças em pastoreio, mais de 50% é de gado ovino, havendo um aumento do número de encabeçamento de bovinos, contribuindo para tal, como já referenciado, a potencialidade em termos de marca "Carnalentejana".

A "quota" de ovinos que se destina a produzir leite para o fabrico de queijos foi aqui considerado como integrada no mercado, não para consumo mas antes com uma função económica externa, tendo sido assimilado pelo grupo "para vender". A questão de qual a utilização do gado existente na exploração, permitiu perceber que 65% das cabeças

A conservação da natureza como fator de gestão da paisagem rural - O caso da ZPE de Veiros

existentes na área da ZPE se destinam a venda, sendo assim fator de retorno financeiro para os proprietários.

Embora dentro do mesmo grupo de questões, as relativas à caracterização da propriedade, o grupo seguinte enquadrava as alterações existentes nos últimos 10 anos e a possibilidade de poderem vir a existir outras ou mais alterações num futuro próximo.

Pelos dados recolhidos somente em 30% das explorações foram efetuadas alterações nos últimos 10 anos, sendo as alterações realizadas, aqui consideradas, ao nível das infraestruturas, introdução de tecnologia, modo de produção, diversificação da agricultura, diversificação das atividades, património/limpeza, mais área produtiva (agrícola) e mais área produtiva (pecuária), apresentando-se os dados para cada uma dessas alterações, referentes aos já referidos 30% das explorações, no gráfico 14.

Apenas as propriedades com alguma dimensão foram objeto de alterações, tendo-se mantido inalteradas nas últimas décadas as propriedades de área reduzida. As alterações efetuadas, muito díspares, abrangem praticamente a totalidade das hipóteses consideradas, com destaque para as alterações ao nível da produção, das infraestruturas e também de novas tecnologias, nomeadamente para rega de algumas das áreas das explorações.



Gráfico 14 – Tipo de alteração efetuada na exploração nos últimos 10 anos

O ou os motivos das alterações foram inquiridos numa prioridade hierárquica de 3 respostas, escalonadas da mais importante para a menos importante. Relativamente à

A conservação da natureza como fator de gestão da paisagem rural - O caso da ZPE de Veiros

primeira motivação para as referidas intervenções na propriedade, todos os inquiridos foram unânimes, sendo que o que os motivou foi o aumento do rendimento. Relativamente à segunda motivação para que se fizessem alterações na exploração, quase 80%, dos 30% de proprietários que as fez, respondeu que foi por motivações ambientais e para a motivação mais baixa, cerca de 50% dos inquiridos respondeu que foram outras, sem especificar quais (gráfico 15).



Gráfico 15 – Motivos das intervenções efetuadas na propriedade nos últimos 10 anos

Ainda dentro deste grupo, as 3 últimas questões prenderam-se com a possibilidade de os proprietários virem a efetuar alterações nas suas explorações nos próximos tempos.

À questão da existência de previsão de poder haver alterações na exploração nos próximos tempos, 30% dos proprietários respondeu afirmativamente que prevê vir a efetuar alterações. Este resultado está intimamente relacionado com os dados recolhidos relativamente à percentagem de proprietários que fizeram alterações na propriedade nos últimos 10 anos, sendo os proprietários das maiores propriedades, ou aqueles que se dedicam em exclusivo à gestão da exploração, nas suas diferentes vertentes, quem tem esta perspetiva.

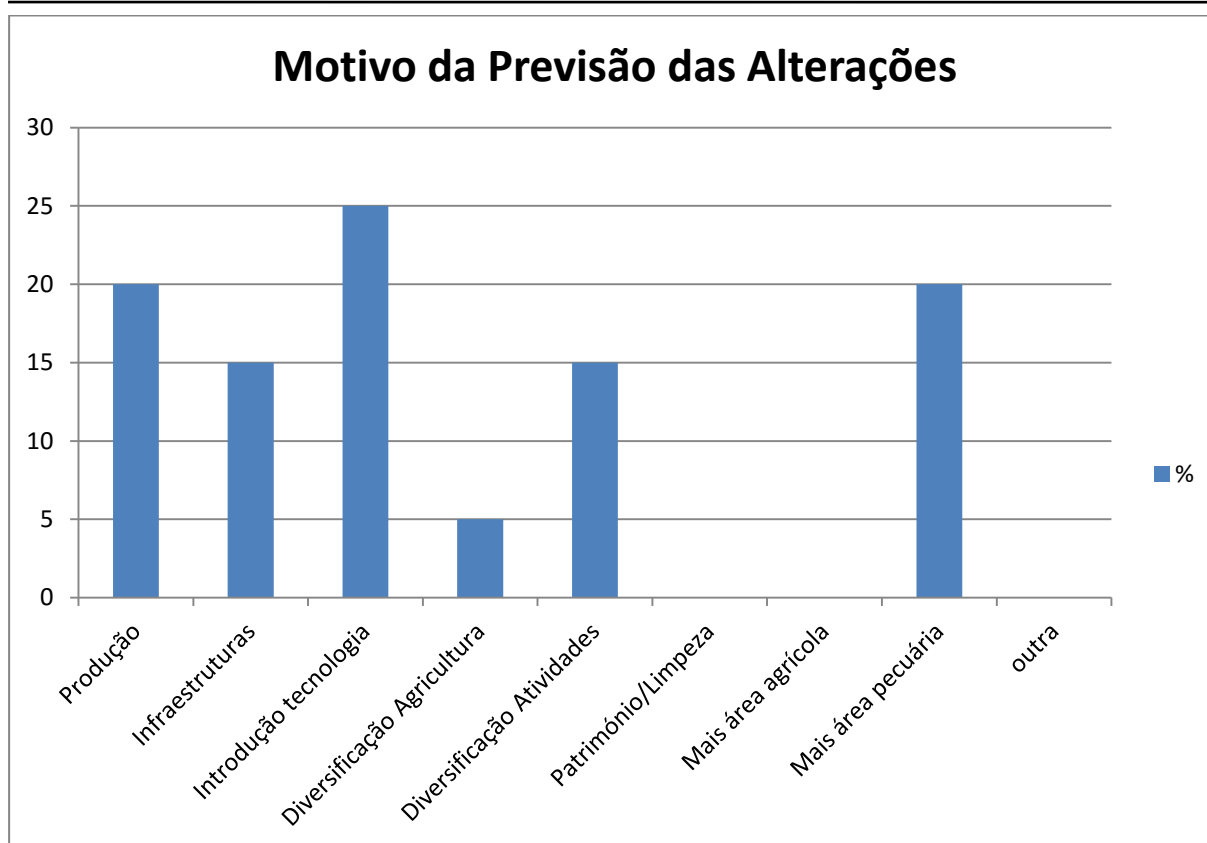


Gráfico 16 – Motivo da previsão de intervenções na exploração nos próximos tempos

A motivação para a alteração ou alterações previsionais estão registadas no gráfico 16, sendo que aquela que mais foi referenciada, para os 30% de proprietários que pretende efetuar algum tipo de alteração, foi a da introdução de tecnologia na exploração. Outras duas motivações referidas com algum peso, foram a do aumento da área para pecuária (20%) e de um aumento de produção (20%).

Pelos dados referidos verifica-se a existência de uma clara vontade destes proprietários para o aumento do rendimento, efetuando para tal alterações na exploração seja pela introdução de tecnologia, seja pelo aumento de área produtiva, seja por qualquer outra hipótese considerada nas respostas dadas. Mesmo considerando outras questões, a motivação principal, tal como o mostra o gráfico 17, é o aumento do rendimento. Existe também alguma motivação pessoal nestas alterações, fruto de um desafio pessoal na melhoria das condições da exploração, mas sem perder de vista a principal motivação.

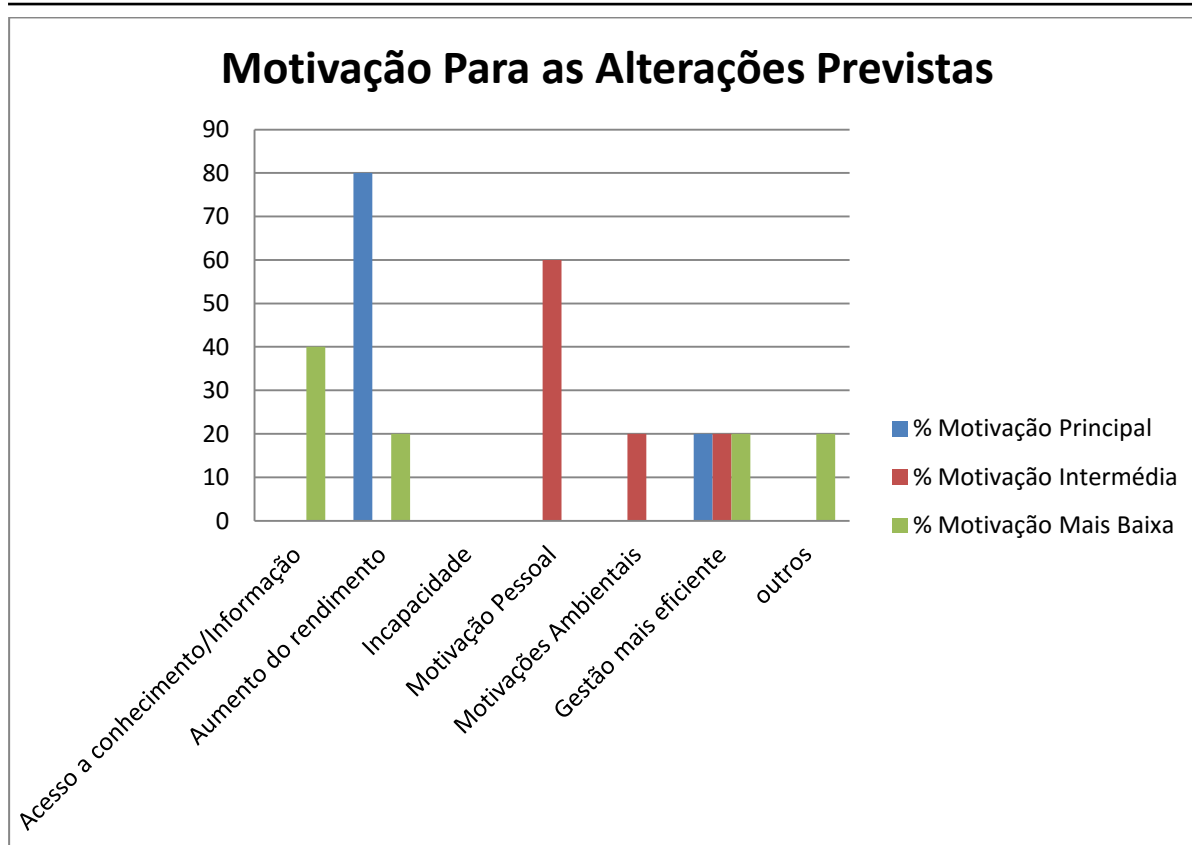


Gráfico 17 – Motivação para executar alterações na exploração

3.4.3.3. Multifuncionalidade na propriedade

O conceito de multifuncionalidade tem sido a chave na discussão sobre o futuro da agricultura e do desenvolvimento rural. Este conceito, em termos gerais, refere-se a um papel diversificado da atividade agrícola, muito para além somente da produção de alimentos, que passa pela conservação da paisagem e da biodiversidade, assim como por uma gestão mais eficiente dos recursos naturais e para a consolidação e viabilização económica e social das explorações agrícolas, tal como evidenciado no subcapítulo 2.3.

O terceiro grupo de questões colocado aos proprietários prendia-se com a existência de multifuncionalidade na exploração, ligando as questões económicas com o número de atividades existentes, o porquê da sua existência e se estas eram somente voltadas para a produção agrícola e/ou pecuária.

A primeira questão pretendia aferir a origem do rendimento que advêm da(s) atividade(s) existente(s) na exploração e refere-se em termos percentuais somente a este. Como se mostra no gráfico 18, não se considera aqui a totalidade de rendimentos obtidos pelos proprietários e podemos verificar que as principais atividades que originam rendimentos

financeiros são a agricultura e a pecuária, aparecendo ainda a atividade cinegética e a apicultura como fonte de rendimento. Para 50% das propriedades, que se dedicam à gestão agrícola, o rendimento vem desta atividade a 100%. Sucede o mesmo em 40% das propriedades que se dedicam à criação de gado. Para alguns proprietários a cinegética e a apicultura são também fonte de rendimento, embora numa percentagem baixa se comparadas com as duas anteriores.

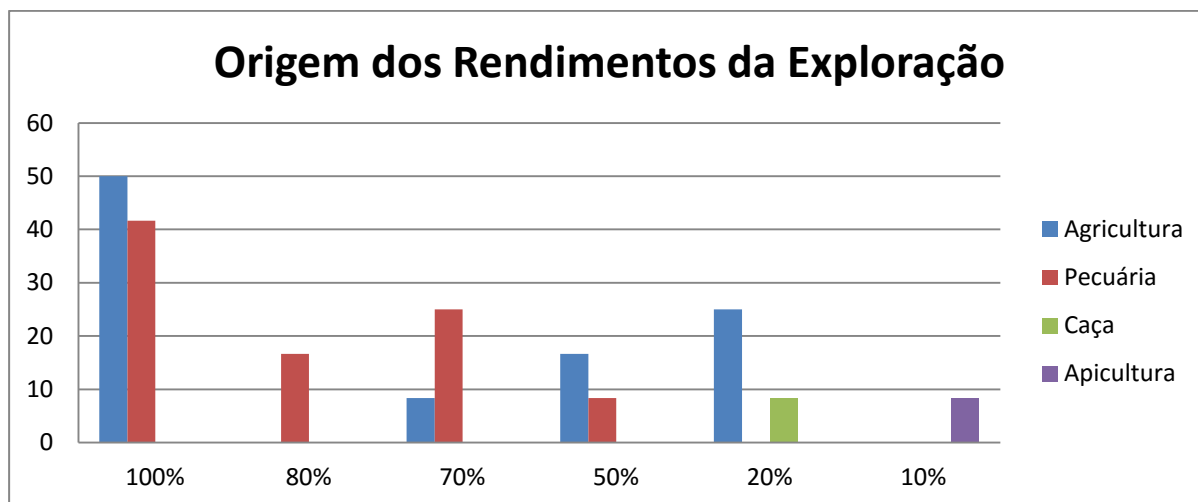


Gráfico 18 – Origem dos rendimentos obtidos na exploração

A existência destas atividades na exploração prende-se essencialmente com questões económicas e de rendimento, sendo que para 70% dos inquiridos essa é a principal razão para a sua existência. As razões familiares, logo o apego à terra e às origens, foram também outra das situações consideradas como responsáveis pela existência daquele tipo de atividade na exploração. Mesmo a segunda razão para a existência deste tipo de atividade, prende-se maioritariamente com questões familiares e económicas, pelo que poderemos afirmar que são estas as principais razões para que tal aconteça, tal como se pode verificar pelos dados referenciados no gráfico 19.

As últimas duas décadas trouxeram novos paradigmas à gestão do território rural e os agricultores viram-se confrontados com novas questões, que até há duas décadas eram para eles impensáveis, nomeadamente a existência de políticas públicas de apoio para a gestão da terra. Este novo fenómeno foi vivenciado de forma diferente por cada proprietário e provocou, nalguns casos, impacto na forma de vivenciar o território alterando práticas, não só agrícolas, mas também sociais e ambientais que se refletiram em termos económicos.



Gráfico 19 – Causas da existência das atividades na exploração

À questão se tinham conhecimento da existência de programas de apoio, 55% dos inquiridos afirmou ter conhecimento da sua existência, sendo que do diálogo mantido durante as entrevistas se apurou que alguns dos proprietários, embora sabendo que existem esse programas confundem a sua origem, achando que é o governo português a grande fonte deste tipo de financiamento.

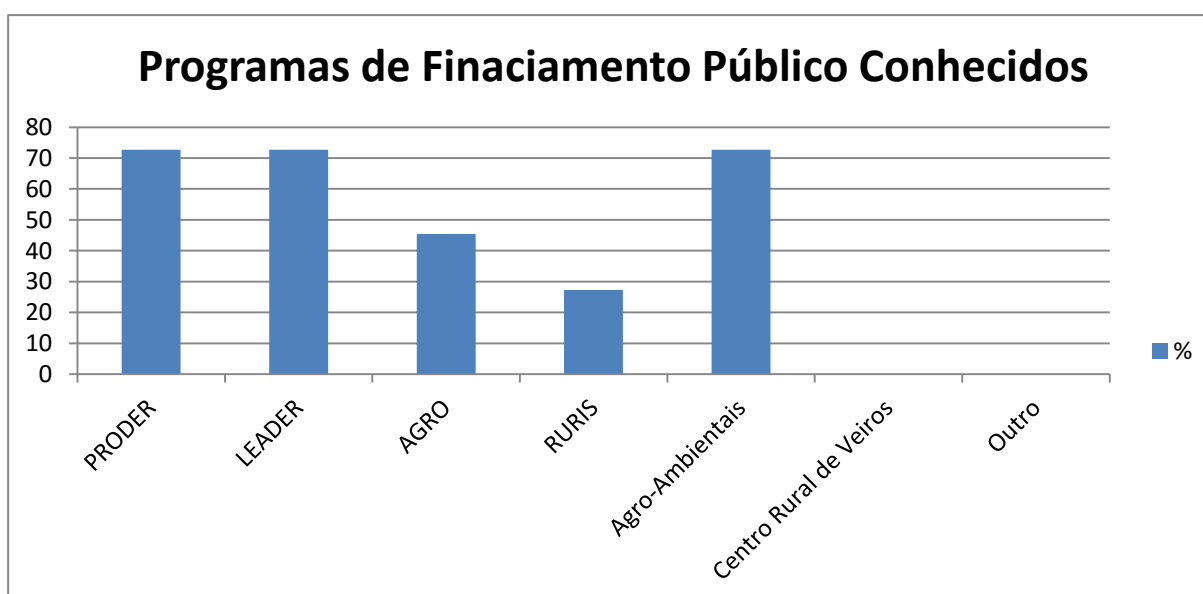


Gráfico 20 – Programa de financiamento públicos conhecidos

Dos 55% de proprietários que sabem da existência ou têm conhecimento dos programas de apoio, 70% destes identifica o PRODER e o LEADER, assim como as medidas Agroambientais, sem dificuldade (gráfico 20).

Dos envolvidos nas respostas ao questionário, quando colocada a questão se já alguma vez haviam recorrido a apoios, 30% respondeu afirmativamente, mesmo que não tivesse bem a noção de qual o programa a que tinha recorrido, isso porque esse procedimento foi efetuado por técnicos que prestaram esse apoio isolado para o caso ou que organizam a contabilidade da empresa.

Esta percentagem é idêntica à obtida relativamente à percentagem de proprietários que realizou alterações na propriedade nos últimos 10 anos e que pensa vir a realizar no futuro, estando estes dados intimamente relacionados com os detentores de explorações com uma maior área.

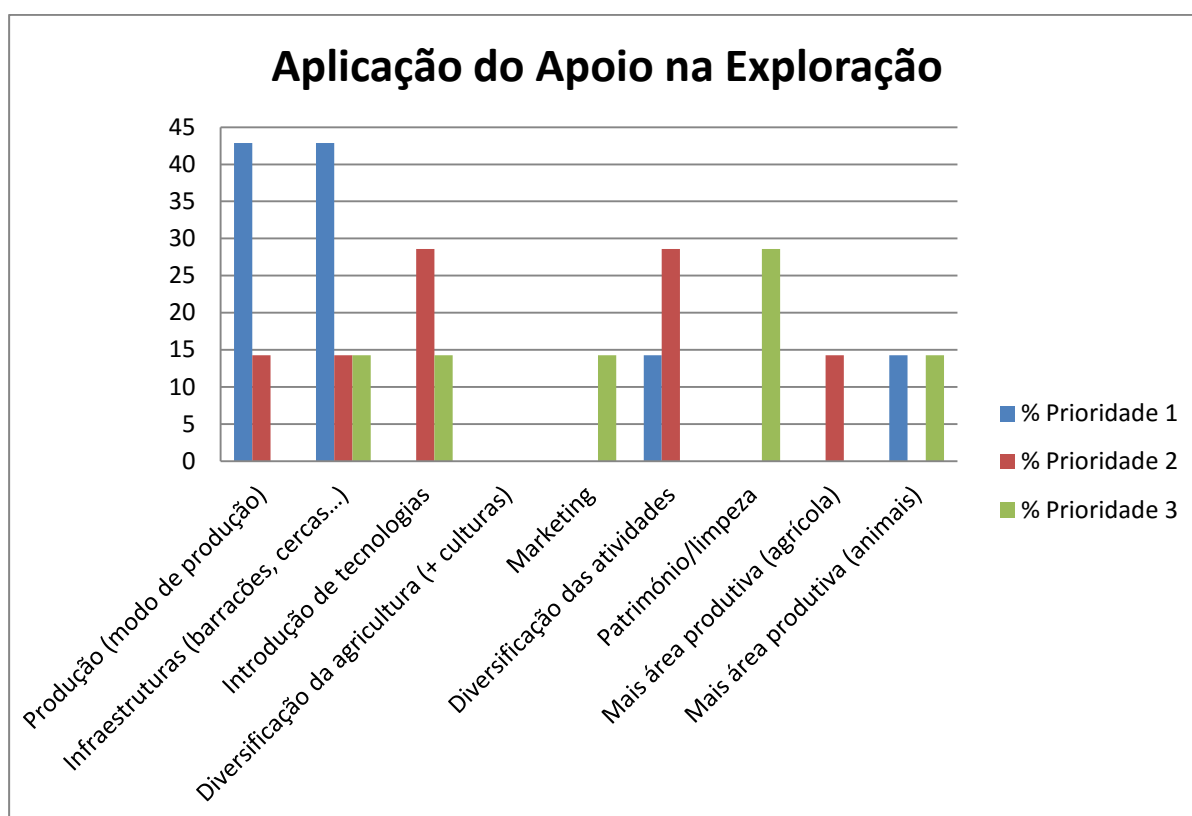


Gráfico 21 – Aplicação do apoio na exploração

A aplicação dos apoios (gráfico 21), analisada em termos de 3 prioridades, foi em pouco mais de 40% em infraestruturas e no modo de produção, sendo ainda esse apoio, em termos de primeira prioridade, aplicado na diversificação das atividades e na criação de mais área produtiva (animais). Em termos de segunda prioridade, a introdução de tecnologias, nomeadamente ao nível do aumento de regadio e a diversificação de atividades foram as opções de aplicação dos apoios. Como 3.^a prioridade a aplicação do apoio recaiu essencialmente na aplicação em manutenção (limpeza) das explorações.

Quando confrontados com a hipótese de investimentos no futuro e que áreas de investimento consideravam mais importantes, a principal prioridade recaiu sobre a produção (42%), sendo as infraestruturas (17%) e a introdução de tecnologias (17%) outras áreas prioritárias (gráfico 22). Os resultados estão assim de acordo com a linha de pensamento daquilo que já haviam sido os investimentos efetuados nas propriedades, aquando do recurso a programas de apoio.

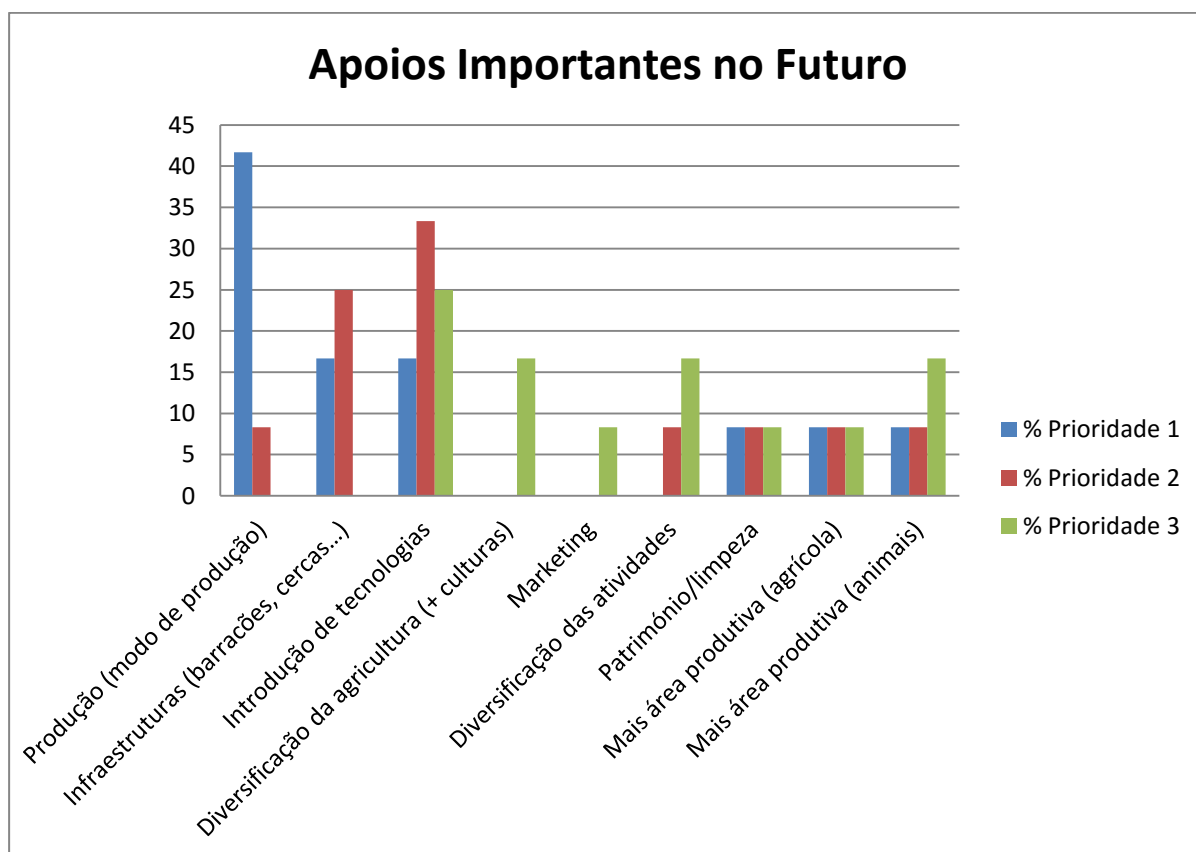


Gráfico 22 – Apoios mais importantes no futuro

3.4.3.4. A ZPE

O último grupo de questões prendia-se com o conhecimento da existência da ZPE e de que forma esta poderia ser um fator potenciador ou, pelo contrário, restritivo daquilo que são os objetivos da exploração do solo e até onde estavam os proprietários dispostos a compatibilizar a conservação da natureza com a manutenção de práticas agrícolas que permitissem a preservação das espécies que ali nidificam ou que usam aquele espaço.

65% dos inquiridos tinha conhecimento da existência de uma área "classificada" para proteção da natureza, não identificando logo de que tipo, alguns por não ligarem muito a "essas coisas" e outros por considerarem que são tantas as terminologias que se torna

A conservação da natureza como fator de gestão da paisagem rural - O caso da ZPE de Veiros
difícil, a não ser para quem trabalha nessa área, estar a fixar tanto modelo de preservação "restritivo" ao uso agrícola e ao desenvolvimento da agricultura e da economia.

De entre os conhecedores da sua existência, a fonte de informação sobre a classificação daquela área como Zona de Proteção Especial deveu-se, na sua maioria, a informação de entidades oficiais ou através de conversas com amigos e/ou vizinhos, sendo que estes dois itens representam mais de 60% das fontes de informação. De realçar que dos inquiridos nenhum recebeu essa informação através do município de Estremoz ou de Monforte (gráfico 23).

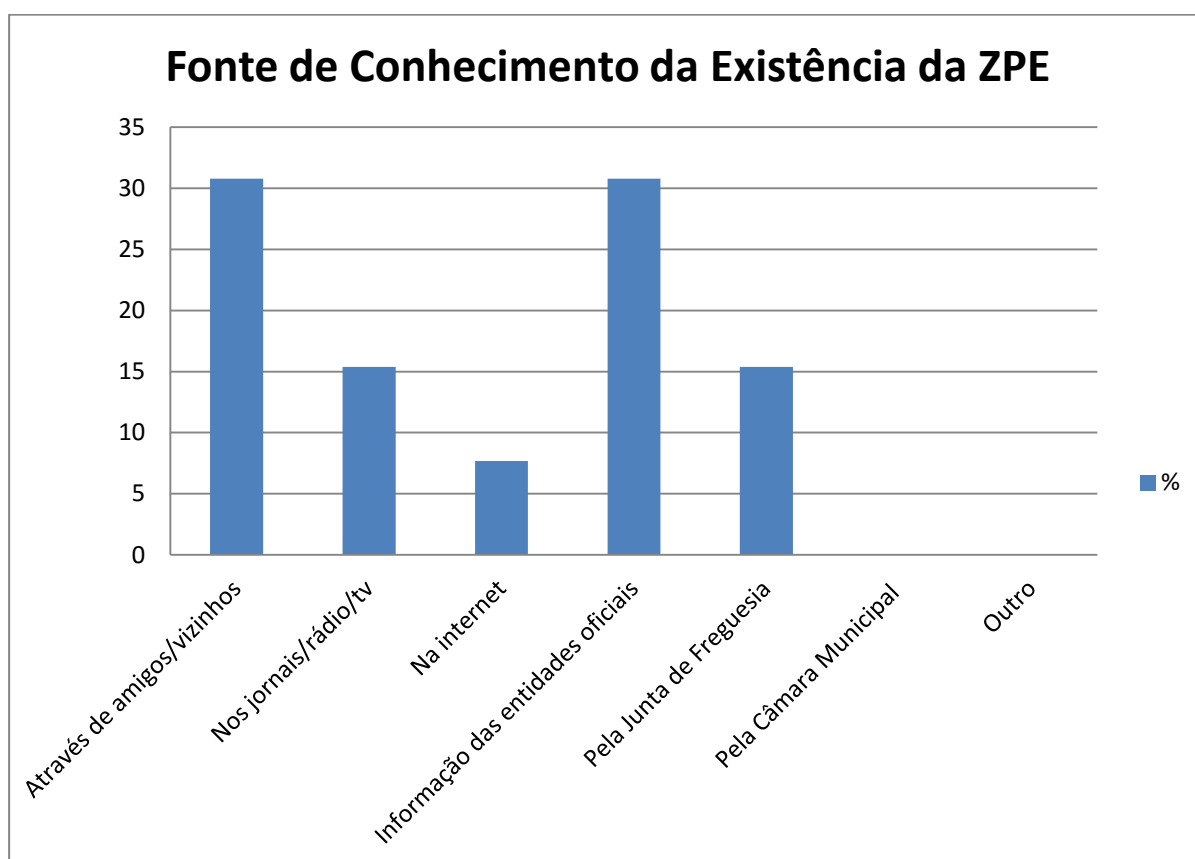


Gráfico 23 – Fonte de informação da existência da ZPE

Embora 35% dos inquiridos não tivesse conhecimento da existência da ZPE de Veiros, todos concordam com a sua classificação, após explicação de quais os objetivos genéricos da mesma. De realçar que o menor conhecimento da sua existência reside na população com menor nível de escolaridade e/ou com idade mais avançada, que se cruza também com o fato de a propriedade ser de menor dimensão. Em termos finais existe, assim, uma unanimidade na concordância com a classificação daquele espaço como ZPE.

Da mesma forma, o universo dos proprietários considera que é possível compatibilizar o tipo de atividade que existe na sua exploração com a proteção ambiental, não vendo que o tipo de agricultura ou de criação de gado, nem o modo como é feito, possa ser prejudicial ao

A conservação da natureza como fator de gestão da paisagem rural - O caso da ZPE de Veiros ambiente ou à conservação da natureza, nomeadamente às aves estepárias. No entanto, esta compatibilização deixa sempre presente a ideia do aumento do rendimento financeiro através das atividades desenvolvidas na exploração.

No seguimento daquilo que vem sendo afirmado e confirmado pelos dados, metade dos inquiridos, de acordo com os dados do gráfico 24, considera que a principal dificuldade, em termos de proteção e conservação da natureza, é a necessidade de assegurar o rendimento, ou seja, embora considerem ser possível a compatibilização entre a exploração da propriedade e a proteção ambiental, esta poderá ser dificultada pela necessidade de assegurar rendimento financeiro. Em segunda instância consideram a falta de organização como um alicerce para que tal também possa acontecer, somando a esta a falta de informação específica de como e quando o poderiam fazer.

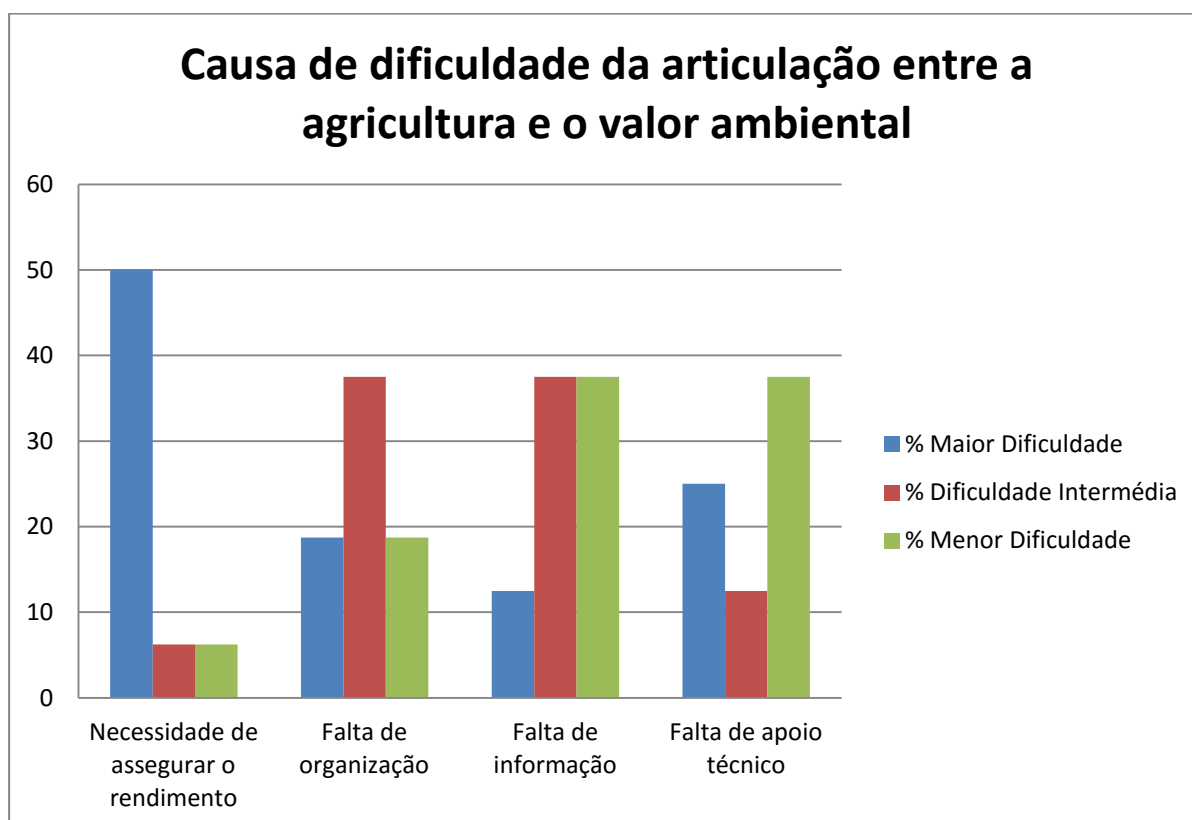


Gráfico 24 – Causa de dificuldade da articulação entre a agricultura e a proteção ambiental

Na sequência daquilo que consideram ser os fatores que podem dificultar a articulação entre as atividades na exploração e a conservação da natureza, mais de 50% considera ser necessário mais informação de como o fazer, fator ao qual juntam, tanto em primeira como em segunda necessidade, o fator de maior financiamento para o poderem fazer (gráfico 25).

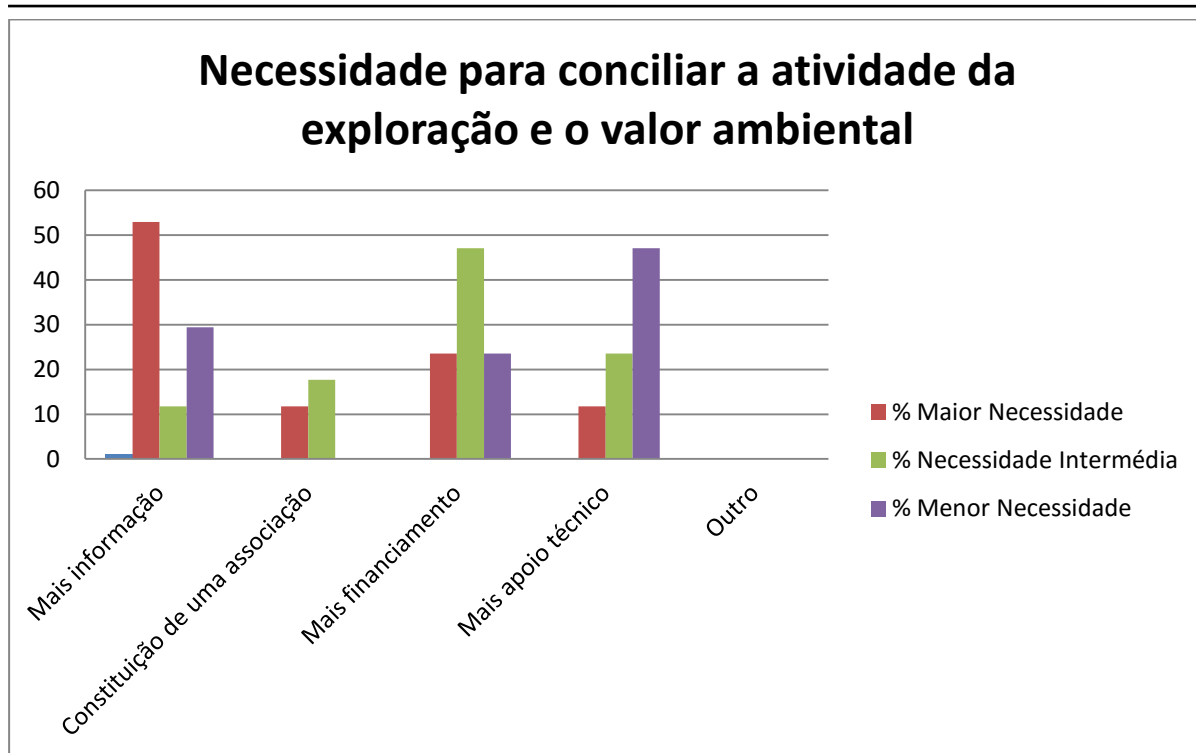


Gráfico 25 – Necessidade para articular a atividade da exploração e o valor ambiental

Se analisarmos os dados do gráfico 26, sobre as respostas dadas ao que cada um estaria disposto a fazer para, mantendo a atividade da exploração, preservar questões ambientais, nomeadamente aquelas que se prendem com a preservação da natureza naquilo que foi o principal fator para considerar esta área ZPE, há novamente uma questão financeira associada e que passa por um maior investimento neste campo, que vai de encontro à necessidade de assegurar o rendimento.

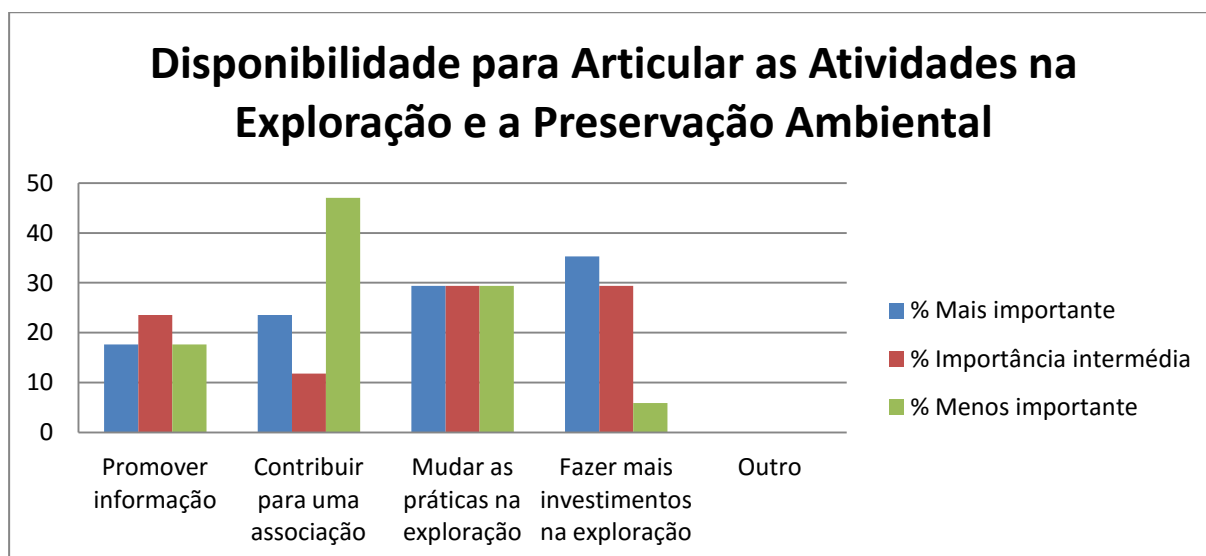


Gráfico 26 – Disponibilidade para articular as atividades na exploração e a preservação ambiental

A constituição de uma associação (gráfico 26) aparece como uma necessidade em segunda prioridade para mais de 45% dos inquiridos, sendo a primeira prioridade para cerca de 22%, o que conjuga a necessidade de maior informação, sendo para estes uma forma de alterar essa debilidade.

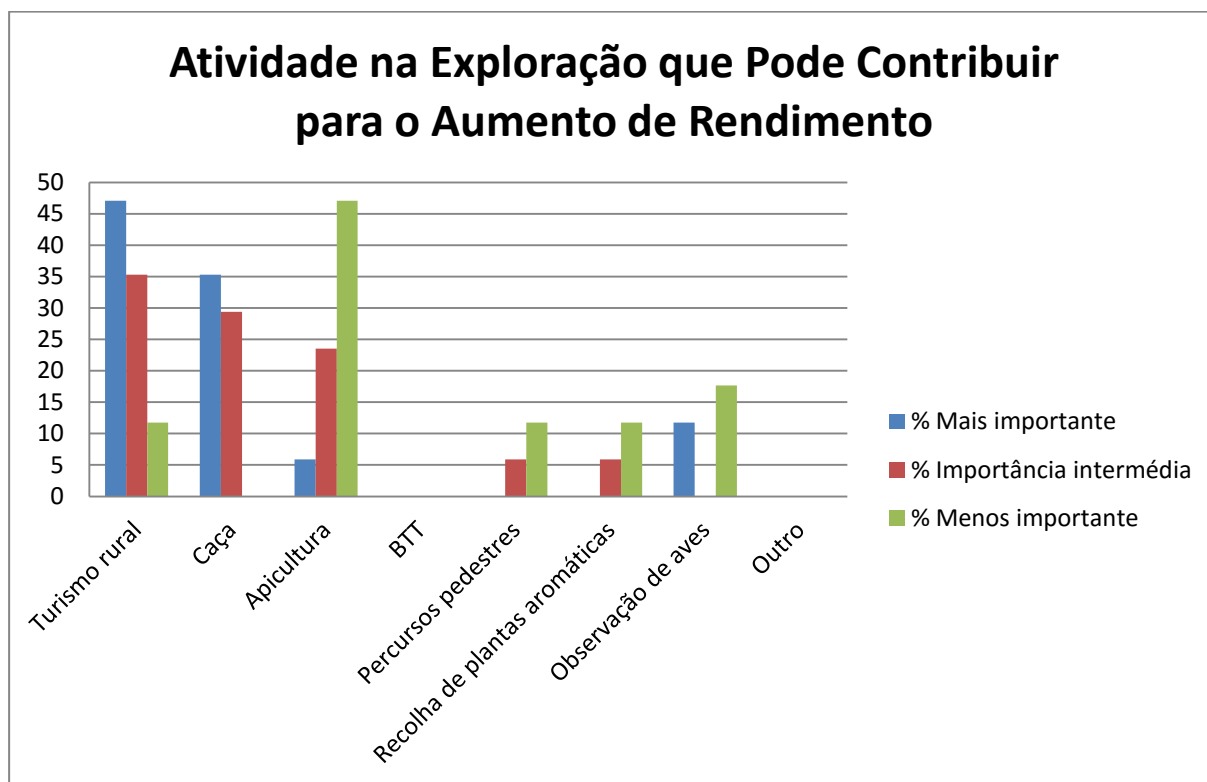


Gráfico 27 – Atividades na exploração que podem contribuir para o aumento do rendimento

Intercetando os dados obtidos nas respostas anteriores e apresentados até aqui graficamente, nomeadamente as relacionadas com as questões financeiras, mais de 45 % dos inquiridos consideram, que a atividade que mais pode contribuir para um aumento de rendimento é o turismo rural, assim como questões relacionadas com a cinegética. Para cerca de 10% a observação de aves aparece também como uma forma possível de aumento de rendimento, compatibilizando assim as atividades agrícolas com a preservação de valores ambientais (gráfico 27).

CAPÍTULO IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de apresentarmos as conclusões somente lembrar que o estudo é relativo a uma área de 1959,41 hectares e os dados respeitam a um conjunto pequeno de proprietários das explorações que integram a ZPE de Veiros e, portanto, não podem ser extrapoláveis diretamente para uma área maior, sendo no entanto indicadores dos processos à escala daquela área.

Dos dados recolhidos procura-se a sua integração concetual e aferir as ideias dos proprietários relativamente às questões da multifuncionalidade e da conservação do valor ambiental, responder, ainda, a questões daquilo que consideram ser a viabilidade e sustentabilidade económica das suas propriedades, considerando que o ponto de partida foi, com recurso a um inquérito, conferir a disponibilidade e expectativa dos proprietários relativamente à possibilidade de reforço do seu rendimento através de atividades complementares (*non-commodity*) e/ou da necessidade de complementaridade do financiamento destas atividades por políticas públicas.

A realidade rural mudou muito desde a última metade do século passado, tornando-se mais complexa, fruto da evolução dos tempos e de uma modernidade agrária, pese embora tardia, que parece ter agregado a agricultura multifuncional de baixa escala com um leque de explorações de maior dimensão que assentam a sua viabilidade num conjunto de funções cujo pragmatismo económico dos proprietários se ajustou às alterações que o tempo foi fazendo.

O potencial multifuncional das explorações que integram a ZPE de Veiros evidencia-se pelos dados do capítulo anterior, que associam funções de consumo, produção e conservação numa abrangência daquilo que é o potencial rural daquela área.

Fica, no entanto, subjacente a necessidade de uma abordagem mais fina ao nível do financiamento público e a novas políticas que potenciem a sinergia entre a conservação de um modo tradicional da atividade agrícola extensiva com a conservação das espécies estepárias que procura da área da ZPE para nidificarem ou se alimentarem.

A chegada de informação, através de entidades públicas ou de associações específicas, nomeadamente ONG na área do ambiente, sobre os diferentes programas de financiamento ao desenvolvimento rural e à prática da atividade agrícola compatível com a gestão do habitat de aves estepárias, é uma recomendação que se sublinha, nomeadamente naquilo que respeita ao Programa de Desenvolvimento Rural (PDR2020) na medida 7.3.2. Pagamentos Rede Natura – Apoios Zonais de Caráter Agroambiental.

A ZPE de Veiros sofre, como em muitas das áreas do interior de Portugal, efeitos demográficos do abandono populacional com destino às áreas metropolitanas e consequentemente com o envelhecimento generalizado daqueles que permaneceram, facilmente demonstrado pelos cerca de 85% de proprietários de explorações que apresentam mais de 55 anos. A este envelhecimento acrescem ainda questões relacionadas com a educação e a formação específica na área agrícola.

As alterações que se têm produzido na sociedade, na forma como olha para o espaço rural, levaram também os proprietários a olharem para esse mesmo espaço de forma diferente e é unânime o reconhecimento da compatibilização da agricultura com a proteção ambiental, assim como com a classificação da área onde as suas propriedades se inserem como ZPE.

O território rural é hoje olhado como um espaço que vai além somente da produção, sendo também de consumo e no qual a agricultura proporciona um conjunto de amenidades, que fazem da paisagem rural um espaço multifuncional com interesses diversos.

Os resultados obtidos permitem reforçar a necessidade de criar mecanismos de apoio eficazes, para que se mantenham e desenvolvam atividades várias nas explorações agrícolas, de forma a manter a diversidade e qualidade da paisagem e as características que justificam o seu estatuto de conservação. Se se optar por continuar a apoiar somente uma lógica produtivista, a pluriatividade tenderá a desaparecer e a paisagem tal como ainda a conhecemos, tenderá a extinguir-se. A existência de uma pluriatividade ligada às atividades rurais, com um ênfase forte na proteção ambiental, nomeadamente da avifauna e de todo o seu ciclo, bem como a necessidade de apoio técnico e financeiro para conjugar todas as necessidades e expectativas são um dos caminhos identificados para manter inalterada a função principal da ZPE.

Ao longo do trabalho de realização do inquérito e da análise dos dados, sentiu-se que o caminho a percorrer é ainda longo relativamente à prática e gestão agrícola, bem como ao processo de informação da importância em garantir a sustentabilidade rural e a conservação de espécies da avifauna, sendo que foi identificado como fator de ameaça que parte dos terrenos tradicionalmente usados para a atividade agrícola extensiva se sequeiro foram convertidos em áreas de regadio, criando condições para a perda e fragmentação do habitat das espécies estepárias. Também o aumento do encabeçamento ao qual está associada a construção de cercas serão causas associadas à anterior.

O desaparecimento da agricultura extensiva, que se prende essencialmente à sua baixa rentabilidade, é um dos fatores a ter em conta no futuro e que deve ser tentado contrariar através da intervenção pública, sendo essencial a elaboração do plano de gestão da ZPE que possa salvaguardar a manutenção deste tipo de agricultura e rotação tradicional,

A conservação da natureza como fator de gestão da paisagem rural - O caso da ZPE de Veiros

prevenindo, por outro lado, a instalação e alargamento da área de regadio e a colocação de vedações.

A agricultura extensiva praticada na área da ZPE de Veiros, desde sempre caracterizada pela rotação entre a cultura de cereais de sequeiro e pousios, organizou o habitat deste mosaico que ao longo do ano se mostra essencial para várias espécies que se encontram dependentes da manutenção da prática de atividades agrícolas em regime extensivo.

A maioria das aves existentes na ZPE de Veiros prefere zonas abertas e a conservação destas espécies está intimamente apegada às práticas agrícolas, bem como à gestão pecuária, pelo que a atividade agrícola extensiva não deverá, no essencial, ser alterada, mantendo-se as tradicionais práticas de sequeiro que não deverão ser abandonadas ou substituídas por outras com um caráter mais intensivo. A figura 13 dá uma perspetiva geral dos vários aspetos referidos sobre a ZPE, nomeadamente da área aberta existente e necessárias para as aves estepárias ou pseudo-estepárias e do aumento do número de cercas e da área de regadio.

As espécies da avifauna estepária existentes na ZPE de Veiros, nomeadamente o sisão e a abetarda, são sensíveis à alteração da prática agrícola e a manutenção da atividade agrícola extensiva tem especial relevância não só para a área da ZPE de Veiros mas também noutros espaços com classificação idêntica existentes nas proximidades.

Embora não sendo o principal objetivo da dissertação, não podemos no entanto deixar de nos referir à necessidade de elaboração do plano de gestão para a ZPE de Veiros, naturalmente com o seu principal objetivo focado na conservação das aves estepárias, sendo fundamental a manutenção de uma cerealicultura extensiva, assente na rotação cultural, devendo ainda ser mantidas as manchas de olival tradicional existentes.

O referido plano de gestão deverá ser um instrumento que viabilize a concretização dos objetivos da criação da ZPE e deverá ter em conta os demais instrumentos, nomeadamente os de apoio a intervenções físicas, potenciando e viabilizando a manutenção da agricultura tradicional, considerando os anseios dos proprietários no que ao rendimento respeita e à necessidade do fornecimento de informação.

Voltamos a notar a importância da chegada de informação, nomeadamente daquela que contém os passos e os critérios dos apoios a uma gestão sustentável dos recursos naturais, tal como a manutenção de rotação de cereal de sequeiro – pousio em zonas de existência de aves estepárias.

Os principais agentes de gestão do território são os agricultores que desempenham um papel fundamental na gestão da prática agrícola que vá de encontro a práticas de

A conservação da natureza como fator de gestão da paisagem rural - O caso da ZPE de Veiros

conservação do habitat das espécies estepárias. Prestam, com práticas adequadas à conservação do habitat, um serviço público.

A sua existência permitirá trazer os agricultores para dentro da solução, como parte interessada que são, sensibilizando-os primeiramente para que não optem por uma agricultura intensiva e pelo aumento do número de animais nas explorações, com a viabilização e disponibilização de mecanismos que promovam o desenvolvimento rural, assentes essencialmente em pilares que fomentem o incremento económico e social de atividades com interesse para a conservação das espécies ali existentes, assim como a potenciação de práticas e técnicas alternativas que favoreçam a proteção das aves estepárias e que conciliem os diferentes interesses presentes neste território.

A manutenção (conservação) de aves estepárias numa área como aquela onde foi efetuado o estudo está dependente da intervenção humana. É esta intervenção que manterá o ecossistema pelo que a colaboração entre agricultores, decisores políticos, investigadores, entre outros, se nos afigura como essencial e necessária de forma a inverter a tendência de declínio destas espécies.

Este é um procedimento fundamental a ter em conta e fator principal do sucesso das medidas proposta. Sem a compreensão por parte dos atores que atuam no terreno, não existirão medidas que possam de forma alguma atingir aquilo a que se propõem. A integração dos proprietários no processo, desde o seu começo até ao documento final, com medidas concretas de atuação é a chave de todo o sucesso.

Bibliografia

Bertrand, G. (1984) – “Paisagem e geografia física global. Esboço Metodológico”, Tradução: Olga Cruz. Trabalho publicado, originalmente, na “Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest”, Toulouse, v. 39 n. 3, p. 249-272, 1968, sob título: Paysage et géographie physique globale. Esquisse méthodologique. Publicado no Brasil no *Caderno de Ciências da Terra*. Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, n. 13, 1972.

Borrvalho, R., Pinto-Correia, T. e Sousa, C. (coords) (2007) – Seminário “O Turismo no Espaço Rural e a Multifuncionalidade da Paisagem”. Associação das Mulheres Agricultoras Portuguesas. Universidade de Évora e Naturlink. Évora.

Cancela d’Abreu, A. d’Orey, (1995) – “Desordenar ou Ordenar o Desordenado, Conferência Planear para o Virar do Século, Aveiro, Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro.

Cancela d’Abreu, A. *et al.* (2004) – “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental”. DGOTDU, Lisboa.

Carneiro, I. F., (2005) - “O Desenvolvimento Rural em Portugal: caminhos percorridos e por percorrer...”, Conferência “Políticas Públicas para o Desenvolvimento”, ISCTE, Lisboa, 16 e 17 de Junho.

Carta Geológica de Portugal à escala 1:50 000, (1975) – Folha 32-D Sousel. Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa.

Carvalho, P. e Silva, S., (2008) - Os programas LEADER e o desenvolvimento rural em ambientes de montanha. *Atas do 14º Congresso da APDR (e 2º Congresso de Gestão e Conservação da Natureza)*. Coimbra: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 30 pp.

Cavaco, C., (2005) –“As paisagens rurais: Do ‘determinismo natural’ ao ‘determinismo político’?”, *Revista Finisterra*, XL, 79, pp. 73-101.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, (2010) – PROT Alentejo, Relatório Fundamental. Évora.

A conservação da natureza como fator de gestão da paisagem rural - O caso da ZPE de Veiros

Costa, J.C.; M.D. Espírito-Santo, Rodríguez González, P.M.; Capelo J. e Arsénio P., (2001) - Flora e Vegetação do Divisório Português. Associação Lusitana de Fitossociologia, ISA, Lisboa.

Covas, A., (1999) – “As amenidades rurais – um contributo para o desenvolvimento de zonas desfavorecidas”, Coleção “Estudos e Análises, 8”, Direção Geral do Desenvolvimento Rural, Lisboa.

Crespo, L. M., (1950) – “Estremoz e o seu Termo Regional”, Tipografia Brados do Alentejo. Estremoz.

Cunha, A. M., (2000) – “Monografia geral sobre a Freguesia de Veiros”, MONTE, Desenvolvimento do Alentejo Central, ACE, Arraiolos.

Dambrós, C. e Marta-Costa, A., (2015) – “GESTÃO DA PAISAGEM RURAL: estudo comparativo entre os municípios de Vila Real/Portugal e Brotas – São Paulo/Brasil”, VI Congresso de Estudos Rurais, Instituto de Ciências Sociais (ICS-UL), 16, 17 e 18 de Julho de 2015.

DHV, SA e Arquipélago de Arquitetos, Lda (2008) – Análise e Diagnóstico, Revisão do PDM de Estremoz. Estudo elaborado para a Câmara Municipal de Estremoz.

Diário da República n.º 223, I Série A, 23 de setembro de 1999.

Diário da República n.º 30, I Série A, 24 de fevereiro de 2005.

Diário da República n.º 40, I série, 26 de Fevereiro de 2008.

Diário da República n.º 139, I série, 21 de Julho de 2008.

Diário da República n.º 236, I Série B , 11 de Outubro de 2011.

Durand, G. e Van Huylenbroeck, G., (2003) - Multifunctionality and rural development: a general framework, In: Durand & Van Huylenbroeck (Ed.), *Multifunctional Agriculture. A New Paradigm for European Agriculture and Rural Development*, Ashgate, Hampshire, 1-16

Fialho, Patrícia R. A. V. de C., (2013) – “ A Paisagem em Moisaco Policultural no Alentejo: Novos Paradigmas de Gestão” , Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Qualidade e Gestão do Ambiente, Universidade de Évora.

Filho, Britaldo S. S., (1998) – “Análise de Paisagem: Fragmentação e Mundaças”, Departamento de cartografia, Centro de Sensoriamento Remoto – Instituto de Geociências – UFMG, Belo Horizonte.

Galvão, M. J. e Vareta, N. D., (2010) – “ A multifuncionalidade das paisagens rurais: uma ferramenta para o desenvolvimento”, Cadernos “Curso de Doutoramento em Geografia, FLUP.

Gaspar, J., (2001) – “O retorno da paisagem à geografia – Apontamentos místicos”, Revista Finisterra XXXVI, 72, pp. 83-99.

Gil, A. F., (2006) – “Proposta Metodológica para a Elaboração de Planos de Gestão de Sítios da Rede Natura 2000”, Dissertação de Mestrado, Departamento de Biologia, Universidade dos Açores.

Guimarães, Solange T. L., (2005) – “Planeamento e proteção dos recursos paisagísticos: Aspectos relacionados à cognição, percepção e interpretação da paisagem”, OLAM – Ciência e Tecnologia, Vol. 5 N.º 1, Maio de 2005, Rio Claro/SP, Brasil.

Holmes, J., (2006) – “Impulses towards a multifunctional transition in rural Australia: Gaps in the research agenda”, Journal of Rural Studies, 22: 142-160.

ICNB, (2008) - Ficha de Caracterização da ZPE de Veiros – Plano Setorial da Rede Natura 2000.

INE - Instituto Nacional de Estatísticas – Censos 2011.

Lima, A. V., (1991) - “Velhos e novos agricultores em Portugal”, in: *Análise Social*, Vol. XXVI, nº 111, Lisboa.

Lima, A. V., (2008) – “Agricultura a tempo parcial e multifuncionalidade rural: novas perspectivas para o desenvolvimento rural?”, III Congresso de Estudos Rurais, 1-3 de Novembro de 2007, Universidade do Algarve, Faro.

A conservação da natureza como fator de gestão da paisagem rural - O caso da ZPE de Veiros Lodo – Arquitetura Paisagista, Ida (2015) – Relatório da revisão do PDM de Monforte, Fase 5 – Formalização do plano.

Jongeneel, R. A.; Polman, N. B. P. e Slagen, L. H. G. (2008) - "Why are Dutch farmers going multifunctional?". *Land Use Policy* 25:81-94.

Manosso, F. C., (2005) – “O estudo da paisagem no Município de Apucarana-PR: As relações entre a estrutura geocológica e a organização do espaço”, Universidade Estadual de Maringá, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado em Geografia), Maringá.

Maximiano, L. A., (2004) – “Considerações sobre o conceito de paisagem”, RA'EGA, Curitiba, n.8, p 83-91, Editora UFPR.

Metzger, J. P., (2001) – “O que é a ecologia de paisagem?”, Laboratório de Ecologia de Paisagens e Conservação – LEPaC, Departamento de Ecologia, Instituto de Biociências USP, São Paulo.

Midões, C. P. e Costa, A. M., (2010) – “Sistema Aquífero Estremoz-Cano” LNEG - Laboratório Nacional de Energia e Geologia. Unidade de Águas Subterrâneas. Alfragide.

Mosca, J.; Matavel, V. e Dada, Y. A., (2013) – “Algumas dinâmicas estruturais do sector agrário” - Observatório do Meio Rural, N.º 4.

Muller, J. M., (2007) – Multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: A reconstrução dos espaços rurais em perspectiva. In: Congresso Brasileiro de Sistema de Produção, 7. Fortaleza:SBSP, 2007, 10 p.

Name, L., (2010) – “O conceito de paisagem e a sua relação com o conceito de cultura”, Geotextos, Volume 6, N.º 2, Dezembro de 2010.

Neves, A. O.; Magalhães, A. e Relvas, S., (2001) – “A competitividade das áreas rurais - Uma abordagem na perspectiva das estratégias de marketing”, 1.º Congresso de Estudos Rurais, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 16 a 18 de Setembro, Vila Real.

Nogué, J. e Sala, P., (2008) – “El paisaje en la ordenación del territorio. Los catálogos de paisaje de Cataluña”, Cuadernos Geográficos, 43(2008-2), 69-98, Observatorio del Paisaje de Cataluña.

OCDE, (2001) – “Multifunctionality – Towards an analytical framework”, OECD Publications Service, France.

Oliveira, R.; Cancela d’Abreu, A. e Santos, J. C., (2007) – “QUE MULTIFUNCIONALIDADE? Uma abordagem aplicada ao ordenamento e gestão da paisagem”, Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER), Faro, Universidade do Algarve, 1-3.

Pereira, A. R.; Ramos, C. e Colaboradores, (2000) – Contrastes espaciais concelhios de algumas componentes ambientais em Portugal continental. Linha de Acção de Investigação em Dinâmica Litoral e Fluvial, DILIF-1, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 40p.

Pinto-Correia T. (2000) - As medidas agro-ambientais como instrumento integrado para a preservação da paisagem rural: a importância da sensibilização dos técnicos locais e dos chefes de exploração. Geolnova 1: 81-98.

Pinto-Correia, Teresa, (2007) –“Multifuncionalidade da paisagem rural: novos desafios à sua análise”, Inforgeo, Julho, Ed Associação Portuguesa de Geógrafos pp 67-71.

Pinto-Correia, T.; Barroso, F.; Menezes, H.; Santos, T. e Taveira, R., (2008) –“Que multifuncionalidade na paisagem rural: Sinergias e conflitos entre agricultura e funções não produtivas. Aplicação ao concelho de Castelo de Vide”, Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER), Faro, Universidade do Algarve. 1-3 de Novembro, 2008.

Ramos, I. L., (1998) – “A paisagem rural na ribeira das Alcáçovas: Uma abordagem sócio-ecológica”, Tese de Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.

Rivas-Martínez S.; Lousã M.; Díaz T. E.; Fernandez-González F. e Costa J.C., (1990) - La vegetación del sur de Portugal (Sado, Alentejo y Algarve). Itinera Geobotanica 3: 5-126. León.

Rocha, A., (2007) – “Por uma defesa da compreensão da paisagem”, Revista “A obra Nasce”, número 4, Edições Universidade Fernando Pessoa, Fevereiro de 2007.

Salgueiro, T. B., (2001) – “Paisagem e geografia”, Revista Finisterra XXXVI, 72, pp. 37-53.

Schneider, S., (1994) - O Desenvolvimento Agrícola e as Transformações da Estrutura Agrária nos Países Desenvolvidos: a pluriatividade. Revista Reforma Agrária, ABRA, Campinas, v. 24, n. 03, p.106-132.

Silva, J. P., Pinto, M., (2006) – Relatório final da ação 2 do projeto Life Natureza (Life02NAT/P/8476), Tetrax: Conservação do Sisão no Alentejo – Inventário dos núcleos de sisão no Alentejo. Instituto de Conservação da Natureza. Relatório Não Publicado.

Silva, P., Costa, Luís T. e Silva, J. P., (2004) - Caracterização da avifauna estepária e suas relações com o uso do solo na Zona Importante para as Aves de Vila Fernando/Veiros. Airo 14: 41-53.

Silveira, E. L. D., (2009) – “Paisagem: Um conceito chave na geografia”, EGAL – 12.º Encontro de Geógrafos da América Latina, Montevideu.

Vejre, H.; Abildtrup J.; Andersen E.; Andersen P.; Brandt J.; Busck A.; Dalgaard T.; Hasler B.; Huusom H.; Kristensen L.; Kristensen, S. e Praetholm S., (2006) - Multifunctional Agriculture and multifunctional landscapes – land use as interface.

Wilson, G. A., (2007) - Multifunctional Agriculture – A Transition Theory Perspective. CABI, Cromwell Press, Trowbridge.

ANEXOS

ANEXO I – ICNB - FICHA DE CARATERIZAÇÃO DA ZPE DE VEIROS



REDE NATURA 2000

Zonas de Protecção Especial – Caracterização

Designação: VEIROS

Código: PTZPE0052

Área (ha): 1.959,40

Códigos NUT: PT142 – Alto Alentejo

Concelhos abrangidos:

CONCELHO	ÁREA (ha)	% DO CONCELHO CLASSIFICADO	% DA ZPE NO CONCELHO
Monforte	963,43	2,29%	49,17%
Estremoz	995,98	1,94%	50,83%

Principais usos e ocupação do território:

TIPO DE USO DO SOLO	ÁREA (HA)	PERCENTAGEM (%)
Áreas abertas agro/ silvo/ pastoris	1.737,77	88,69
Áreas agrícolas arbóreo-arbustivas (olival)	79,05	4,03
Áreas agrícolas arbóreo-arbustivas (vinha)	10,00	0,51
Montado de azinho disperso	132,58	6,77

Fonte – COS 90

Espécies relevantes na classificação da ZPE:

CÓDIGO	ESPÉCIE	ANEXO I DIRECT. 79/409/CEE
A084	<i>Circus pygargus</i>	Sim
A128	<i>Tetrax tetrax</i>	Sim
A129	<i>Otis tarda</i>	Sim
A133	<i>Burhinus oedichnemus</i>	Sim
A231	<i>Coracias garrulus</i>	Sim
A242	<i>Melanocorypha calandra</i>	Sim
A243	<i>Calandrella brachydactyla</i>	Sim

REDE NATURA 2000
Zonas de Protecção Especial – Caracterização

Outras Aves do Anexo I da Directiva 79/409/CEE e Migradoras não incluídas no Anexo I:

CÓDIGO	ESPÉCIE	ANEXO I DIRECT. 79/409/CEE
A031	<i>Ciconia ciconia</i>	Sim
A073	<i>Milvus migrans</i>	Sim
A074	<i>Milvus milvus</i>	Sim
A113	<i>Coturnix coturnix</i>	
A136	<i>Charadrius dubius</i>	
A140	<i>Pluvialis apricaria</i>	Sim
A142	<i>Vanellus vanellus</i>	
A210	<i>Streptopelia turtur</i>	
A211	<i>Clamator glandarius</i>	
A212	<i>Cuculus canorus</i>	
A214	<i>Otus scops</i>	
A226	<i>Apus apus</i>	
A230	<i>Merops apiaster</i>	
A245	<i>Galerida theklae</i>	Sim
A246	<i>Lullula arborea</i>	Sim
A247	<i>Alauda arvensis</i>	
A251	<i>Hirundo rustica</i>	
A252	<i>Hirundo daurica</i>	
A253	<i>Delichon urbica</i>	
A255	<i>Anthus campestris</i>	Sim
A257	<i>Anthus pratensis</i>	
A268	<i>Cercotrichas galactotes</i>	
A271	<i>Luscinia megarhynchos</i>	
A278	<i>Oenanthe hispanica</i>	
A285	<i>Turdus philomelos</i>	
A286	<i>Turdus iliacus</i>	
A300	<i>Hippolais polyglotta</i>	
A302	<i>Sylvia undata</i>	Sim
A304	<i>Sylvia cantillans</i>	
A341	<i>Lanius senator</i>	
A351	<i>Sturnus vulgaris</i>	

A ZPE de Veiros é uma área dominada por pastagens extensivas e pelo cultivo de cereais em regime extensivo ou semi-intensivo. As pastagens são aproveitadas para a pecuária de bovinos ou ovinos. Encontram-se ainda pequenos olivais tradicionais e áreas de montado de azinho disperso, com cereal ou pastagens no sob-coberto.

Trata-se de uma zona identificada como importante para a conservação das aves estepárias, destacando-se a reprodução de abetarda *Otis tarda* e também a nidificação de sisão *Tetrax tetrax*.

Como principal factor de ameaça foi identificado a conversão da agricultura cerealífera de sequeiro em regadio, o aumento do encabeçamento e a construção de cercas para parqueamento do gado.

A gestão da ZPE de Veiros deve ser prioritariamente para a conservação das aves estepárias. Neste âmbito, é fundamental a promoção de uma gestão de pastagens e de gado compatível com a conservação destas aves e a manutenção da cerealicultura

REDE NATURA 2000
Zonas de Protecção Especial – Caracterização

extensiva assente numa rotação cultural. Por outro lado deve ser assegurado o bom estado de conservação das manchas de montado de sobro e azinho, particularmente as menos densas, e dos olivais tradicionais. Nesse sentido, a viabilização e disponibilização de mecanismos que promovam um desenvolvimento rural assente em práticas agrícolas e florestais, assegurando a conservação dos valores da ZPE e a competitividade económica e social das actividades que a sustentam, constitui um passo importante na garantia da concretização destes objectivos.

ANEXO II – INQUÉRITO APLICADO AOS PROPRIETÁRIOS



Inquérito aos proprietários/chefes de exploração das propriedades existentes na ZPE de Veiros

A realização deste inquérito destina-se à elaboração da dissertação de mestrado, subordinada ao tema “A conservação da natureza como fator de gestão da paisagem rural – O caso da ZPE de Veiros”, do Mestrado em Ecologia da Paisagem. Pretende, essencialmente, aferir a disponibilidade e expectativas relativamente ao reforço do rendimento através de atividades complementares (*non-commodity*) e da necessidade ou complementaridade do financiamento destas actividades por políticas públicas.

A informação de cada inquérito é confidencial e destina-se a tratamento estatístico.

Agradecemos, por isso, a sua colaboração no preenchimento.

Inquérito N.º: ____ Data: ____/____/____ Local: _____

IDENTIFICAÇÃO	
Nome	
Propriedade	

1. Perfil do inquirido

1.1. Ano de nascimento: 1.2. Local de Nascimento:

1.3. Género

Masculino Feminino

1.4. Local de residência:

Freguesia de Veiros

Outro Concelho do Alentejo Qual: _____

Outro: Qual: _____

1.5. Educação (até que ano estudou?)

Não sabe ler nem escrever ≤Escolaridade básica/9.º ano

Ensino Secundário Ensino Superior

1.6. Formação agrícola

Exclusivamente prática Formação profissional

Não tem

1.7. Quanto tempo dedica à exploração?

Tempo inteiro Meio tempo

Tempo dedicado à exploração (horas/semana)

1.8. Actividade principal:-----

1.9. O rendimento familiar depende essencialmente:

Da atividade agrícola na exploração (totalmente dependente)

De outras atividades na exploração

De fora da exploração (nada dependente da agricultura)

Da exploração e de fora (50/50)

1.10. Como adquiriu a propriedade?

Herança Comprada Arrendada

Outra Qual: _____

2. Caracterização

2.1. Área da exploração:-----

2.2. Objetivo da exploração

Agrícola (somente) Pecuária

Misto (agrícola e pecuário) Residencial

Outro Qual: _____

2.3. Trabalhadores:

Sim Não Quantos

2.4. Ocupação/uso do solo na exploração:

Uso	ha	Qual:
Montado		Qual: _____
Olival		
Cereal		Qual: _____
Pastagem (limpa)		
Pastagem (sob montado)		
Pousio		
Mato		
Pomar		Qual: _____
Vinha		
Outro		Qual: _____

2.5. Área produtiva:

	ha
Total	
Parcial	

2.6. N.º de hectares que não estão a produzir:-----

Porquê? -----

2.7. Há gado na exploração:

Não Sim

Tipo	Número	Pastagem limpa (ha)	Pastagem sob coberto (ha)
Bovino			
Ovino			
Caprino			
Suíno			
Outro			

2.8. Para quê?

Consumo próprio Vender

2.9. Houve alterações na exploração nos últimos 10 anos?

Não Sim

Se sim:

Tipo	Área (ha)
Produção (modo de produção)	
Infraestruturas (barracões, cercas..)	
Introdução de tecnologia	
Diversificação da agricultura (+culturas)	
Diversificação das atividades	
Património/limpeza	
Mais área produtiva (agrícola)	
Mais área produtiva (animais)	
Outra	

2.10. As alterações aconteceram, por:

(ordenar as 3 mais importante, atribuindo: 1=mais importante e 3=menos importante)

Acesso a conhecimento/Informação	
Aumento do rendimento (culturas mais rentáveis, subsídios..)	
Incapacidade (financeira/temporal...)	
Motivação pessoal	
Motivações ambientais	
Gestão mais eficiente	
Outros	

2.11. Prevê realizar alterações nos próximos anos?

Não Sim

Se sim:

Tipo	Área (ha)	
Produção (modo de produção)		
Infraestruturas (barracões, cercas..)		
Introdução de tecnologia		
Diversificação da agricultura (+culturas)		Qual: _____
Diversificação das atividades		Qual: _____
Património/limpeza		
Mais área produtiva (agrícola)		
Mais área produtiva (animais)		
Outra		

2.12. Porquê?

(ordenar as 3 mais importante, atribuindo: 1=mais importante e 3=menos importante)

Acesso a conhecimento/Informação	
Aumento do rendimento (culturas mais rentáveis, subsídios..)	
Incapacidade (financeira/temporal...)	
Motivação pessoal	
Motivações ambientais	
Gestão mais eficiente	
Outros	

3. Multifuncionalidade

3.1. Os rendimentos ou benefícios obtidos na exploração advêm de:

Rendimento/benefício	% do rendimento/benefício total
Agricultura	
Pecuária	
Caça	
Apicultura	
Passeios (cavalo, btt,apé..)	
Turismo rural	
Observação de aves	
Recolha de plantas aromáticas	
Outro	

3.2. Porque razão tem esta(s) actividade(s) na exploração?

(ordenar as 3 mais importante, atribuindo: 1=mais importante e 3=menos importante)

Económicas	
Saúde/Bem estar	
Apreciação estética/lazer	
Razões familiares	
Manutenção da paisagem	
Convívio	
Outros	

3.3. Para além dos apoios à produção, tem conhecimento de outros de que possa beneficiar na sua exploração?

Não Sim

Se *sim*:

PRODER	
LEADER	
AGRO	
RURIS	
Medidas Agro-Ambientais	
Centro Rural de Veiros	
Outro	

Qual:

3.4. Alguma vez recorreu aos programas de apoio?

Não Sim

Quando (ano):

3.5. Para que serviu o apoio?

(ordenar as 3 mais importante, atribuindo: 1=mais importante e 3=menos importante)

Produção (modo de produção)	
Infraestruturas (barracões, cercas..)	
Introdução de tecnologia	
Diversificação da agricultura (+culturas)	
Marketing	
Diversificação das atividades	
Património/limpeza	
Mais área produtiva (agrícola)	
Mais área produtiva (animais)	
Outro	

3.6. Que tipo de apoio considera importante para a sua exploração no futuro?

(ordenar as 3 mais importante, atribuindo: 1=mais importante e 3=menos importante)

Produção (modo de produção)	
Infraestruturas (barracões, cercas..)	
Introdução de tecnologia	
Diversificação da agricultura (+culturas)	
Marketing	
Diversificação das atividades	
Património/limpeza	
Mais área produtiva (agrícola)	
Mais área produtiva (animais)	
Outro	

Qual:

4. Zona de Proteção Especial (ZPE) de Veiros

4.1. Tem conhecimento da existência da ZPE de Veiros?

Não

Sim

4.2. Como tomou conhecimento?

Através de amigos/vizinhos	
Nos jornais/rádio/TV	
Na internet	
Informação das entidades oficiais	
Pela Junta de Freguesia	
Pela Câmara Municipal	
Outro	

Qual: _____

4.3. Concorda com a classificação?

Não

Sim

Porquê: _____

4.4. Na sua exploração considera que é compatível a exploração agrícola com a proteção do ambiente?

Não

Sim

4.5. O que considera que mais dificulta a combinação da agricultura e o valor ambiental?

(ordenar por ordem de importância: 1= mais importante...)

Necessidade de assegurar o rendimento	
Falta de organização	
Falta de informação	
Falta de apoio técnico	
Outro	

Qual: _____

4.6. O que considera mais necessário para conciliar a agricultura e o valor ambiental?

(ordenar por ordem de importância: 1= mais importante...)

Mais informação	
Constituição de uma associação	
Mais financiamento	
Mais apoio técnico	
Outro	

Qual: _____

4.7. O que estaria disposto a fazer para esse fim?

(ordenar por ordem de importância: 1= mais importante...)

Promover informação	
Contribuir para uma associação	
Mudar as práticas na exploração	
Fazer mais investimentos na exploração	
Outro	

Qual: _____

4.8. Que atividade em concreto pode contribuir para o aumento do rendimento dos agricultores da zona?

(ordenar as 3 mais importante, atribuindo: 1=mais importante e 3=menos importante)

Turismo rural	
Caça	
Apicultura	
BTT	
Percurso pedestres	
Recolha de plantas aromáticas	
Observação de aves	
Outro	

Qual: _____

Obrigado pela sua colaboração.